UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

MONOGRAFIA

**Família patriarcal e ordem econômica em Gilberto Freyre:
uma leitura de Casa Grande & Senzala, Sobrados e
Mucambos, e Ordem e Progresso (1933-1959)**

Milena Fernandes de Oliveira

Orientadora

Tarik Santos Ferri Lima

Discente

Campinas, 2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**Família patriarcal e ordem econômica em Gilberto Freyre:
uma leitura de Casa Grande & Senzala, Sobrados e
Mucambos, e Ordem e Progresso (1933-1959)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Profa. Dra. Milena Fernandes de Oliveira.

Tarik Santos Ferri Lima

Campinas, 2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

L628f	<p>Lima, Tarik Santos Ferri, 1995- Família Patriarcal e Ordem Econômica em Gilberto Freyre : uma leitura de Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso (1933 - 1959) / Tarik Santos Ferri Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.</p> <p>Orientador: Milena Fernandes de Oliveira. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Freyre, Gilberto, 1900-1987. Crítica e interpretação. 2. Patriarcado. 3. Estrutura social - Aspectos econômicos. 4. Mobilidade social. I. Oliveira, Milena Fernandes de, 1977-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p>
-------	---

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Freyre, Gilberto, 1900-1987. Criticism and interpretation

Patriarchy

Social structure - Economic aspects

Social mobility

Título: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Denis Maracci Gimenez

Data de entrega do trabalho definitivo: 06-01-2021

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos os envolvidos nas possibilidades materiais de minha formação. Da esfera mais afetiva desse financiamento, com o amor dos meus pais sustentando todo um caminho de oportunidades incomuns no Brasil, até seu aspecto mais racional, do sistema público de ensino superior. Nesse sentido, agradeço à comunidade da UNICAMP de forma geral pela excelente acolhida emocional e intelectual. Especificamente, é imprescindível exaltar a orientação da Milena Oliveira para a realização deste trabalho.

Ademais, agradeço o apoio de todos meus amigos de república. Fazer essa monografia foi um processo consciente de criar aquilo que marcaria o fim de uma fase importante da minha vida. Sem o apoio desses amigos isso teria sido um processo mais dolorido que prazeroso. Por isso, agradecimentos especiais para Murilo Bridi; Leonardo Carneiro; Victor Franco; Fábio Luchiari; Pedro Zanella; Daniel Queiroz; Marcelo Ligabó; Juliano Ferreira; Bruno Matos; Vinícius Soro; André Cechini; Lucas Zanerato; Thales Machado. No mesmo sentido, os melhores sentimentos à Thainá Moscão, dona da dedicatória que na contra capa de Sobrados e Mucambos me motivou ao longo de toda pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus pais, Adriana Ferri e André Lima, por todo apoio emocional e financeiro fornecido ao longo da graduação.

Resumo

A presente monografia destaca as possíveis funções da família patriarcal na formação econômica do país a partir de uma revisão bibliográfica do tema nas principais obras de Gilberto Freyre, com foco nas que compõem sua “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil”. Problemática que emana da necessidade de ressaltar as heranças históricas brasileiras como núcleo das deliberações em torno do progresso da nação. Em um primeiro momento, enfatizamos que Freyre parece reconhecer a influência da luta/adaptação econômica do humano ao meio como um determinante para as relações socioeconômicas da casa. Em seguida, encontram-se argumentos do sociólogo a respeito de tais relações perpetuarem-se enquanto tradições nos diferentes momentos da história nacional. Por fim, foram apresentadas breves conclusões do autor em relação a inserção econômica da sociedade brasileira na modernidade burguesa, suas rupturas e continuidades.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Família Patriarcal; Escola Histórica Alemã; Formação Econômica do Brasil; Modernidade.

Abstract

The present work of conclusion of the course highlights the possible functions of the patriarchal family in the country's economic formation based on a bibliographic review of the theme in the main works of Gilberto Freyre, focusing on those that make up his "Introduction to the History of the Patriarchal Society in Brazil" . A problem that emanates from the need to highlight Brazilian historical inheritances as the nucleus of deliberations around the nation's progress. At first, we emphasize that Freyre seems to recognize the influence of the human economic struggle/adaptation to the environment as a determinant for the socioeconomic relations of the house. Then there are the sociologist's arguments about such relationships being perpetuated as traditions at different times in national history. Finally, the author's brief conclusions were presented regarding the economic insertion of Brazilian society in bourgeois modernity, its ruptures and continuities.

Key-Words: Gilberto Freyre; Patriarchal Family; German Historical School; Economic Formation of Brazil; Modernity.

Índice

Introdução	8
Capítulo 1: Conflito e equilíbrio no Brasil Colônia: a gênese de um povo em Gilberto Freyre	17
1.1 Ecologia - A ocupação econômica do trópico	17
1.2 Monocultura e a sociedade da cana	24
1.3 O antecedente português - o colonizador por excelência	29
1.4 A casa como resultado da ocupação econômica do trópico	32
Capítulo 2: Do patriarcado rural ao urbano: continuidades e rupturas	52
2.1 Decadência	53
2.2 Da Casa-Grande ao Sobrado	65
2.3 Desequilíbrio dos conflitos	79
2.4 Reacomodação dos conflitos	88
Conclusão	94
Bibliografia	102

Introdução

“As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. (...) O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos.”(REGO, 2018, pág. 75-76)

Com estas palavras de 1932, José Lins do Rego, ícone do modernismo regionalista da Paraíba, retoma não apenas Joaquim Nabuco quanto a baixa significância prática da abolição, mas também a visão das elites brancas do início do século XX em relação à escravidão e ao negro. Algumas passagens de seu “Ciclo da cana-de-açúcar”¹, quase autobiográfico, foram distribuídas ao longo desta monografia tendo em vista seu peso emocional em termos da vida rural no Brasil da transição do trabalho escravo ao livre.

Inicialmente, a importância de Zé Lins ao debate que tentamos aqui estabelecer se dá, sobretudo, pelas conexões possíveis entre o engenho de “Santa Rosa”, no qual cresce sua personagem “Carlinhos”, e os engenhos típicos dos quais trata Gilberto Freyre para o estudo da vida colonial e suas heranças sobre o povo brasileiro.

Freyre escreve, como de costume nas ciências sociais, a partir do debate latente de sua época, marcada pelo surgimento dos movimentos sociais, agora possíveis pela urbanização mais intensa e as consequentes aglomerações de grupos sociais. Nesse sentido, é possível destacar o Tenentismo, a Criação do Partido Comunista, e a Semana da Arte Moderna como alguns dos principais movimentos modernos que simbolizaram a mudança.

Segundo Elide Rugai Bastos, um debate comum surge entre os analistas sociais do período, sobretudo pelas novas necessidades de um Brasil que começava a constituir uma sociedade na qual o povo não poderia se manter completamente alheio à política. De maneira geral, as demandas da época exigiam maiores deliberações em torno da identidade do povo brasileiro e de que modo ela se enquadraria aos princípios políticos modernos que apontavam. Nas palavras da professora, essa situação reflete uma “característica da produção intelectual das regiões de constituição nacional recente.” (BASTOS, 2006, pág. 61)

¹ Composto por “Menino de Engenho” (1932), “Doidinho” (1933), “Banguê” (1934), “Usina” (1936) e “Fogo Morto” (1943).

A maior crítica empreendida pelos analistas dos primeiros anos dos 1900 se dá no fato de as instituições brasileiras terem evoluído a partir de um processo de mimetismo para com as européias. E nesse aspecto Elide cita Paulo Prado², mas também Oliveira Vianna³ pelo autor afirmar que os idealistas republicanos eram “Excelentes tradutores de males alheios: péssimos intérpretes dos nossos próprios males.” (BASTOS, 2006, pág. 65)

A tentativa de reconstruir historicamente os “próprios males”, por sua vez, encontrou entre os assuntos de sua deliberação a influência das diferentes raças que formaram o Brasil, aspecto que já permitia notar assimetrias entre o que se passou aqui quando em comparação com outras civilizações recém formadas. Isso porque, ainda que fossemos uma nação influenciada pelo modo de viver e pensar europeu, tínhamos, já a partir de nossa constituição étnica, diferenças notáveis frente ao antigo continente.

Para a autora, o debate racial dos primeiros anos do século XX atravessa 3 etapas. Primeiramente, na virada do século existia um pessimismo intransponível que se baseava nas teorias de degenerescência sociais causadas pela mestiçagem. O pessimismo deles era evidente, uma vez que sendo o povo Brasileiro formado pela mistura do branco com raças inferiores, estaria fadado à falta de capacidades necessárias para o progresso. Gilberto Amado chegou a relacionar o mimetismo com essa suposta incapacidade social do povo:

“Por falta de capacidade construtiva do povo politicamente inexistente, os estadistas pouco advertidos diante dos problemas eram levados por educação a procurar nos exemplos estrangeiros os moldes a aplicar, as normas a seguir sem cogitar das peculiaridades do meio, das suas condições típicas.”⁴

Essa conclusão decorre, de certo modo, do momento pelo qual passava o debate racial no país. Isso porque, com a abolição da escravatura em 1888, afirma Elide, manteve-se as prerrogativas de inferioridade racial, alimentadas sobretudo pelo “racismo científico” da época, em que a discriminação racial passava a ganhar notoriedade legal.

Na década de 20, por sua vez, o pessimismo precedente fora superado e destacou-se a tentativa dos analistas sociais pela superação dos obstáculos impostos pela inferioridade racial do povo brasileiro. Oliveira Vianna, por exemplo, era defensor do branqueamento da sociedade brasileira e chegava a conceber certo otimismo nesse sentido, uma vez que em sua lógica a

² PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira. Livraria José Olympio: Rio de Janeiro. 1962

³ VIANNA, Oliveira. O Idealismo da Constituição. Terra e Sol: Rio de Janeiro, 1927

⁴ Discurso proferido em 1916 na Câmara dos Deputados sobre “As instituições políticas e o meio social no Brasil”

miscigenação acabaria por melhorar a raça inferior - “o coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população.” (VIANNA, 1956, pág. 169-170).

Vianna, assim como muitos escritores da época, se inclinam à defesa do domínio das elites. Elas seriam a única camada social capaz de conduzir o Brasil para o progresso enquanto o povo não evoluísse suprimindo suas características de raça inferior. De certa forma, mora no raciocínio desses autores a legitimação do autoritarismo, sendo o povo incapaz de lidar com assuntos políticos.

Os autores que precederam Freyre na empreitada de interpretar o Brasil eram inclinados, em grande parte, aos conceitos positivistas de análise social. Entre seus expoentes, Alberto Torres, Oliveira Vianna, e Nina Rodrigues eram alguns dos que leram no fato puro uma conexão direta entre os aspectos sociais e os biológicos nos indivíduos. Ademais, o progresso social era compreendido a partir da necessidade de se modificar o povo para que ele se adequasse aos moldes das instituições importadas da europa, em um movimento intelectual que a autora afirma estar permeada de bovarismo - uma fuga da realidade que leva o indivíduo a reconhecer em si características que não possui para se adequar à um conceito de evolucionismo social.

Entrando na discussão ainda na década de 20, Gilberto não corrobora as teses positivistas supracitadas, tampouco o bovarismo latente na análise social da época. No debate racial, com os alicerces teóricos construídos ao lado de Franz Boas, ou ainda de seu colega Ruediger Bilden, estabelece clara distinção do que no indivíduo é herança social - cultural, histórica, e em suas palavras “de família” - e o que é herança genética, de raça. De forma que o “Mestre do Recife” (SEVCENKO, 2003) foi revolucionário ao investigar as origens sociológicas do povo brasileiro deixando de lado as conclusões de degenerescência racial inclinadas ao evolucionismo,

“Foi o estudo sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. (...) Eu diria que adquiri, nos Estados Unidos e na Europa, uma visão do ser humano que não teria adquirido se não tivesse saído do Brasil, se não tivesse tido os contatos que tive.” (BASTOS, 2006, pág. 25)

Depois de seus estudos antropológicos sob orientação de Franz Boas, em Columbia, Freyre afirma reconhecer as diferenças entre Raça e Cultura, ou seja, entre os efeitos das relações genéticas e os de influências sociais, de forma que “Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família.” (FREYRE, 2006b, pág. 32)

Nesse sentido, em relação às teorias eugenistas do início do século XX, Freyre afirma que não a raça, mas sim os “Os antecedentes e as predisposições de cultura do africano é que devem ser tomados em maior conta.” (FREYRE, 2006b, pág. 373), assim como sua alimentação e condição na colônia. De forma que é essencial para a análise que se propõe, conhecer a origem cultural dos negros trazido da África ao Brasil e suas condições econômicas no período.

Definindo melhor essa influência nos estudos do autor, Gustavo Henrique Tuna ressalta a conexão de Freyre com a New School for Social Science Research, movimento intelectual que se consolidava na Universidade de Columbia na época. De forma similar a escola dos Annales, propunha a reformulação do historiador a partir da maior atenção aos aspectos sociais, culturais e econômicos. (FREYRE, 2009b)

“Essas novas ciências são as ciências da vida, ou a biologia, a ciência do homem, ou a antropologia, a ciência da mente, ou a psicologia, a ciência das relações industriais, ou a economia, a ciência da relação do homem com seu ambiente, ou a antropogeografia, a ciência do controle da comunidade ou as ciências políticas, a ciência das relações sociais, ou a sociologia. Cada uma dessas ciências representa um novo conjunto de interesses que se desenvolveram como resultado de uma necessidade vital por esse tipo de informação e análise. Seu espírito e suas tendências reagiram sobre a história para dar-lhe um conteúdo mais amplo, mais completo e humano” (FREYRE, 2009b, pág. 15)

Essa influência reforça o caráter de relativismo ético e cultural no autor pernambucano. Cada sociedade deve ser analisada apenas pelo seu próprio sistema de valores, ao contrário do processo analítico ser feito sob o peso moral do analista. Daí a necessidade de estudar a gestação de uma sociedade, somente a partir dos critérios consolidados dentro de seu processo gestacional que é possível compreender seu sentido de progresso. Em relação à interdisciplinaridade no método do autor,

“ao estudo do passado humano faz-se necessário aplicar critérios diferentes dos convencionais - isto é, dos cronológicos, dos concentrados apenas nos estudos dos fatos políticos e guerreiros. Esses critérios novos sugeriram-nos os avanços em Psicologia, em Antropologia, em Economia, em Sociologia, em Geografia, em Ciências Políticas e Jurídicas, na própria Biologia.” (FREYRE, 2009b, pág. 30)

A partir da década de 30, sobretudo a partir de Freyre em 1933, o debate social brasileiro muda de direção e passa a reconhecer e assumir os verdadeiros valores culturais que se constituíram historicamente no Brasil, para então reconhecer seus impactos na dinâmica social e conceber formas possíveis de modernização. Ou seja, o nacionalismo passa a representar o debate intelectual no sentido de se reconhecer as raízes brasileiras nas quais deve se apoiar o progresso. A ideia é de não existir evolucionismo social, de forma que as instituições têm que se adaptar às características sociais para seu bom funcionamento, não o contrário, “Em outros termos, afirma que cada região encontrou uma específica solução para seus problemas e modificar esse dado significaria alterar o equilíbrio sociopolítico nacional.” (BASTOS, 2006, pág. 153) Haveria um certo bom senso que se desenvolve com a sociedade local. O regionalismo de Freyre, como o estudo com foco no local surge, então, como uma reação ao mimetismo de modernices europeias. Ele representa a negação do evolucionismo social em Freyre.

Desde o início de seus escritos o autor procura, portanto, os possíveis determinantes causais da identidade nacional a partir da cultura regional, ao invés de considerar o argumento positivista de um certo darwinismo social. Com “Social Life in Brazil in the middle of 19th century”, tese de mestrado publicada no ano de 1922, em Nova Iorque, Freyre apresenta esta temática, sob a qual gravitaria sua famosa trilogia intitulada “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”, composta por Casa-Grande & Senzala (1933), Sobrados e Mucambos (1º Tomo - 1936; 2º Tomo - 1951) e Ordem e Progresso (1959). De maneira geral, as três obras citadas compõem uma investigação da formação do Brasil, e a sobrevivência de suas formas em diferentes contextos geográficos e econômicos, corroborando para a constituição do objeto primeiro de estudo de Freyre, as tradições históricas e o caminho que elas apontam para o progresso.

A compreensão daquilo que forma o que é de regional é essencial não só para a identificação nacional, mas também para compreender as melhores formas de se acolher a modernidade, sem que isso seja um movimento descoordenado que não aproxime a sociedade brasileira daquilo que ela nunca foi, uma nação voltada ao povo. Nem tudo que se apresenta como modernizador e progressista é vantajoso para a região, é necessário considerar suas condições históricas (FREYRE, 1987, p.27).

Um povo que se reproduz sob as heranças de um passado patriarcal, governado por uma elite descolada da vida popular, e que se volta cada vez mais para fora, constituem estatísticas como as brasileiras apresentadas no Atlas da Violência de 2018. Segundo o documento, formulado em conjunto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro

de Segurança pública: nos últimos 10 anos, a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8% enquanto a da população negra aumentou 23,1%; neste mesmo período a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros; cerca de 70% das pessoas assassinadas no país são pretas ou pardas; 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras; o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que para um jovem branco. A esse respeito:

“Os dados trazidos pelo Atlas da Violência 2018 vêm complementar e atualizar o cenário de desigualdade racial em termos de violência letal no Brasil já descrito por outras publicações.(...) A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança.(...) Para que possamos reduzir a violência letal no país, é necessário que esses dados sejam levados em consideração e alvo de profunda reflexão.” - (IPEA, 2018, p.41)

Ainda no documento: o homicídio de mulheres aumentou em 6,4% em dez anos; no mesmo intervalo, houve queda de 8% na taxa de homicídio de mulheres não negras, enquanto o de mulheres negras aumentou 15,4%; 71% dos homicídios de mulheres, são de mulheres negras.

São esses dados, unidos à experiência de vida presente, que sustentam o interesse no tema que esta pesquisa aborda, uma tentativa de compreender as incoerências presentes entre as necessidades populares. É necessário que o desenvolvimento da técnica, inclusive a produtiva, volte a se submeter àquilo que mostra ser avanço qualitativo como um todo, e não apenas à eficiência. Caso contrário, será o desenvolvimento da técnica uma engenharia em que nada lhe garanta humanidade, e podendo ser a técnica anti-humana, deve ela se submeter às necessidades humanas e sociais, “Daí o difícil problema das relações valores-tecnologias.” (FREYRE, 1987, p.27). E a compreensão histórica de como se consolidou a civilização brasileira é essencial para construção de uma modernidade coesa.

Primeiramente, no capítulo que abre esta monografia passaremos pelos escritos do autor em Casa-Grande & Senzala. De 1933, é um estudo da família patriarcal rural enquanto ponto de acomodação dos antagonismos entre classes, raças, religiões e culturas tradicionais, o que permite a Freyre concluir ser ela a instituição organizadora da sociedade colonial, capaz de constituir nova realidade sociológica.

Ao longo do primeiro livro da trilogia a família assume suas funções acomodatórias sem obstáculos, o que é visível perante a autossuficiência que assume em todas as esferas de sociabilidade do ambiente rural. Sob o ponto de vista econômico, nosso foco será na ocupação econômica do território, os conflitos de classe que ela consolidou, e como esse conflito se insere na dinâmica social a ponto de ser, segundo o autor, acomodado.

Já nos segundo capítulo, a análise será em torno principalmente de Sobrado e Mucambos, de 1936, em que o autor ressalta a tendência de se sobrepor à acomodação da família algumas pressões sociais que surgem a partir do século XIX, consolidando um período de estudo sociológico com conflitos mais explícitos quando comparado à colônia.

Os pontos de subordinação são intensificados, segundo o autor, pela entrada da influência européia e seus valores ditos modernos. Contato que se inicia com a presença da corte portuguesa, mas tem como meio de disseminação dois grandes vetores: os descendentes do engenho que estudavam nas grandes universidades sob tais valores; assim como as novas atividades urbanas que alimentavam relações burguesas em contraponto às patriarcais.

O autor analisa, portanto, neste que é o segundo livro de sua introdução ao estudo da sociedade patriarcal no Brasil, o primeiro movimento de desagregação da família patriarcal agrária, e de suas funções. Ainda assim, neste momento, a família patriarcal explicitou a capacidade de adaptação que se refere Florestan⁵, absorvendo as influências externas nos moldes daquilo que regionalmente havia se constituído sob na América lusitana como a concepção patriarcal de vida.

“Pois a desintegração de força tão enorme como aquela em torno da qual se constituiu o Brasil não poderia deixar de ser lenta. Tão lenta que ainda não nos é possível dizer do complexo patriarcal que desapareceu do Brasil. Nossas casas são ainda povoadas por sobrevivências patriarcais. Nossos hábitos, ainda tocados por elas.” (FREYRE, 1981, p.CXI)

Dessa forma, é em torno de como a sociedade brasileira consolidada na colônia absorve a modernidade do século XIX que se passa Sobrados e Mucambos. Em meio à esse tema, procuraremos expor a importância da racionalidade burguesa para as mudanças nas relações sociais do período, a subsequente exaltação dos conflitos de classe e a adaptação da sociedade brasileira para contê-los.

⁵ Florestan Fernandes, “A família patriarcal e suas funções econômicas”, 1996

É sobretudo devido às suas constâncias que algumas características patriarcais permanecem influentes durante a decadência de uma de suas características originárias, seu ruralismo, e mesmo com o fim de outra, o trabalho escravo. O impacto da organização patriarcal sobre as decisões políticas, econômicas e sociais se adaptam a essas mudanças e permanecem relevantes inclusive para a compreensão da república brasileira. (FREYRE, 2004, p.68)

“O século XIX invadiu o século XX (...) A particularidade da análise de Gilberto é que procura mostrar que os elementos do passado, os quais, no Brasil, racionalmente haviam sido banidos da vida pública e oficial, continuaram a desenvolver-se, não se retraíram para o privado, não permaneceram na periferia da vida dos indivíduos. Continuaram constitutivos do social. Isto faz dele um intelectual que busca a compreensão daquelas forças sociais que têm raiz no passado.” (BASTOS, 2006, pág. 45)

Em *Ordem e Progresso*, de 1959, o autor analisa os processos de desagregação e acomodação da família patriarcal na transição da monarquia para a república, do trabalho escravo para o livre. Freyre seleciona um conjunto de instituições emblemáticas capazes de transparecer a estrutura social, sendo o foco do autor, obviamente, a família.

A capacidade da elite brasileira de conciliar a mudança que caracteriza a modernidade com a estabilidade das estruturas sociais, que se apresentou forte no primeiro momento de desagregação da família patriarcal e permitiu a manutenção de suas funções de mando - inclusive econômicas - falhou de certa forma perante a abolição, pois o Brasil se volta para o mundo sem que a elite possa regular como isso é feito.

As três obras compõem sua “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil” e foram aqui usadas para procurar como, no autor, a família historicamente constituída no Brasil foi ativa na formação econômica da nação brasileira. Quanto ao conservadorismo de Freyre, que em certos momentos assume tom nostálgico, assumimos a sugestão de Fernando Henrique Cardoso (2003) que, em seu texto “Um livro perene” afirma,

“(...) o Brasil urbano, industrializado, vivendo em uma situação social na qual as massas estão presentes e reivindicantes de cidadania e ansiosas por melhores condições de vida, vai continuar lendo Gilberto Freyre. Aprenderá com ele algo do que fomos ou que ainda somos em parte. Mas não o que queremos ser no futuro. (CARDOSO, 2003, p.27)

Será, de fato, em sua pesquisa daquilo que “fomos” o foco desta análise. Para o estudo, Freyre considera a diferença entre raça e cultura para procurar a identidade nacional, ou melhor, entre a diferença dos determinantes genéticos e determinantes sócio-culturais na formação de um povo. Volta os olhos à sociedade patriarcal que se consolidou na América portuguesa, analisando como os elementos originários da colonização se relacionaram para formar uma nova cultura e um novo povo.

Em resumo, Freyre desconsidera a possibilidade de fazer uma linha de evolução das sociedades, uma vez que elas se desenvolvem à seus moldes de tempo e espaço, devendo ser elas julgadas apenas por olhos contemporâneos e conterrâneos. É exatamente essa relatividade a respeito das instituições que leva a relatividade também do progresso, aspecto que faz necessário um estudo de ecologia regional para reconhecer os obstáculos iniciais à formação da sociedade. Ecologia como ocupação econômica do espaço e sua determinação sobre os elementos locais de desenvolvimento, primeiro ponto desta análise.

Capítulo 1: Conflito e equilíbrio no Brasil Colônia: a gênese de um povo em Gilberto Freyre

1.1 Ecologia - A ocupação econômica do trópico

No esforço de reconhecer o núcleo de emanção cultural, e principalmente as relações sociais que dele se estabeleceram, o mestre de apipucos se escora na influência de seu professor de economia da Universidade de Columbia, Edwin Seligman (FREYRE, 2006b, p. 92). Em geral, o americano simpatizava com o materialismo histórico, mas o que nos interessa é que essa afinidade tinha origem no fato de os debates dessa teoria alimentarem a percepção da economia e a história como ciências de caráter indutivo, e não apenas dedutivo em seus métodos. (SELIGMAN, 1907, p. 160).

Seligman qualificou a sociedade como um tema no qual a investigação passa pela necessidade de compreender como as coisas se tornarão como elas são (SELIGMAN, 1907, p. 160). Ou seja, o economista via no fato social o “produto da evolução” histórica de uma civilização, movimento que não assume diligência por parâmetros absolutos, mas sim por categorias relativas criadas no seio do desenvolvimento humano em seus respectivos processos históricos. (SELIGMAN, 1907, p. 160-161). Por outro lado, o docente afirma que nenhuma interpretação monística da sociedade poderia ser considerada, de forma que reconhece o materialismo histórico como ferramenta fundamental da compreensão econômica da história, mas não suficiente para a compreensão plena da sociedade (SELIGMAN, 1907, p. 165).

Em Columbia, dentre os exemplos não monísticos de análise social que professor apresenta à Freyre, vale destacar a Escola Histórica Alemã de Economia⁶. (SELIGMAN, 1907, p. 161) A partir de Oswald Spengler, sociólogo alemão, Seligman “pôs Freyre em contato com o vocabulário cultural e racial da filosofia alemã da história, especulativa e voltada ao estudo dos amplos processos civilizatórios.” (LARRETA, 2007, p.461) Em suas leituras, a influência de Spengler parece ter ressaltado no autor o relativismo histórico na interpretação da sociedade. Isso porque o alemão destaca as especificidades das diversas civilizações, afirmando que cada sociedade deve ser analisada apenas pelo seu próprio sistema de valores, em detrimento aos conceitos universalistas de progresso social. Segundo Freyre,

⁶ De maneira geral, a escola citada ressalta a importância das instituições na análise histórica, observando seu processo de formação a partir de seu diálogo com o direito, biologia, geografia, psicologia, filosofia e sociologia para a compreensão da economia. (SILVEIRA e FILHO, 2019)). Trata-se de um modelo analítico que liberta a história da busca por uma objetividade alicerçada nas leis “positivistas” de causalidade” (SILVA, 2013, p. 174).

“Daí serem falhos, para quanto seguem semelhante critério, os estudos econômicos, por exemplo, ou políticos, ou sociológicos, a que falte o sentido como que gestaltiano da configuração total da sociedade, da economia, do tipo de governo considerado.” (FREYRE, 2009, p.31)

Nesse ponto, vale lembrar de outro autor da Escola Histórica Alemã de Economia, Gustav Schmoller, um dos protagonistas do conflito entre os alemães e os teóricos da escola austríaca⁷, este que ficou conhecido como Methodenstreit (do alemão, Batalha de Método).⁸

Além de ter sido um dos grandes divulgadores do estudo não monístico da história e da economia, Gustav Schmoller influenciou Freyre em sentido semelhante ao de Spengler. Especificamente, Schmoller concebe a ideia de progresso econômico de uma civilização a partir do sistema de valores historicamente criado, de forma que “o progresso econômico estaria diretamente ligado à ética social” (MÁXIMO, 2010). Essa concepção volta a atenção do alemão para as instituições, uma vez que cada uma delas exige “um conjunto de hábitos e regras da moral, do costume e do direito” (SCHMOLLER, 1905 apud SILVEIRA e FILHO p.7) de forma que são um espaço social que se desenvolvem por si próprio em busca de um objetivo, e servem como molde para algum aspecto do prestígio social que ajuda a definir o ideal de progresso econômico da respectiva sociedade. (SILVEIRA e FILHO p.7).

Dentre as instituições que Schmoller investiga, destaca-se, como núcleo geracional de valores econômico-culturais, a casa. Nesse sentido, o autor utiliza da origem etimológica da palavra ‘economia’ para introduzir a correlação da habitação com a vida material, isso porque a palavra deriva da grega ‘oikos’, que significa casa⁹, ao mesmo tempo que da palavra ‘nemein’, que significa gerir, levando o autor a sugerir que o econômico se desenvolve, em um primeiro momento, na gestão doméstica (SCHMOLLER, 1893 apud SILVEIRA e FILHO, 2019, p.7). Para o autor, portanto, o ambiente da casa seria “a forma básica de organização material, com elevado grau de autossuficiência” (SILVEIRA e FILHO, 2019, p.7-8).

Nos escritos de Freyre, por sua vez, além da importância da habitação em suas obras ser evidente já em seus títulos, podemos notar a influência do alemão sobre sua concepção econômica da sociedade quando afirma que,

⁷“Uma das características mais importantes da obra de Schmoller é a crítica ao método abstrato e dedutivo, utilizado tanto por alguns adeptos da Economia Política Clássica quanto pelo Marginalismo, tendência que se consolidou a partir da década de 1870, notadamente a partir dos trabalhos de Jevons, Walras e Menger” (SILVEIRA e FILHO, 2019, p.4)

⁸ Sobre o assunto ver MÁXIMO (2010)

⁹ Especificamente, oikos representa a junção de 3 esferas da interação humana, casa, família e propriedade, formando a unidade econômica básica de grande parte das pólis grega (FLORENZANO, 2001).

“Da habitação rigidamente patriarcal - como foi entre nós a casa-grande de engenho ou mesmo a de sítio - pôde Gustav Schmoller, em página hoje clássica, que a sua arquitetura criara nos homens, costumes, métodos de trabalho, hábitos de conforto. E não sem razão, segundo o sociólogo europeu, que a história econômica se faz da “economia da casa” o fim da barbaria e o começo de uma cultura mais alta.”(FREYRE, 1981, p.XLVI).

É interessante destacar que Sérgio Tavolaro percebe três facetas de determinância da natureza na obra de Freyre (TAVOLARO, 2013). Em primeiro lugar, existe uma influência “simbólico-comportamental”, dentro da qual o maior exemplo talvez seja o contato do português com o clima quente da África, e o subsequente amolecimento na ortodoxia de suas instituições. Ademais, destaca-se a esfera “estético-expressivo”, sob a qual “as condições de espaço físico parecem influir sempre sobre o desenvolvimento de formas de arte” (FREYRE, 2010 apud TAVOLARO, 2013, p.306). Por último, a “objetiva”, que representa a luta/adaptação econômica do humano na ocupação do território, sintetizada na casa.

Aqui, vale notar que os aspectos geográficos não assumem caráter de determinação exclusiva na teoria social do pernambucano, mas, por outro lado,

“é impossível negar-se a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades, senão direta, pelos efeitos imediatos sobre o homem, indireta pela sua relação com a produtividade da terra, com as fontes de nutrição e com os recursos de exploração econômica acessíveis ao povoador” (FREYRE, 2006b, p.75)

Dessa forma, quando Freyre se dedica ao estudo da casa típica da sociedade colonial do trópico português, parece depositar importância significativa nas relações que resultaram da interação material entre os colonos e o meio. De maneira geral, a obra mais emblemática do autor no estudo da relação ambiente e sociedade é “Nordeste”, que publicada em 1937 se dedica à investigação da região canavieira do massapê nordestino, e da sociedade que neste espaço se consolidou. Assim, a economia da casa, ou o “oikos”, resulta sobretudo da luta/adaptação de ocupação econômica do meio, de forma que os estudos de Freyre na obra citada se baseiam, sobretudo, “[No] homem colonizador, em suas relações com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África.” (FREYRE, 2009, p.38). Sendo seu foco “o problema social da adaptação do colonizador - europeu ou africano - ao meio regional.” (FREYRE, 2009, p.38). Voltando às bases alemãs de

Freyre, Oswald Spengler também destaca o espaço físico como variável na determinação do caráter de um povo e uma cultura. (SILVA, 2013, p.176)

A ocupação humana de um novo território parece ocorrer majoritariamente de forma “distraída” (CROSBY, 1995 apud PADUA, 2010, p.91), e Freyre chega a citar Robert Southey para afirmar que o sistema colonial português foi “filho da necessidade” ao agir majoritariamente sob caráter adaptativo (SOUTHEY, 1910 apud FREYRE, 2006b p.160). Ainda assim, a falta de planejamento na ocupação do território não limita as influências sociais do ambiente, uma vez que é exatamente a partir dos obstáculos tropicais que as “necessidades” se apresentaram para o colono transigir, formando, no contato de portugueses com negros e índios em nova geografia física, o povo brasileiro.

É importante destacar que a ocupação que em retrospectiva o autor olha não tem caráter de generalização, como se fosse uma constante em todo o território português no novo continente. Ao contrário, os alicerces regionalistas em sua teoria o levam a considerar as diferenças locais da colonização. No entanto, dentre as múltiplas faces da conquista do espaço, Freyre salienta que uma se mostrou hegemônica quanto à organização das estruturas sociais, uma vez que constituiu-se em uma estabilidade invejável à toda dominação social, e fez dos seus subprodutos sociais a estrutura que se repetiu ao longo não só do espaço brasileiro, mas também do tempo. As mudanças que se apresentam com o passar dos séculos e a movimentação geográfica são, na verdade, alterações na substância dos fatos, e seja na busca por açúcar, ouro, gado ou café, a estabilidade das estruturas sobressai inabalada. De forma que,

“o estudo das diferenças não nos deve fazer esquecer o das semelhanças. Nem o critério do espaço físico nos deve fazer abandonar, em estudos sociais, o do espaço social, dentro do qual podem estender-se complexos sociais, ou de cultura, de configuração própria e até caprichosa.” (FREYRE, 1981, p.LXXXV-LXXXVI).

O que se encontrou no Brasil do século XVI foi uma terra em estado bruto, de onde não era possível extrair excedentes da forma como o era feito na Índia, obrigando à colonização o desenvolvimento de um esquema produtivo para satisfazer as demandas europeias por produtos tropicais. O fato de a colonização ter sido aqui agrária, afirma Freyre que decorre de não ter se encontrado na parte lusitana da América população já economicamente organizada.

Compreende-se que a nobreza da terra não foi, aos primeiros olhares, as características que atraíam a empresa iniciada pelas navegações. Em busca de produtos simples na extração e

altos no rendimento, não é exagero destacar a relativa decepção portuguesa com o novo território do império.

Ainda assim, com a introdução da monocultura açucareira para suprir a crescente demanda europeia pelo adoçante, a vida íntima que se desenvolveu entre os canaviais brasileiros, narrada com preciosismo emocional por José Lins do Rego em “Menino de Engenho” (1932), contém os determinantes da identidade brasileira. Nela articulou-se trabalho e lazer, meninos e homens, brancos e não brancos, e sobretudo casa-grande e senzala, consolidando-se como locus da gênese cultural. Os escritos de Freyre são, sobretudo, um estudo de ecologia, uma vez que relaciona a forma de habitação tradicional que se desenvolveu como resultado da adaptação, ou da luta, do homem e seus objetivos econômicos em nova geografia.

Nesse sentido, viram-se, os portugueses, em meio à necessidade de adequar os trópicos aos seus objetivos mercantis, dinâmica que moldou o território, mas moldou também o colono a partir das transigências que fez para se adequar à nova geografia física (FREYRE, 2006b). De forma que,

“Nenhum problema é mais profundamente ecológico – e ao mesmo tempo sociológico – que o da adaptação do homem ao meio físico, ao conjunto de condições de solo, de vegetação e de vida animal dentro do qual vai estabelecer sua posição, seu status, sua situação de homem social e não apenas de indivíduo biológico: de portador, transplantador, deformador ou renovador de cultura, de instituições, de formas de vida social” (FREYRE, 1973, p.453).

No processo de interpretação do Brasil o autor volta os olhos à sociedade que se consolidou na América portuguesa, analisando como os elementos originários da colonização se relacionaram nos trópicos para formar uma nova cultura e um novo povo. O importante é compreendermos que em meio à importância do açúcar na formação social do Brasil, Freyre se dedica ao estudo desses elementos no complexo da cana, considerando em primeiro lugar a dinâmica ecológica da ocupação de um espaço que aspira à objetivos político-econômicos específicos. No Brasil, dinâmica da casa-grande de engenho. E é em torno do açúcar e, portanto, do engenho de cana, que o autor reconhece os determinantes causais desse “espaço social”.

Ainda assim, é necessário assinalar que não foram a totalidade de engenhos que assumiram o papel assinalado por Freyre, uma vez que, tendo ao nosso lado Sérgio Buarque de Holanda, devemos considerar também a mobilidade intrínseca à exploração extrativa à que era

submetida a terra¹⁰. A partir desse movimento, sempre em buscas de terras virgens, a estabilidade que se constituiu foi muitas vezes insuficiente para evitar que os conflitos sociais resultassem em alterações profundas nas estruturas originais.

É em ambiente bem mais estável que o autor reconhece os alicerces que permitiram a permanência de alguns aspectos culturais, aqueles que formam a tradição. Com os olhos voltados para um tipo específico de engenho, que se consolidou em um espaço único em termos de adaptação da cana, o autor escreve Casa-Grande & Senzala.

A impossibilidade de ser uma obra mais regionalista fica clara quando o autor discorre sobre o que para ele é o berço da civilização brasileira, o Nordeste agrário. Trata-se de um estudo ecológico sobre um Nordeste, portanto, afirmando existirem ao menos dois, o agrário e o pastoril.

Caracterizando um pouco a região da qual fala, o autor diferencia o Nordeste agrário, sobretudo canavieiro, dos outros. Não é esse o Nordeste mais famoso no Sudeste, onde generalizações se dão no sentido de se imaginar uma grande porção de terra seca e maltratada. É, na verdade, uma região de solo rico, úmido - o massapê - permeada por rios e próxima ao mar. “O massapê é acomodaticio.” (FREYRE, 2009, pág. 47) e foi capaz de absorver o europeu em sua empresa agrícola, assim como os elementos todos que a compõe. De tão boa a terra para a função que lhe deu a colonização, Freyre faz o comentário a respeito de sua diferença quanto a mobilidade de outras regiões, uma vez que nela podiam se reproduzir gerações dentro de um mesmo engenho,

“Não era preciso o nomadismo agrário que se praticou noutras terras, onde o solo menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase um cigano sempre à procura de terra virgem.” (FREYRE, 2009, pág. 47)

Com a constituição de uma ocupação estável do colono na terra, outro ponto é importante salientar. Para sua exploração produtiva, não foi o mando oficial, aquele gerido pelo reino de Portugal, que deu o tom da colonização no Brasil, mas sim o particular. Ademais, não podemos compreender o particular como um indivíduo, mas sim como uma família, sendo que em torno

¹⁰ “A regra era irem buscar os lavradores novas terras em lugares de mato dentro, e assim raramente decorriam duas gerações sem que uma mesma fazenda mudasse de sítio ou de dono.” (HOLANDA, 2014, pág. 58). Podemos citar também Fernando Novais “Móbil, instável e mais ainda dispersa, a população na Colônia devia provavelmente angustiar-se diante da dificuldade de sedimentar os laços primários. E note-se que essa dispersão decorre diretamente dos mecanismos básicos da colonização de tipo plantation que prevaleceu na América portuguesa: da sua dimensão econômica (exploração para o desenvolvimento da Metrópole) resulta a montagem de uma economia predatória que, esgotando a natureza, tende para a itinerância.” (NOVAIS, 2018, pág. 18)

dos núcleos familiares que seu chefe - o patriarca - consolidou seu domínio no Brasil, desenvolvendo a agricultura aos moldes necessários para atender ao mercantilismo externo em meio a um território desconhecido. Dessa forma, a única obrigação do particular com a coroa era a geração de sobre-lucros coloniais para as classes comerciais portuguesas, como isso era feito, pouco importava.

Freyre apresenta as condições que o colonizador encontra no trópico americano, as características climáticas e vegetais da nova terra lodosa do massapê. Os pequenos rios do Nordeste, por exemplo, alimentaram a cana e deram força aos moinhos, foram paisagem comum aos engenhos e “O engenho honrou a água; não se limitou a servir-se dela.” (FREYRE, 2009, pág. 63). Não apenas para o movimento dos moinhos, mas enquanto o asseio do corpo e ponto de comunhão, com negros do eito e senhoria das casas-grandes banhando-se nos rios.

Ainda assim, lembra o autor que não foi simples a ocupação do território, os obstáculos da terra virgem, e a falta de conhecimento sobre os trópicos tornavam a tarefa árdua. Em uma breve e esparsa caracterização do clima nos trópicos o autor destaca sua imprevisibilidade, sempre dificultando a tentativa européia de consolidar o cultivo sistematizado, aos moldes do antigo continente,

“No extremo Nordeste, como no Recôncavo Baiano, a terra - de modo nenhum fértil e boa para qualquer cultura, dos exageros do primeiro cronista -, uma vez desbastada de seu arvoredo mais grosso, apresentou-se cheia de manchas avermelhadas e pretas onde fazia gosto plantar cana.(FREYRE, 2009, pág. 49)”

É necessário neste ponto compreender que na ecologia de Freyre, os aspectos naturais não são decisivos sobre o homem. Ainda assim, o obriga a assumir posturas diferentes para o exercício de sua ocupação, de maneira que “Dentro de novas circunstâncias de vida física, comprometeu-se a sua vida econômica e social.” (FREYRE, 2006b, pág.77). Em meio à necessidade de moldar um território desconhecido, é importante destacar que Portugal não exercia posse de um contingente populacional capaz de executar essa tarefa exclusivamente pela força, de forma que a ocupação exigiu do europeu transigir em relação ao índio e africano quanto às relações sociais e, inclusive, genéticas.

No processo de aproveitar a riqueza fértil da terra, os poucos invasores precisaram agir de forma a mobilizar o contingente nativo aos seus objetivos. Os homens foram submetidos às necessidades de defesa do território recém conquistado, assim como da atividade produtiva dos primeiros anos de colonização. As mulheres, por sua vez, foram as primeiras esposas dos

colonos, participando intimamente da formação da família. Contato este que facilitou a ocupação de um território desconhecido ao passo que o colono foi absorvendo conhecimentos culturais de como lidar com os trópicos. Inclusive na alimentação é possível encontrar traços de união cultural, uma vez que "Na farinha de mandioca fixou-se a base do nosso sistema de alimentação" (FREYRE, 2006b, pág.94) - aspecto de absorção cultural que visa, sobretudo, a adaptação ao meio. É isso que é ecologia, relação entre ambiente e intuito econômico consolidando a forma de ocupação do território, que se manifesta nas relações da casa típica da região.

Foi no Nordeste açucareiro, marcado pela estabilidade sedentária do massapê, que se desenvolveu a fisionomia do brasileiro no intercurso dos elementos originários da colonização, todas gravitando a cana, o açúcar, o engenho. Foi nessa localização que se formaram os brasileiros, tanto a aristocracia quanto o homem do povo, de forma que devemos pormenorizar alguns de seus aspectos.

1.2 Monocultura e a sociedade da cana

Dentre a trindade colonial que consolidam a produção de cana, latifúndio-monocultor-escravocrático, Gilberto Freyre destaca como mais influente na psicologia social da região, assim como na modificação de sua paisagem, a monocultura,

“Durante o período decisivo da formação brasileira, a História do Brasil foi a história do açúcar; e no Brasil, a história do açúcar, onde atingiu maior importância econômica e maior interesse humano foi nessas manchas de terra de massapê, de barro, de argila, de húmus.” (FREYRE, 2009, pág. 49)

É dela que partem as necessidades do colonizador, que se adapta às novas condições de solo, povo e família para alcançar o objetivo mercantil de sua ocupação. Especificamente, Freyre enxerga no objetivo de instalar uma unidade de produção maciça de gêneros tropicais a consolidação da monocultura, ao passo que o pequeno contingente populacional de Portugal exigiu que ela fosse latifundiária e utilizasse o trabalho escravo.

Nesse ponto, é necessário destacar que por mais que a monocultura tenha assumido papel determinante na definição dos outros aspectos da colonização, a posse de escravos foi o aspecto de maior aristocratização do período. Especificamente, Freyre considera que o escravo foi majoritariamente negro por sua capacidade agrícola mais aprimorada, uma vez que já

pertenciam, na África, à civilizações com inclinações sedentárias, enquanto os nativos ainda era itinerantes em sua maior parte,

“A monocultura teve de ser latifundiária e escravocrata pelas suas próprias condições de sistemas de exploração agrícola quase militar, talvez necessário em terras como a do Brasil de 1500;” (FREYRE, 2009, pág. 85) “A civilização brasileira do açúcar, que culminou em Pernambuco, teve de depender do escravo negro de modo absoluto.” (FREYRE, 2009, pág. 127)

Em meio a monocultura da cana era muito difícil que se estabelecesse outras culturas, mesmo nas épocas de entressafra. Sendo latifundiária, e progredindo em termos espaciais ao invés de produtivos, o território é regido pela monocultura e pelo sistema econômico e social que dela derivam. A expansão é uma característica dessa ocupação, e é “O espírito do senhor latifundiário que procura dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca faltem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais e das pessoas ao açúcar.” (FREYRE, 2009, pág. 86-87).

A monocultura açucareira origina as condições da ocupação, e em seguida alimenta as relações dentro do núcleo de organização da sociedade, a casa. As formas sociológicas que resultaram da cultura da cana foram, sempre, partes integrantes de sua produção. Sendo ela, inclusive, a responsável pela formação “do tipo mais puro de aristocrata brasileiro: o senhor de engenho.” (FREYRE, 2009, pág. 121) Foi ela todo um complexo do rio e do massapê, sendo para a colônia sua esfera de trabalho e lazer, transporte, educação moral e religiosa.

Dentre as consequências específicas que decorrem do latifúndio monocultor é interessante citar a subnutrição. O sistema de alimentação colonial foi insuficiente para uma nutrição sadia, uma vez que a agricultura aqui estabelecida, sendo latifundiária e monocultora, não deixava espaço para outras culturas que não as induzidas pela demanda europeia. O mais comum fora a cana, segundo o autor, eram plantações de entorpecentes, entre eles o tabaco e a maconha, usados pelos trabalhadores, muitas vezes sob o incentivo dos senhores, para ocupar o ócio dos escravos durante a época em que a colheita não era viável,

“Era a sombra da monocultura projetando-se por léguas e léguas em volta das fábricas de açúcar e a tudo esterelizando ou sufocando, menos os canaviais e os homens e bois a seu serviço.” (FREYRE, 2009, pág.103)

Quando o autor afirma “menos os canaviais”, é porque em sua análise, o maior impacto desses alimentos “dos mais deficientes e instáveis” (FREYRE, 2009, pág.96) foi sobre a população livre, ou seja, fora do núcleo central de desenvolvimento do açúcar e longe dos “homens e bois a seu serviço”. Óbvio em relação aos senhores opulentos, em relação aos escravos isso se repetia pela necessidade de se conservar a eficiência e prolongar a vida do capital que representavam.

Entre todas as doenças que assolavam os povos da América portuguesa, Freyre afirma que “A grande doença, raiz de quase todas, que era o sistema econômico dentro do qual o homem vivia - a maioria, negra e parda, escrava da minoria pálida; e todos escravos da cana. Escravos do Açúcar.” (FREYRE, 2009, pág. 147).

Esse argumento nos aproxima da concepção de Freyre a respeito de a formação social do Brasil explicar-se menos em termos de raça do que em termos econômicos. Para o autor, a forma econômica gerou atritos entre os diferentes atores da colonização, e faz referências às diversas manifestações de conflitos de classes¹¹ que decorrem dessas perturbações, afirmando que “A história natural - como a social - do Nordeste da cana, nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrios, em grande parte causado pelo furor da monocultura.” (FREYRE, 2009, pág. 80)

Em meio à esse modelo, Freyre afirma que a todo estudioso do tipo patriarcal e da economia escravocrata no Brasil, é necessário o profundo conhecimento do *Deep South* estadunidense, uma vez que ambos se reproduziram por características similares quanto às influências das técnicas de trabalho - escravidão, latifúndio, monocultura. No entanto, ao contrário dos Estados Unidos, o período escravocrata no trópico português não se traduziu em revoltas e revoluções, ao menos não na mesma intensidade, e com certeza não levou à mudanças - diferença entre o Brasil e os Estados Unidos que o autor afirma poder se estender para o Brasil em oposição à toda a América.

São muitos os aspectos opressores que poderiam ter gerado revolta no Brasil, e na procura pela origem dos desequilíbrios que surgem da ocupação européia, é necessário considerar que o colono branco, sem auxílio algum da coroa portuguesa, precisou submeter outras raças ao trabalho compulsório para atender as demandas metropolitanas. De maneira geral, é possível afirmar que no intercuro das raças, das culturas, dos gêneros e das classes na formação do

¹¹ Para dar o exemplo de alguns conflitos em meio a forma de dominação colonial o autor cita, por exemplo, Astrojildo Pereira, “Sociologia ou apologética?” (1929). Ou ainda Caio Prado em “Evolução política do Brasil” (1933) e Sodré em “Formação da sociedade brasileira” (1944)

Brasil, o senhor de engenho, branco e católico, foi o personagem que se mostrou hegemônico em termos de dominação,

“Verdadeiros clãs se desenvolveram às vezes à margem dos rios pequenos dominados pelo velho de uma casa-grande maior, mais dona do rio, da água e da várzea que os outros.” (FREYRE, 2009, pág. 62)

Portanto, destaca-se entre os conflitos coloniais aquele que se estabelece entre as duas extremidades de seu cerne monocultor, entre senhores e escravos. Sendo esse conflito de classe, é também uma oposição de raça em meio à escravidão africana, e social enquanto hierarquia. Não há aspectos que possam diminuir as agressões inerentes à este regime - “E o padre Cardim já notara que muito sofrimento custava ao negro o fabrico do açúcar; e muito pecado ao branco.” (FREYRE, 2009a, pág. 127)

Evidentemente, não podemos limitar os conflitos coloniais à essa oposição, ainda que seja ela a principal na análise de Freyre. Da mesma forma, o modo de ocupação colonial gerou oposições também de gênero, com as mulheres sendo podadas de sua espontaneidade para servir de ventre na gênese do Brasil. Já por sua vez o espírito catequizador, que a coroa utilizou para legitimar moralmente a necessidade de expansão marítima, gerou conflitos também entre as diferentes religiões que se encontram os trópicos portugueses. E podemos citar ainda o conflito entre as gerações, exercício necessário a transmissão das tradições de família que acaba por negar a espontaneidade ao jovem.

Em meio a esses atritos, o autor procura a tradição brasileira nos aspectos que foram capazes de permanecer exercendo suas formas sociais. Ou seja, de que forma se sustentou aqui um estilo de dominação que gerou inúmeros conflitos? Ou ainda, porque não se manifestou aqui movimentos de combate à estrutura que se estabeleceu, a exemplo do observado em parte do continente americano?

Tentamos, anteriormente, elucidar um pouco as necessidades da empresa colonizadora em meio ao trópico e as dificuldades com as quais os portugueses se depararam quando nas Américas. Retomando, não seria possível ao europeu lidar com as matas, submetendo-as à agricultura, sem que aprendessem sobre os trópicos com os nativos. Tão pouco se teriam formado famílias nos primeiros anos da colonização senão no intercuro dos colonos com o gentio. Ademais, pouco se sustentaria tamanha população negra dominada por poucos brancos se a distância entre os dois não fosse reduzida de alguma forma. A ocupação produtiva do

espaço exigia não uma dominação intransigente, mas uma relação em que todos os atores se submetessem à mudanças. Em resumo, Gilberto afirma,

É “Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil (...)” (FREYRE, 2006b, pág. 69)¹².

Foi, portanto, na necessidade de haver contato entre os extremos que foi possível a estabilidade das relações coloniais. E coordenando os agentes, foi também ela que gerou as heranças culturais que incidem ainda hoje na sociabilidade brasileira.

“Sem que no Brasil se verifique perfeita intercomunicação de seus extremos de cultura - ainda antagônicos e por vezes até explosivos, chocando-se em conflitos como o de Canudos - ainda assim podemos nos felicitar de um ajustamento de tradições e tendências raro entre povos formados nas mesmas circunstâncias imperialistas de colonização moderna nos trópicos.” (FREYRE, 2006b, pág.231)

Assim, em termos culturais, a transigência dos colonos para com as “raças inferiores” corroborou para o ambiente estável da dominação colonial. Ainda que a cana tenha submetido todos ao seu redor à uma violência expressiva, o senhor de engenho, figura de maior poder nessa sociedade, relacionou-se intimamente com seus dominados, permitindo que certa camada de afetividade mascarasse a agressividade típica à uma sociedade escravista,

“(...) a cultura primitiva - tanto a ameríndia como a africana - não se vem isolando em bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis (...) Nem as relações sociais entre as duas raças, a conquistadora e a indígena, aguçaram-se nunca na antipatia ou no ódio cujo ranger, de tão adstringente, chega-nos aos ouvidos de todos os países de colonização anglo-saxônica e protestante.” (FREYRE, 2006b, pág. 231)

É, portanto, a partir do processo de adaptação às necessidades da ocupação do espaço, agora não apenas geográficas, mas também sociais, que o autor começa a definir as relações entre os opostos coloniais como determinantes para a estabilidade. A adaptação permitiu ao

¹² D.G. Dalgado em *The climate of Portugal* (Lisboa, 1914): “acclimatize themselves in various parts of the world better than almost all the other European races”. Ou ainda Luís Pereira Barreto (O século XX sob o ponto de vista brasileiro, o estado de são paulo, 23 de abril de 1901): “O que a observação científica dos nossos dias nos ensina é que nenhuma raça no mundo iguala a portuguesa como aptidão para se adaptar a todas as condições imagináveis da existência terrestre.”.

colono alcançar seus objetivos mercantis. Conforme a necessidade, os alicerces da forma de sociabilidade foram se desenvolvendo junto com a dinâmica de ocupação do espaço.

Sendo o agente determinante do movimento de colonização o colono, Freyre afirma que a sociedade brasileira não colapsou na colônia, sobretudo, pelas características adaptativas do português e as consequências decorrentes dela. E deixa claro uma coisa: a flexibilidade do português com outras culturas se dá, sobretudo, pela impossibilidade que encontraram em desenvolver aqui uma aristocracia aos moldes europeus, uma herança ibérica.

1.3 O antecedente português - o colonizador por excelência

Gilberto Freyre traça então as características portuguesas que permitiram à colonização seu caráter adaptativo, que segundo o autor a difere daquela desempenhada no lado norte do continente americano. Primeiramente, o ponto essencial para se compreender a relação do colono português com os trópicos seria, para Freyre, Portugal ser de certa forma um local indefinido entre a Europa e a África, pelo contato bélico que teve com esse continente, majoritariamente com os mouros. Para o autor, a aproximação com os árabes foi “amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas (...) Que tudo isso sofre restrição ou refração em um Portugal influenciado pela África.” (FREYRE, 2006b, pág. 66-67).

Ao contato com os mouros soma-se a necessidade que se viu o português do cosmopolitismo, uma vez que a falta de barreiras geográficas, somada a característica peninsular do território, fizeram dele um povo com inclinações comerciais. A questão é que pela sua mobilidade no globo, os lusitanos estavam acostumados a lidar com outras culturas, relação dentro da qual se desenvolve maior capacidade de diferenciação social. Seriam, os portugueses, um povo mais receptivos no contato com outros povos e raças.

Em nenhum aspecto era estratificada, para o autor, a sociedade portuguesa. A única estratificação mais rigorosa, talvez, seja a religiosa. A força que Freyre deposita nesse antagonismo apenas religioso, e não racial ou cultural, o faz afirmar que em Portugal nunca existiu uma hegemonia de raça ou cultura, apenas hegemonias momentâneas, que se modificavam conforme o português tinha seus diversos contatos com outros povos. De maneira geral, isso se dá porque, em meio aos ciclos de submissão de um povo ao outro, consolidou-se maior transigência entre as camadas de dominação no povo português - um aspecto “quente e plástico do seu caráter nacional, das suas classes e instituições, nunca endurecidas nem definitivamente estratificadas.” (FREYRE, 2006b, pág. 210)

O mecanismo pelo qual o contato com outros povos foi dissolvendo a rigidez das instituições europeias, segundo o autor, decorre da fluidez entre as classes que se foi se

constituindo em Portugal. A esse respeito, nota-se que no lugar da aristocracia típica da Europa o povo português foi o que mais rápido concebeu aspectos de burguesismo.

Aqui é necessário compreender o papel da Igreja no processo. Isso porque o direito que se constituiu em Portugal foi resultado de um amálgama entre o império falecido de Roma e as culturas nórdicas invasoras. De forma que “foi entre essas duas influências e amaciando-lhes os antagonismos que uma terceira sutilmente interveio, dando às instituições peninsulares novo sabor jurídico: o direito canônico.” (FREYRE, 2006b, pág. 283) Nas mãos das autoridades religiosas se concentrou, portanto, parte significativa dos mecanismos jurídicos. Notável era a capacidade dos bispos em influir e concluir sobre questões civis - caráter que talvez tenha seu zênite no Tribunal do Santo Ofício.

Com a Igreja assumindo proporções para além da simples ocupação da terra, organizando juridicamente e militarmente a sociedade portuguesa, a nobreza episcopal acabou por limitar os poderes da aristocracia hereditária de Portugal, levando-a a encontrar na burguesia em surgimento sua garantia de sobrevivência. Aqui surgem sintomas de mobilidade. E pouco a pouco, os jovens nobres passaram a procurar na classe média em ascensão, sobretudo na mercante, suas esposas, em um movimento que permitiu que a aristocratização transigir em relação à classe, e à raça,

“Debilidados sob a pressão dos latifúndios eclesiásticos, não poucos aristocratas, dos de origem nórdica, foram buscar na classe média, impregnada com sangue mouro e hebreu, moça rica com quem casar. Daí resultou em Portugal uma nobreza quase tão mesclada de raça quanto a burguesia ou a plebe.” (FREYRE, 2006b, pág. 207)

Ao escravizar e ser escravizado pelo mouro, Freyre afirma que o português passou a ter contato mais íntimo com seu subordinado. A valorização do mestiço burguês, mouro e europeu, atribuem certa mobilidade social, uma vez que a nobreza não ficou presa em privilégios exclusivos à uma família, rígidos à uma genética. Esse é um dos principais fatores que explicam a relativa facilidade do português em transigir perante outras raças e culturas. Aspecto que o autor denomina como sendo a Plasticidade Social do português, “Influência que o predispõe como nenhuma outra para a colonização agrária, escravocrata e poligâmica - patriarcal, enfim - da América tropical.” (FREYRE, 2006b, pág. 285). De forma que “essas tendências cedo se desenvolveram em forças impetuosas de diferenciação e autonomia.” (FREYRE, 2006b, pág. 274) do povo lusitano.

Por fim, Freyre ressalta a aclimatabilidade do português, sua capacidade de se adequar a regiões tropicais como nenhum outro povo da Europa. Sua presença em clima mais próximo ao tropical, e seu contato com povos destes mesmos climas - muitas vezes pela guerra - permitiu que seu deslocamento para áreas quentes do globo não fosse tão dramática como o fora para colonizadores originários de climas frios.

De maneira geral, a mobilidade comercial do português, junto de sua plasticidade social e sua aclimatabilidade, permitiram que se desenvolvesse um caráter “flutuante” em sua moral, que o conduz a tratar os antagonismos como aspectos a serem adaptados, não apenas suprimidos, permitindo a maior estabilidade da sua expansão marítima,

“não só conseguiu vencer as predisposições de clima e de solo desfavorável ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como a suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de cor.” (FREYRE, 2006b, pág. 13)

Em meio a capacidade de diferenciação social que possuía o português, seu contato com uma nova terra, novas culturas e raças, fez com que construísse novas formas de sociabilidade, permitindo maior estabilidade entre os conflitos que se desenvolviam no cerne da monocultura escravista. É a empresa colonizadora que molda as pressões que os portugueses originalmente sofrem em sua entrada na América, e quando aqui se encontram, passam a enfrentar e se adaptar às dificuldades locais - geográficas e sociais - formando na convergência desses aspectos a sociedade brasileira.

O escravo, por exemplo, “forma entre os brasileiros, tanto quanto entre os mouros, mais gente de casa do que besta de trabalho.” (FREYRE, 2006b, pág. 299). E dessa forma “(...) iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico.” (FREYRE, 2006b, pág. 79)

Em resumo, enquanto a colonização de grande parte da América se fez no sentido de impor uma civilização já consolidada na Europa, aquela empreendida pelo português modificou tanto o português quanto o trópico, criando um novo espaço e um novo povo a partir da adaptação. Segundo Freyre, “Distanciado o brasileiro do reinol por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça” (FREYRE, 2006b, pág. 36)

Outra raça, que habita uma nova casa. Na ocupação do solo, a habitação se manifesta como resultado das necessidades econômicas e sociais num primeiro momento, e parece se transformar na geradora dessas necessidades no período posterior.

1.4 A casa como resultado da ocupação econômica do trópico

“Não era, porém, somente a gente da família que ali se via. Outros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, homens calados. Depois seriam eles os meus bons amigos. Eram os oficiais carpinas e pedreiros, que também se serviam com o senhor de engenho, nessa boa e humana camaradagem do repasto. (REGO, 2018, pág. 33)

Após apresentar os obstáculos à manutenção de uma sociedade equilibrada no Brasil colônia, seja pela exploração escravista, pela alimentação deficiente, pela minoria branca que dominava grandes contingentes de negros e índios, ou ainda pelos abusos sexuais dos senhores para com suas subordinadas, afirma o autor que a ela só se reproduziu sem grandes colapsos pelas aproximações entre os extremos. E como mencionado anteriormente, são as características do português que permitiram essa aproximação. Ainda assim, é necessário destacar que o locus no qual essa aproximação encontrou sua mais significativa expressão foi a casa, sobretudo por ser ela o resultado da conquista do homem sobre o meio,

“Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional , por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos (...) valor pelo que representa de harmonização estética: a da construção humana com a natureza. Valor pelo que representa de adaptação higiênica: a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, da natureza regional, representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres.” (FREYRE, 1996, pág. 37-38)

Ademais, precisamos considerar que, para Freyre e Spengler, o convívio é o mecanismo pelo qual uma ordem social se forma, e as regras de convívio do nordeste açucareiro vieram das casas-grandes de engenho durante a formação brasileira. Como maior representante de uma vida íntima e capaz de demonstrar os aspectos estruturais de uma sociedade, Freyre considera a casa como o foco da microsociologia, de forma que “Spengler quase repete Schmoller quando exalta a influência do atrium patriarcal.(...) E a casa é, na verdade, o centro mais importante da adaptação do homem ao meio.” (FREYRE, 1981, p.XLVI).

Dentro da casa, a instituição que regula e organiza a sociedade é a família. Isso porque em torno da família típica que se desenvolvem os antagonismos da sociedade, assim como seus equilíbrios e acomodações. E a família típica no Brasil colonial, para o autor, foi a patriarcal.

Segundo Florestan Fernandes (1996), a definição geral de patriarcalismo remonta à organização social das tribos hebraicas, nas quais o patriarca exercia o mando das diferentes esferas de sociabilidade, tudo em nome da tradição e linhagem mítica. A forma como esse patriarcalismo se reproduzia¹³ não se mostrou de maneira plena posteriormente, no entanto, diante das diferentes formas de dominação senhorial foi possível observar manifestações típicas de família patriarcal, e a Europa ocidental transmitiu muitas delas às suas colônias.

O patriarcalismo se transferiu da Europa - onde ele já estava em desagregação - para a América a partir da estrutura econômica sob a qual o europeu aqui se estabeleceu. Ou seja, o trabalho escravo e a facilidade de obter escravos, assim como a grande lavoura de exploração monocultora, perpetuaram a integração da família patriarcal no novo espaço.

De maneira geral, podemos reconhecer o patriarcalismo como uma forma de dominação na qual a distância entre o dominado e o dominador são reduzidas a partir dos espaços de comunhão entre esses extremos. No Brasil, o principal desses espaços foi a casa, onde o patriarcalismo foi a forma de dominação que para além da estratificação permitiu certa mobilidade, suavizando os gestos da subserviência a partir do contato entre as culturas envolvidas na colonização. A formação da família patriarcal, e a estabilidade que dela decorre, aparece no autor como uma decisão do português. Filha da necessidade, claro, mas conduzida de forma consciente por um colonizador capacitado para tal forma de dominação. São essas as características conciliativas que permitiram a adaptação do branco aos trópicos.

A forma de dominação estabelecida nos trópicos lusitanos foi patriarcal a partir do prestígio que se construiu em torno da família. Muitos privilégios eram concedidos àqueles que nos trópicos desempenhavam funções de interesse à metrópole, o que corroborou para a constituição dos prestígios da família patriarcal de engenho. Ainda assim, esse prestígio não poderia ser excludente em uma sociedade imersa em conflitos, fazendo necessário que a família integrasse outros atores no exercício da sua dominação, movimento que foi feito na esfera íntima da sociabilidade da casa, construindo certo carisma em torno da figura dos agentes da dominação.

¹³ “A tribo poderia não possuir uma posição ecológica definida e persistente, mas possuía uma organização interna estável, graças à qual se garantia a unidade permanente de diversos grupos, através da ordem de sucessão e da comunhão religiosa, que servia de fundamento à comunidade de interesses políticos, econômicos e militares, e que assegurava a continuidade das parentelas no espaço e no tempo.” (FERNANDES, 1996, pág.76)

Freyre concebe a história da sociedade brasileira a partir da relação entre 3 elementos essenciais: o trópico; a interrelação entre as 3 etnias/culturas; e o patriarcado. Esses 3 aspectos da colônia se manifestam em simultâneo, de forma que não é possível encontrar o ponto de partida para um deles, senão enquanto um conjunto. Ainda assim, é possível encontrar sob os mandos do patriarcalismo a função de organizar a sociedade, inclusive nos seus outros 2 aspectos formadores, a miscigenação das etnias e a adaptação ao trópico. No patriarcalismo é que os portugueses, portanto, encontram suas “Vantagens para melhor adaptação, senão biológica, social.” (FREYRE, 2006b, pág.75).

Casa-Grande & Senzala, de 1933, é um estudo da família patriarcal rural enquanto ponto de acomodação dos antagonismos entre classes, raças, religiões e culturas tradicionais, o que permite a Freyre concluir ser ela a instituição organizadora/geradora da sociedade colonial, capaz de constituir nova realidade sociológica. Destaca-se que a família patriarcal foi o arcabouço de sua própria sustentação, uma vez que que reforçava sua superioridade perante outros segmentos sociais a partir de seu prestígio, ao mesmo tempo que gera interação suficiente para que os desprestigiados não questionem sua hegemonia.

Quanto a origem desse prestígio em torno da família, Freyre afirma que parte considerável decorria de seu esforço de ostentação. Ostentações que normalmente se realizavam às custas de gastos básicos, como alimentação e vestimenta doméstica, “sacrificaram o conforto doméstico e a alimentação da família e dos negros à vaidade de simularem grandeza” (FREYRE, 2006b, pág 528). A boa vida de particulares ricos que alguns cronistas descrevem são, em verdade, luxos estéreis, possuindo “Palanquins forrados de seda, mas telha-vã nas casas-grandes e bichos caindo na cama dos moradores.”(FREYRE, 2006b, pág.101)

Para o autor, em torno da família patriarcal se deu a concentração de capital e aquilo que - resgatando Veblen e seu consumo conspícuo¹⁴ - chamou o autor de ostentação da riqueza, um dos aspectos de prestígio que permitiram a manutenção de uma posição econômica e socialmente privilegiada. Sobre a ostentação da riqueza nos hábitos patriarcais da capital do Império brasileiro o autor cita William Scully, que afirma serem as casas tradicionais “afford miserable accommodation, more especially as the sleeping closets, called alcovas, are all without windows, the Brazilians usually devoting their best rooms to ostentation” (SCULLY, 1866, pg. 152),

¹⁴ Veblen (1899), “A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições”. Nas páginas 528-530 (casa grande) o autor fala do consumo conspícuo e de sua importância para sustentar a moral patriarcal. Ostentações que normalmente se realizavam às custas de gastos básicos, como alimentação e vestimenta doméstica.

“Era nas mesas, nos grandes pratos cheios de gorda carne de porco com feijão-preto, de pirão - espécie de pudim oleoso que o escritor Artur de Oliveira celebrava na sua prosa colorida -, de canjica, de pães doces, de doces, de bolos e de sobremesas frias, que os brasileiros mostravam sua melhor hospitalidade patriarcal.” (FREYRE, 2009b, pág. 92)

Constituindo um reino acomodatório para os conflitos dos primeiros séculos de colonização, a família patriarcal permite a aproximação não apenas de raça, mas de culturas e formas de sociabilidade. Contato que teve como locus sociológico, sobretudo, a escravidão doméstica e os eventos religiosos, maiores pontos de confraternização entre os extremos coloniais. Ao equilibrar os antagonismos¹⁵ entre os elementos originários da colonização, a família foi capaz de formar uma nova raça, uma nova cultura e uma nova sociabilidade, ou seja um novo povo, o brasileiro (FREYRE, 2006b, p.33),

“A casa grande venceu no Brasil a igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice reis e os bispos.” (FREYRE, 2006b, pág. 38).

A família é a “aristocracia colonial mais poderosa da América (...) o rei de Portugal quase reina sem governar” (FREYRE, 2006b, pág. 81). O cristianismo que aqui se pratica é, inclusive, mais social que religioso “um culto de família mais do que de catedral.” (FREYRE, 2006b, pág. 84).

No campo econômico, por sua vez, Florestan Fernandes afirma que a família patriarcal assumiu o principal espaço de ascensão social por ser o maior símbolo de prestígio da colônia, exercendo sua influência a partir de uma “vasta gama de diferenciação dos homens e do seu destino social” (FERNANDES, 1996, pág. 81). Desde o século XVI as ocupações sociais dependem da posição do indivíduo na família patriarcal, característica de diferenciação social que permitiu à evolução econômica se manter nos limites do engenho. E a partir dessas condições, a família reuniu as funções sociais e econômicas da colônia, que em seguida se traduziu também em funções políticas de nepotismo e oligarquias regionais.

Foi um sistema autocrático o engenho dominado por família patriarcal: de economia enquanto modelo de produção, trabalho e ascensão social; religião a partir das capelas de

¹⁵ Sobre o equilíbrio entre antagonismos enquanto determinante na formação social, ver Georg Simmel (1986) em, “Sociologia: estudios sobre las formas de socialización”.

engenho, tutelada pela família local em um movimento também de aproximação com os santos¹⁶; educação com os jovens sendo educados dentro de casa, sob a sombra da influência patriarcal; e política a partir do compadrismo que se desenvolveu dentro da classe dos senhores. Nas palavras de Zé Lins,

“Depois do jantar o meu avô sentava-se numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. (...) Chegavam sempre de chapéu na mão com um “Deus guarde a Vossa Senhoria”. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédios para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixa dos vizinhos. (...) A todos o meu avô ia dando uma resposta ou passando uma descompostura, mas cedendo sempre no que pediam.” (REGO, 2018, pág. 80-81)

A família patriarcal de casa-grande de engenho, dessa forma, domina todos os aspectos sociais nos limites da sociedade do açúcar, tendo como característica elevar o poder da tutela familiar em detrimento à espontaneidade do indivíduo: “a aptidão para a crítica de ideais e para a crítica social surge raramente num ar tão abafado como a atmosfera dos grandes sistemas patriarcais e escravocrata.” (FREYRE, 2009, pág. 141) É necessário sempre ter em mente que a casa, e portanto a família patriarcal, assume função esterilizadora quanto ao que vem de fora.

No caso específico da religião tutelada pela família patriarcal, sua forma no Brasil não foi a oficial, com ligações com o rei, mas sim aquela desempenhada pela capela de engenho, de um catolicismo familista. Assumindo nessa situação as funções de “(...) capelães, de padres-mestres, de tios padres, de padrinhos de meninos; à confortável situação de pessoas da família, de gente de casa, de aliados e aderentes do sistema patriarcal (...)” (FREYRE, 2006b, pág.272).

É importante ligar o modo do patriarcalismo brasileiro com o seu catolicismo. A religião está em todas as esferas e períodos da vida na colônia, e sempre como uma dependência patriarcal ligada desde o início ao interesse econômico da ocupação colonial, legitimando moralmente uma ocupação econômica. A religião, sendo católica, apresenta componentes importantes de reprodução do patriarcalismo. Nesse sentido podemos destacar a educação doméstica, esta que era, usualmente, feita pelos padres capelães de engenhos, de capela tutelada pela família típica da sociedade do açúcar. Ademais, Deus é o melhor vigia da moral familística, então “A disciplina doméstica tinha como base o temor a Deus. Mas se este falhava, entrava vigorosamente em ação o chicote. A severidade era, frequentemente, exagerada.”(FREYRE, 2009b, pág. 94)

¹⁶ “Nunca deixou de haver no patriarcalismo brasileiro, ainda mais que no português, perfeita intimidade com os santos”(FREYRE, 2006b, pág.39)

Dessa constituição social afirma o autor resultar, também, a posição desfavorável da mulher na sociedade brasileira. Sofrendo ela opressão não apenas sexual, mas social, sob o mando do pai ou marido. Nesse sentido, Freyre afirma que as mulheres eram mais violentas com os escravos do que os homens, pelo simples motivo de viverem quase a vida toda trancafiadas em casa envolta por escravos submissos. Ainda assim, o autor salienta que esse sadismo das sinhás é resultado de sua submissão ao homem, pois “Sadistas eram, em primeiro lugar, os senhores com relação às esposas.” (FREYRE, 2006b, pág. 421). E esposas que enquanto meninas foram “criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viviam sob a mais dura tirania dos pais - depois substituída pela tirania dos maridos (...) a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência” (FREYRE, 2006b, pág. 510)

“Mulheres que morriam velhas aos vinte e cinco anos, no oitavo ou nono parto, sem outra intimidade com o marido que da cama patriarcal. A intimidade do ventre passivamente gerador com o órgão ao mesmo tempo agressivamente viril e senhoril do dono da casa. (...) Menina aos onze anos já iaiazinha era, desde idade ainda mais verde, obrigada a “bom comportamento” tão rigoroso que lhe tirava, ainda mais que ao menino, toda a liberdade de brincar (...) abafadas em sedas, babados e rendas; ou usar decote, para ir ao teatro ou a algum baile.”(FREYRE, 1981, pág. 116-117)

Sobre os meninos a situação é similar, “A educação da criança pareceu-lhe reduzir-se a esta função melancólica: destruir nos meninos toda espontaneidade.” Centralizadora, a casa continha a sala de aula em que o capelão patriarcal exercia sua função esterilizadora. Nesse sentido, afirma o autor que a educação do filho homem, até a introdução das estradas de ferro no meio do século XIX, era feita na casa grande “Até então, esposas e filhos se achavam quase no mesmo nível dos escravos.” (FREYRE, 2006b, pg 509)

A casa é o maior centro de formação cultural, mas sempre em um movimento que esteriliza o estranho. O jovem sob a tirania do adulto, a mulher sob a do homem, o escravo sob a do senhor, e todos sob a do açúcar.

Ainda assim, é necessário compreender que a influência da família rompe a barreira das casas. Sendo na confraternização que os extremos coloniais se misturam, a casa representa o berço da adaptação portuguesa, mas para além da origem, ela é também o fundamento dessa dominação transigente, uma vez que a partir do prestígio em torno dos símbolos patriarcais ela transborda as paredes da casa, levando à toda sociedade do açúcar seu espírito conciliador. O mimetismo para com as elites garantia que a família patriarcal fosse carismática em todo domínio português na América.

Ele faz uma boa distinção entre os escravos domésticos e os trabalhadores do campo: “Deve-se porém distinguir entre os escravos de trabalho agrícola e os do serviço doméstico - estes beneficiados por uma assistência moral e religiosa que muitas vezes faltava aos do eito.” (pg. 539) E na nota que acompanha essa passagem: “Na hierarquia da escravatura brasileira das grandes fazendas ou engenhos o status do escravo ia desde o de quase pessoal de família ao de quase animal ou quase bicho.” (FREYRE, 2006b, pág. 567)

“No caso dos escravos constituídos cristãmente em família, à sombra das casas-grandes e dos velhos engenhos, terá havido, na adoção de nomes fidalgos, menos vaidade tola que natural influência do patriarcalismo, fazendo os pretos e mulatos, em seu esforço de ascensão social, imitarem os senhores brancos e adotarem-lhe as formas exteriores de superioridade.” (FREYRE, 2006b, pág. 540)

A sociedade nordestina do açúcar extrapola os limites da casa, e, inclusive, do massapê a partir da cultura estável que cria sua hegemonia na determinação cultural. Economia, religião, vida sexual e política se organizam de forma semelhante nos diferentes substratos do território nacional, e sobrevivem ao tempo e às mudanças sociais assim como alguns hábitos de vida material como higiene do corpo e da casa - “tigre”; touceira de bananeira; banho de rio; banho de gamela; banho de assentos; lava-pés - ou o transporte - carro de boi; banguê; rede; cavalo - sempre a partir da família, de sua rotina. (FREYRE, 2006b, pág. 36)

“Não descobrimos ainda passado regional brasileiro, de significado histórico, inteiramente rebelde à definição sociológica pelo domínio ou pela presença de complexo patriarcal, em que a unidade de forma de convivência humana - a hierarquia patriarcal revelada principalmente nos estilos sociais de habitação - sirva de elemento de superação aos contrastes que ofereçam as várias substâncias que constituem o Brasil étnico, o Brasil etnográfico, o próprio Brasil geo-econômico.” (FREYRE, 1981, p.LXXVII).

Até aqui, procuramos salientar as características que decorreram da ocupação dos trópicos por Portugal, sua adaptação ao meio, as consequências antagônicas da forma de produção que instaurou, assim como a forma patriarcal que lidou com esses antagonismos. Voltaremos agora a atenção para a ferramenta que, segundo o autor, permitiu o equilíbrio entre os opostos coloniais, forma pela qual o patriarcalismo familiar se reproduziu hegemônico e conciliador ao mesmo tempo. A miscigenação entre as raças ditas superiores e inferiores.

O contato entre as raças é o principal ponto de aproximação entre os extremos coloniais. A partir da mistura das etnias se misturam também cultura e religião, de forma que as opressões dessa sociedade deixam de ser exclusivamente violentas, amaciando-lhe a agressividade pelo contato. Freyre destaca, dessa forma, o poder conciliador que a mestiçagem representou para a colônia brasileira,

“uma força de atuação social e psicológica mais larga e mais profunda que a escravidão. Não permitir nunca que se endurecesse em antagonismos absolutos aquela separação dos homens em senhores e escravos, imposta pelo sistema econômico.”
(BASTOS, 2006, pág. 44)

Como comentado anteriormente, os aspectos de estabilidade são importantes porque eles possibilitam a continuidade das estruturas sociais. Considerando que em seus estudos Gilberto procura o que é o povo brasileiro e sua tradição, os pontos de equilíbrio e suas consequências na sociabilidade são o foco de sua atenção. E, novamente, enquanto o patriarcalismo representa todo um sistema de prestígio e acomodação, a miscigenação se mostra como o mais efetivo campo de atuação.

Explicando como ela se desenvolveu na América portuguesa, o autor afirma que nos primeiros anos de colonização ela se manifesta como forma de adaptação dos homens à vida agrária nos trópicos. Isso porque a escassez de europeus era notável em um território dominado por um Portugal de baixa demografia. De forma que “A transigência com o elemento nativo se impunha à política colonial portuguesa: as circunstâncias facilitaram-na.” (pg.161), e o sexo com as nativas foi o elemento primeiro de mestiçagem, e a primeira forma familiar de ocupação colonizadora dos portugueses na América. Freyre destaca, citando Richard Burton, que no litoral o casamento de jovens com europeus era até comum, mas no interior o mulatismo era um “mal necessário”¹⁷.

Ressaltando a escassez de europeus para a constituição familiar, Gilberto afirma que ao longo da história do catolicismo brasileiro, vários cultos a santos dedicados ao casamento, à reprodução e à fertilidade foram populares entre as elites, entre eles: São João, São Gonçalo, Nossa Senhora do Ó - esta que muitas das vezes era representada por uma mulher grávida. A igreja, inclusive, assumiu o papel de ser um local de paquera, onde os cultos, e em particular as festas, exaltavam cunhos sexuais. Danças afrodisíacas que apenas depois de alguns séculos

¹⁷ Richard Burton, “The highlands of the Brazil”.

começaram a ser proibidas, sem que a igreja deixasse de ser um local de união dos sexos, por ser lá um dos poucos lugares de convívio social das famílias de engenho.

O colono transigiu primeiramente em relação ao nativo, mas em seguida em ao escravo negro. Senhores de engenho vivendo uma vida poligâmica, dentro da qual muitas escravas foram mutiladas e mortas sob o ciúme das sinhás que eram traídas por toda vida. Tamanha fora a intensidade da miscigenação no Brasil, que Freyre deposita na sociedade brasileira a característica de ter as heranças puras dos povos originários “antes (como) curiosidades etnográficas, étnicas ou estéticas que realidades sociológicas.” (FREYRE, 1981, p.LXIX). De forma que “dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação.” (FREYRE, 2006b, pág. 31).

Latente em toda a obra de Freyre, seu debate sobre as raças dialoga com os autores que o precederam nas tentativas de reconhecer o que é o povo brasileiro. Como comentado na primeira sessão deste capítulo, a tese do autor se coloca em oposição das pretéritas, que depositavam sobre a formação social do Brasil certo pessimismo herdado da mestiçagem enquanto aspecto de degenerescência do indivíduo. Gilberto afirma, por outro lado, que não obstante a miscigenação tenha legado especificidades ao país, nenhuma delas o coloca em inferioridade com as civilizações fundadas apenas na raça branca.

Os eugenistas ele bate pela ciência, que impede a hierarquia natural das raças. Se referindo ao Nina Rodrigues:

“Na inferioridade ou superioridade de raça pelo critério de forma do crânio já não se acredita; e esse descrédito leva atrás de si muito do que apareceu científico nas pretensões de superioridade mental, inata e hereditária, dos brancos sobre os negros.” (FREYRE, 2006b, pág. 377)

No exercício de descredibilizar o discurso da superioridade racial, o autor encontra causalidades sociais em muitas das características consideradas antes como heranças genética.¹⁸ De maneira geral, afirma que a amoralidade depositada sobre os não brancos pelos eugenistas era, na verdade, resultado já da condição social em que se reproduziu uma cultura colocada em cativeiro. Nesse ponto, é importante destacar as depravações morais que, por outro lado, eram passadas das casas-grandes para as senzalas - a sexualização da negra, por exemplo, o sadismo e a hierarquia (solidariedade vertical).

¹⁸ “Sá Oliveira, em trabalho publicado em 1895, indicou varios efeitos sobre os indivíduos de raça negra das novas circunstâncias, que podemos chamar econômicas, de sua vida doméstica e de trabalho no Brasil; primeiro como escravos, depois como párias.” (pg 442)

Ademais, destaca-se a subnutrição de grande parte da população, principalmente os da senzala, que adoecidos e degenerados pela monocultura ficavam condenados às características que normalmente se associavam às “raças inferiores” (FREYRE, 2006b, p.33-34). Pesquisas de ciência natural inclinadas ao argumento positivista são questionadas pelo autor quando cita Francis Paul Armitage, E.V. McCollum e Nina Simmonds, e Pedro Escudeiro, autores que afirmam serem os parâmetros destas pesquisas consequência da hiponutrição¹⁹, sendo ela um dos temas tomados pelo autor como consequência social, econômica e cultural (FREYRE, 2006b, p.33-34). Com mais essa contribuição para separar raça e cultura, Freyre afirma que,

“É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime” (...) “A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam.” (FREYRE, 2006b, pág. 315-316; 398)

O autor considera a colonização enquanto movimento de desagregação das sociedades nativas. É um contato que dissolve a cultura primitiva no que se refere à sua “capacidade construtora da cultura, o seu elã, o seu ritmo.”(FREYRE, 2006b, pág. 177)²⁰. Ela pode subsistir em formas de influência no povo colonizador, mas não mais com capacidade de guiar o desenvolvimento cultural daquela nova sociedade.

A moral jesuítica e a formação de uma língua geral são os traços mais característicos dessa dissolução. Os padres colidiram as bases da religião e economia dos índios, com suas reduções de conversão e divisão do trabalho, levando Freyre a afirmar serem os jesuítas “tocados mais do que quaisquer outros na vocação catequista e imperialista (...) puros agentes de desintegração de valores nativos” (FREYRE, 2006b, pág. 178-179). Os aspectos morais eram introduzidos sobretudo pelo menino indígena²¹, e a partir da educação dada pelos padres

¹⁹ Armitage (1922) “Diet and Race”; McCollum e Simmonds (1929) “The newer knowledge of nutrition - the use of foods for the preservation of vitality and health”; Escudeiro (1933) “Influência de la alimentación sobre la raza”.

²⁰ O autor afirma isso citando George Henry Lane-Fox Pitt-Rivers “The clash of cultures and the contact of races”, Londres, 1927.

²¹ Frank Clarence Spencer “Education os the Pueblo child”, Columbia University Contributions to Philosophy, Psychology and Education, n°1, vol.7, Nova York, 1899. O menino doutrinado pelo catolicismo era tido como especial na tribo porque, segundo Couto de Magalhães, esses meninos, quando já homens “eram escolas vivas, porque possuindo igualmente bem as duas línguas, eram o cio indispensável para aproximar as duas raças.” (FREYRE, 2006b, pág. 257)

o culumi transmitia ao restante da tribo os ensinamentos católicos, em um processo de educação dos pais pelos filhos que marcou a dissolução da cultura indígena enquanto força criadora.

Ainda assim, é necessário destacar que ao encontrarem uma população indígena sem a constituição econômica para a exploração simples e comercial, os portugueses tiveram que transigir ao índio para ocupar de forma mais estável o trópico que desconhecia. Na busca dessa estabilidade que devia se constituir sem muito estoque de branco, a mulher nativa foi a primeira mãe da colonização, fenômeno que depositou sobre ela grande parte das interações entre as duas etnias e culturas.

Vale lembrar que a partir de alguns cronistas²² Freyre afirma que na organização econômica do gentio o papel da mulher era mais imprescindível que o do homem, e não apenas pelo seu volume, mas realmente pela importância. Se destaca nisso o trabalho do campo e dentro de casa, cerâmica, a tecelagem, o plantio, a cozinha e o cuidado com os jovens eram, dentre outras, atividades mais comuns à mulher, o que fazia dela “superior a ele na capacidade de utilizar as coisas e de produzir o necessário à vida e ao conforto comuns.”²³ (FREYRE, 2006b, pág. 185). Além de terem sido dentre os nativos, as mulheres as que mais se inseriram na vida íntima dos colonos, elas se inseriram, segundo Freyre, em atividades de vida doméstica que lhes permitiam transmitir mais facilmente sua cultura e possibilitou que muitos costumes, sobretudo ligados à adaptação tropical, fossem passados aos colonos. Costumes de banho, cozinha, higiene, danças e religiosidade. De forma que,

“À mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira.” (FREYRE, 2006b, pág. 162)

Na cozinha, isso se dá nos utensílios, com destaque, por exemplo, aos vasilhames e pilões, comuns até hoje na culinária brasileira. Quanto a dieta²⁴, talvez a maior contribuição tenha sido a mandioca, sobretudo sua farinha, a base da alimentação colonial, segundo Gabriel Soares

²² Jean de Léry “Histoire d’un voyage raict en la t’erre du Brésil”, Paris, 1880. Robert H. Lowie “We are civilized?”, Londre, s.d.. William Graham Summer, Folkways, Boston, 1906. Gabriel Soares de Souza, “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”. Heloísa Alberto Torres “Cerâmica de Marajó”, conferência, Rio de Janeiro, 1929.

²³ Isso se reproduz na vida dos selvagens de forma que o autor interpreta que a poligamia era mais do que apenas por motivos sexuais, mas principalmente um interesse econômico dos homens. E conclui: “Os indígenas do Brasil estavam, pela época da descoberta, ainda na situação de relativo parasitismo do homem e sobrecarga da mulher.” (FREYRE, 2006b, pág. 186).

²⁴ Sobre a influência do gentio na culinária, o autor se utiliza de Teodoro Sampaio, em “O tupi na geografia nacional”, 3ªed, Bahia, 1928.

(cit.), e muito comum na culinária nacional atualmente por meio da tapioca, por exemplo - inclusive sua técnica de preparo permanece similar nas zonas mais rústicas de nossa economia.

Quanto a botica, Freyre cita também Gabriel Soares e seu “Roteiro” para falar de como as práticas indígenas se transmitiram à intimidade dos adventícios, sendo capaz inclusive de superar em prática, no mais das vezes, a medicina acadêmica da europa. Intensa de tal maneira os conhecimentos terapêuticos dos índios com as plantas que o senhor antigo de engenho chegava a afirmar que “não via a necessidade de cirurgiões na Bahia; ‘porque cada um o é em sua casa’” (FREYRE, 2006b, pág. 197)

No entanto, todas essas heranças passadas de um raça à outra não foram acompanhadas pela já citada capacidade criativa da cultura primitiva, que se dissolvia em meio ao aspecto sufocante da colonização. Dessa forma, todas essas características até agora mencionadas, seja de botica, higiene, alimentação ou utensílios domésticos, eram, quando absorvidas, adaptadas às necessidades dos colonos, interrompendo sua evolução no meio em que fora originada. Ademais, é necessário destacar que enquanto o contato com as mulheres nativas permitiu que o português se adaptasse mais confortavelmente aos trópicos, ele exerceu expressiva violência, sobretudo porque o processo de adaptação se dá “em benefício de alguns indivíduos, de algumas famílias ou, quando muito, de uma classe, de um sexo, quase exclusivamente de uma raça, interessada na cultura de uma única planta: a cana-de-açúcar.” (FREYRE, 2009a, pág. 38)

A respeito da agressividade da miscigenação, vale salientar o sadismo dos patriarcas que autor destaca, e que podemos traduzir em violência sexual sobre as índias e negras que eram, em verdade, esturpadas. Situação que o autor trata com eufemismo ao adicionar uma variável duvidosa de certo “masoquismo da índia ou da negra” (FREYRE, 2006b, pág. 113) nas relações sexuais com seus senhores, permitindo que essa relação seja vista como pacífica e integradora. Ainda assim, essas relações eram “no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas” (FREYRE, 2006b, pág. 33). E “O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo (FREYRE, 2006b, pág. 113)

No entanto, considerando que o autor se dedica à um estudo da tradição brasileira, ou seja, das continuidades culturais, o foco do autor se dá no fato de que a escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre as raças, permitindo relações genéticas e sociais. Foi sobre essa base que o colonizador teve de montar sua família, e a miscigenação decorrente, para Freyre, “corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (FREYRE, 2006b, pág. 33). A transigência entre dominados e dominadores típica de uma sociedade miscigenada tende ao

equilíbrio de suas formas, não um conflito puro e explícito. “Por esse motivo as tensões na sociedade brasileira não se explicitaram em conflitos que emergem em movimentos sociais. Por isso a história é pacífica: dá-se sem rupturas.” (BASTOS, 2006, pág. 114).

Nesse debate o autor dialoga com o discurso que superestimava o papel do indígena na formação social do Brasil. E afirma que, apesar das influências que transmitiram aos colonos, os índios não se adaptaram às lavouras e foram por todos os lados pressionados a abandonar as formas de vida anteriores, no que se dispersaram e viveram isolados da nova sociedade. Não adaptado à exploração agrária dos colonos, o índio foi marginalizado com a entrada intensa de negros pelas costas do Brasil. Assim, nos primeiros anos de colonização, enquanto o índio tinha como utilidade para o colono alguns serviços que já eram de seu costume - tal qual a pesca, a caça, a construção de árvores e a guerra - o índio ainda sobrevivera socialmente. No entanto, quando se iniciou a colonização latifundiária o índio sofreu as maiores consequências morais e físicas.

Freyre deposita grande peso na incoerência do indígena ao trabalho da lavoura, à estabilidade e à repetição do exercício agrícola, afirmando estar o africano mais habituado a tal atividade. Nega, por exemplo, as afirmações de que a cultura aborígine da América portuguesa estava em pé de igualdade perante as partes da África que forneceu braços para os engenhos brasileiros. O autor cita a repreensão que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez ao professor Afrânio Peixoto, que em 1916 escreveu em livro que “estavam (os africanos) numa evolução social mais adiantada que a dos nossos índios”²⁵. A revista afirma que em nada os africanos superavam os indígenas, no que Freyre retruca “uma afirmativa que virada pelo avesso é que dá certo” (FREYRE, 2006b, pág. 370). Os negros seriam, assim, superiores aos índios em técnica e cultura²⁶ e até aclimatabilidade²⁷. Destaca-se que não foi pela falta de vigor físico que no sistema colonial os índios fracassaram, mas sim porque “foi para eles demasiado brusca a passagem de nomadismo à sedentariedade; da atividade esporádica à contínua; é que neles se alterou desastrosamente o metabolismo ao novo ritmo de vida econômica e de esforço físico.” (FREYRE, 2006b, pág. 230)

Foi a partir da maior capacidade da cultura negra em se adaptar à exploração econômica de Portugal na América, portanto, que os africanos assumiram papel essencial na formação da

²⁵ Afrânio Peixoto, *Minha Terra e Minha Gente*, Rio de Janeiro, 1916.

²⁶ Sobre os aspectos técnicos e culturais da África origem dos escravos brasileiros: Melville J. Herskovits, “A preliminary consideration of the culture areas of Africa”, *American Anthropologist*, vol. XXVI, nº 1 e “The myth of the negro past”, Nova Iorque e Londres, 1941; Wilfrid Dyson Hambly, *Source-book for African anthropology*, Chicago, 1937.

²⁷ Sobre aclimatabilidade do negro aos trópicos o autor usa: Henry Walter Bates, *The naturalist in the Amazon river*, Londres, 1863.

sociedade brasileira. Convivendo por séculos em intimidade patriarcal com o dominados foram eles um elemento criador na colonização do Brasil, transmitindo sua cultura ainda com mais intensidade que os índios. Esse é, de forma clara, o aspecto revolucionário da obra de Freyre, uma vez que acabou “resgatando o papel do escravo negro como civilizador na sociedade brasileira (...) Isto é, há uma absorção de seus usos e costumes pelos brancos, que reconhece a adaptabilidade dos mesmo à realidade tropical.” (BASTOS, 2006, pág. 12)

E é sobretudo nas relações domésticas que o negro transmite a maior parte de sua cultura ao colono lusitano. A plasticidade social do português, manifestada na família de tipo patriarcal, permitiu que sobrevivências de cultura africana se mantivessem no cotidiano brasileiro. Ao adentrar no assunto das heranças da raça negra, afirma Freyre que sua abordagem terá respaldo na psicologia, sobretudo no que tange à influência das experiências da infância. Seria, por exemplo, o ato de mamar nas amas de leite - ou mãe pretas - quando pequenos, um fator importante na determinação da mulher negra como símbolo de sexualidade para os jovens criados em casa-grande de engenho.²⁸

Segundo Freyre, existia já em Portugal o costume de nas classes superiores a característica aristocrática de as mães não amamentarem seus filhos, passando às suas criadas essa função. No entanto, Freyre reconhece a existência do costume no Brasil principalmente pela incapacidade física das jovens, que se iniciavam na função materna entre os 13 e 15 anos de idade. Crianças cuja função social era já a da reprodução, ficando completamente frágeis ainda jovens, sempre grávidas, “Pois essa multiplicação de gente se fazia à custo do sacrifício das mulheres, verdadeiras mártires em que o esforço de gerar, consumindo primeiro a mocidade, logo consumia a vida.” (FREYRE, 2006b, pág. 443-444)

Para além da amamentação, as mães pretas junto com outras mucamas assumem também aspecto importante de cultura oral no engenho. São elas que normalmente apresentavam assuntos sexuais às jovens, sendo também as confidentes de suas paixões secretas. Outro ponto de contato íntimo entre as culturas fora a aproximação religiosa, sustentada ao longo da escravidão pela obrigatoriedade de se tornarem cristãos os negros traficados ao Brasil. A religião ensinada aos jovens pelas mães pretas é o maior exemplo, e cita a relação de Joaquim Nabuco e Silvio Romero (FREYRE, 2006b, pág. 437-438) com suas respectivas mães pretas lhes ensinando orações, às quais também se dirigiam como mães.

²⁸ “A importância psíquica do ato de mamar e dos seus efeitos sobre a criança, é na verdade considerada enorme pelos psicólogos modernos; e talvez tenha alguma razão Calhoun para supor esses efeitos de grande significação no caso de brancos criados por amas negras.” (FREYRE, 2006b, pág. 368, citando Arthur W. Calhoun, *A social history of the American family colonial times to the present*, Cleveland, 1918.)

Freyre contrapõe, dessa forma, a idéia enraizada pelos defensores da eugenia de que os negros transmitiram apenas influências deletérias às casas grandes de engenho. Por mais rica que fosse a cultura africana dos primeiros negros arrastados para o Brasil, capaz de transmitir aspectos religiosos aos jovens brancos que amamentavam e educavam, aspectos negativos foram consolidados na interação entre casa-grande e senzala. A violência da dominação escravocrata foi expressiva no Brasil. A miscigenação e seus aspectos sociais não fizeram mais que legitimá-la. E isso de forma que é a influência do negro enquanto escravo que deve ser analisada, uma vez que é está, e nenhuma outra, sua condição ao longo da formação do Brasil dada na colônia,

“Mas logo de início uma discriminação se impõe: entre influência pura do negro (que nos é quase impossível isolar) e a do negro na condição de escravo. “Em primeiro lugar o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo”, escreveu Joaquim Nabuco em 1881.” (FREYRE, 2006b, pág. 397)

E concordando com Nabuco:

“uma coisa é o homem dentro do seu próprio sistema de cultura e outra coisa é ele desenraizado desse sistema e sujeito pela conquista militar ou pelo regime de trabalho escravo à um gênero de vida artificial, estranhos aos seus desejos, aspirações e interesses mais íntimos.” (...) “O fato de tanto preto, aqui, nas Antilhas e no sul dos Estados Unidos, ter se suicidado de raiva, de dor, de saudade, foi apenas o aspecto mais trágico do fenômeno de desenraizamento.” (FREYRE, 2006a, pág. 159-160)

Destaca-se que o autor afirma ser hereditariedade de família as condições morais e culturais dos escravos. A precocidade na sexualização dos meninos, por exemplo, era parte da educação patriarcal na família da colônia²⁹ e resultava normalmente no abuso sexual de escravas negras. A concepção racial de ser o negro mais primitivamente sexualizado é resultado, portanto, da dominação patriarcal de uma produção baseada na mão de obra escrava. É a escrava que era levada a iniciar sexualmente grande parte dos jovens das casas grandes ao longo do regime de trabalho compulsório, resultado do mando hegemônico da família, e também do interesse escravocrata de ampliação de seu rebanho. “Não era o negro, portanto, o

²⁹Citando Fletcher, um viajante que esteve no Brasil no século XIX: “he is made a little old man before he is twelve years of age, having his stiff black hat, standing collar and in the city he walks as if everybody were looking at him and as if he were encased in corset. He does not run or jump or play roops or throw stones as boys in Europe and North America” Fletcher e Kidder, *Brazil and the Brazilians*.

libertino: mas o escravo a serviço dos interesses econômicos da ociosidade voluptuosa dos senhores.” (FREYRE, 2006b, pág. 402)

“O que houve no Brasil - cumpre mais uma vez acentuar com relação às negras e mulatas, ainda com maior ênfase do que com relação às índias e mamelucas - foi a degradação das raças atrasadas pelo domínio das adiantadas. Esta desde o princípio reduziu os indígenas ao cativo e a prostituição. Entre brancos e mulheres de cor estabeleceram-se relações de vencedores com vencidos - sempre perigosas para a moralidade sexual.” (FREYRE, 2006b, pág. 515)

Dessa forma, afirma que o preconceito, inclusive sexual, que se desenvolveu no Brasil foi resultado dos antagonismos de classe, estes que transbordaram na raça pelo molde da escravidão do africano. “O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem.” (FREYRE, 2006b, pág. 456) De forma que,

“Ninguém nega que a negra ou a mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril; mas não por si, nem como expressão de sua raça ou seu meio-sangue: como parte de um sistema de economia e de família: o patriarcal brasileiro.” (FREYRE, 2006b, pág. 457)

Ademais, outro aspecto degenerativo da dominação patriarcal escravocrata são os curumins, “companheiro de brinquedo do menino branco e seu leva pancadas” (FREYRE, 2006b, pág. 419). Citando Jorge Veríssimo³⁰, “Eram-lhe o cavalo, o leva-pancadas, os amigos, os companheiros, os criados.”. Hábitos infantis que constituem no jovem e no adulto o sadismo, a partir da intensidade com que o senso de dominação se desenvolve na criança de engenho. Talvez o maior exemplo dessa figura na literatura brasileira seja o escravo companheiro de Brás Cubas quando criança, este chamado

“Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mão no chão, recebia um cordel no queixo, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia - algumas vezes gemendo -, mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um ‘ai, nhonhô!’, ao que eu retorquia: Cala a boca, besta!” (ASSIS, 2012, pág. 39)

³⁰ Jorge Veríssimo, A educação nacional, Rio de Janeiro, 1894.

Por fim, é necessário destacar também o preconceito que se formou em torno da afirmação de que “trabalho é só para negro” (FREYRE, 2006b, pág. 320), resultado do triunfo do comércio sobre a agricultura em um Portugal mercantilista, uma vez produção deixou de ser nobilitante³¹ ao ser feita por escravos. Isso é importante quando observamos a influência das raças inferiores na constituição econômica da casa, com os escravos assumindo função civilizatória, mas de uma criação que não mais se manifesta em termos de cultura africana, mas apenas como resultado da forma de dominação patriarcal e escravista.

Quanto a mão de obra livre contida na colônia, não havia à ela oportunidades econômicas que fugissem ao intuito primeiro da ocupação, uma vez que a monocultura se esparramando pelo território impedia a consolidação de outras atividades. Tampouco era possível que os trabalhadores livres se dedicassem ao mercado interno, já que o fluxo de renda enriquecia apenas os proprietário de engenho, estes que baseavam seu consumo quase que totalmente em importações - dinâmica que lhes alimentava a superioridade, seja ela cultural, de raça, ou de classe.

Um duplo movimento que dificulta a formação do ideal do trabalho na colônia, degradando-o ao atribuí-lo à classe submissa formada pelos negros da senzala,

“Escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos - ou pelos menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se lavarem, tirem os bichos dos pés.” (FREYRE, 2006b, pág. 517)

Em resumo, para Freyre, as múltiplas facetas da colonização do Brasil parecem colidir em direção ao equilíbrio. Filho da necessidade, o exercício de ocupar os trópicos americanos para a exploração agrícola e mercante inclinou os poucos portugueses a dominar extensos latifúndios em meio à uma terra estranha. Nesse ponto o gentio parece ter servido para os dois objetivos iniciais da colonização, o estabelecimento de famílias e a aclimatabilidade do europeu ao trópico.

Dominada a terra, o latifúndio monocultor se desenvolve na diligência de satisfazer o pacto colonial, esforço que decorre de mão de obra escrava africana. Os escravos eram submetidos a violências constantes, e mais numerosos que os senhores, fazia necessário um sistema de legitimação da hierarquia social.

³¹ Sobre a decadência agrária de Portugal e a ascensão do mercantilismo: A. Costa Lobo, A história da sociedade em Portugal no século XV

Em grande parte da América legitimada pela força, a sociedade escravocrata se inclinou à legitimação carismática no Brasil. Ocupada pelo europeu mais adaptável, que não pode contar com o apoio direto da coroa, a dominação brasileira se deu em torno do prestígio constituído em torno da família senhorial. Este prestígio se constitui, por um lado, no esforço de ostentação, mas assume seu aspecto mais importante na gerência da sociabilidade em seus domínios territoriais. Religião, educação, matrimônio, trabalho, e lazer são esferas sociais marcadas pelo sistema de valores constituído no seio da família dominante.

Estrutura quase-feudal que passa a assumir características patriarcais ao disfarçar no sistema a hipótese da rigidez social. Novamente o caráter plástico do português parece contribuir para a adaptabilidade, agora não mais climática, mas social. E permitindo o contato íntimo entre os extremos, a escravidão doméstica serve de ponte entre a hierarquia senhorial e àquela que se constitui nas senzalas. Ademais, o maior ponto de contato entre os extremos se dá na miscigenação, contato entre as raças e culturas baseado na violência sexual da escravidão. De maneira geral, a tendência de equilibrar as diferenças agiu sempre no sentido de favorecer a ascensão social do negro, ao menos no limite de legitimar sua opressão,

“Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. (...) Negras a quem se faziam todas as vontades; os meninos tomavam-lhe a bênção; os escravos tratavam-na de senhoras; os boleiros andavam com elas de carro. (...) Muita africana conseguira impor-se ao respeito dos brancos; umas, pelo amor inspirado por suas mandingas; outras, como as Minas, pelos seus quindins e pela sua finura de mulher. Daí ter uma minoria delas conquistado para si uma situação quase idêntica à que o moralismo parcial dos jesuítas só soubera assegurar para as índias.” (FREYRE, 2006b, pág. 435; 516)

Com o domínio hegemônico da casa-grande baseado no prestígio, os esforços da família patriarcal para mantê-lo foram sempre no sentido de podar toda espontaneidade do indivíduo, assim como tudo que vem de fora, para vangloriar sua reprodução dentro e fora dos engenhos. O narcisismo do senhor e a subsequente anulação do escravo, da mulher e do jovem, afirma Freyre formar na sociedade brasileira uma patologia. Patologia psicológica fundada em um trauma em nossa história, a escravidão.

“Para qualquer caracterização sociológica de status do brasileiro dentro de uma sociedade regulada principalmente pela tutela de família ou de patriarca, como foi a nossa até quase nossos dias, devemos sempre nos informar, além de sua posição na constelação familiar, de sua condição de região, ao lado da de raça e da de classe (...)

Decisiva nos parece antes sua situação sociocultural - principalmente econômica - de classe que, por muito tempo, no Brasil, foi a de escravo oposta à de senhor ao mesmo tempo que simbiótica à do mesmo senhor dentro da constelação familiar ou patriarcal constituída pelo patriarca e pela mulher, pelos filhos, pelos descendentes, pelos parentes pobres, pelos agregados e pelos escravos - em geral pessoas de casa ou da família do mesmo patriarca..” (FREYRE, 1981, pág. 370-371)

Sendo, portanto, o ponto de equilíbrio dos conflitos coloniais, a casa-grande de engenho, constituída pela família patriarcal, é principal locus gerador de continuidades na sociedade brasileira. Guardiã de valores, ela permite que heranças culturais se prolonguem ao longo do tempo e espaço brasileiro. É nela que se constitui a tradição, e em suas relações que é possível identificar o povo do Brasil.

Negação ao trabalho, isolamento da realidade rural à todo externo e anulação do indivíduo, sadismo da relação escravocrática e hegemonia do mando patriarcal nas diversas esferas de sociabilidade. São algumas heranças históricas do Brasil, e que ele carrega em suas tentativas de modernização no século XIX. Nesse sentido, citando o Padre Lopes Gama, Freyre concorda com o questionamento de que

“na verdade como se formarão para as virtudes sociaes os nossos corações, se nós brasileiros, desde que abrimos os olhos, é logo observando a cruel distinção entre senhor e escravo, e vendo pelo mais pequeno motivo e ás vezes méro capricho rasgar desapiadadamente em açoites as carnes dos nossos semelhantes?”³²(FREYRE, 2006b, pág. 453)

E ironicamente cita José Bonifácio sobre a herança íntima da escravidão,

“Tudo se compensa nesta vida. Nós tyrannizamos os escravos e os reduzimos a brutos animaes; elles nos innoculam toda sua immoralidade e seus vicios. E na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na philosophia, por assim dizer doméstica, de cada familia, que quadro pode apresentar o Brasil, quando o consideramos de baixo desses dois pontos de vista?”³³ (FREYRE, 2006b, pág. 433-434)

³² Padre Lopes Gama: O carapuceiro

³³ José Bonifácio, 1823, em sua Representação à Assembléia Geral Constituinte. Contida em: Alberto de Souza, Os Andradas, São Paulo, 1922.

Isolada do mundo por três séculos de vida patriarcal, a sociedade brasileira adentra no século XIX com permanências coloniais. Dentre elas, a opressão entre os extremos sociais, do homem com a mulher, do velho com o jovem, do branco com o preto, do rico com o pobre. Alimentadas pelo narcisismo da figura do senhor, essas características são absorvidas pela modernidade burguesa que aponta no Brasil sobretudo a partir de 1808. No próximo capítulo, abordaremos argumentos de Freyre em torno das permanências e continuidades do período.

Capítulo 2: Do patriarcado rural ao urbano: continuidades e rupturas

“As filhas do tio João, quando chegavam no engenho, revolucionavam os hábitos pacatos da casa-grande. Só viviam trancadas nos banhos mornos, dando trabalho às negras lendo romances nas cadeiras de balanço. (...) E até em nós esta influência se exercia: não tirávamos os sapatos dos pés, por causa da gente do Recife. (...) O Santa Rosa com as meninas do tio João parecia outro. A sala de visitas aberta o dia inteiro, as negras conversando baixo na cozinha, a tia Maria de vestido de passeio, os moleques pequenos, vestidos, sem as bimbinhas de fora.” (REGO, 2018, pág 112-113)

José Lins do Rego parece sugerir, no trecho de *Menino de Engenho* supracitado, o tema que conduziria sua próxima narrativa do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, *Doidinho*, de 1933. Após parte de sua infância vivida dentro das fronteiras do engenho de seu avô, Carlinhos, protagonista do conto, segue para um colégio na cidade mais próxima. De maneira geral, é em torno do contato do jovem de 14 anos com os hábitos urbanos que gira o romance, nos aproximando do debate desenvolvido por Gilberto Freyre em sua segunda obra da *Introdução ao estudo da sociedade patriarcal no Brasil*, *Sobrados e Mucambos*, de 1936.

Tentamos, no capítulo anterior, salientar o argumento de Freyre quanto às relações sociais do engenho tornarem tradicionais as hierarquias da sociedade do açúcar. Lembremos que o autor tem sempre em mente a capacidade de conciliação da sociedade portuguesa nas Américas. E “É exatamente a especificidade da articulação entre patriarcalismo, etnias/culturas e trópico que permite que aquelas situações típicas de domínio e submissão, extremas em sua configuração, não levem a uma ruptura no seio da sociedade” (BASTOS, 2006, pág. 12)

Vale destacar que Fernando Henrique Cardoso (2003) afirma serem “Heurísticos” os instrumentos que Freyre utiliza no reconhecimento das heranças coloniais. Isso porque, diante da necessidade de procurar como elas sobreviveram, o autor foca nos aspectos que conferiram certa estabilidade ao sistema, subvalorizando de certa forma aqueles que geraram perturbações.

Reconhecer os conflitos é essencial para compreender como eles não interromperam a transmissão dessa herança. No entanto, não está aí o objeto principal de estudo do autor. É a acomodação que lhe interessa, uma vez que ela, ao organizar a sociedade de forma estável, é o locus da continuidade, e assim da tradição brasileira.

Nas palavras de Elide Rugai Bastos, por sua vez, ao invés de Heurísticos, ela identifica essa ferramenta pelo termo cunhado por Eric Hobsbawm, “invenção de tradições”³⁴. Ele se baseia, de forma geral, na procura do porquê se sustenta a sociedade, consolidando em sua análise teórica uma sociedade artificial como ferramenta da investigação. Essa ferramenta, por outro lado, tem a característica de muitas vezes depositar valor excessivo à possibilidade de integração dos marginalizados nesta sociedade fictícia. A necessidade de olhar para o passado em busca de determinantes sociais, e utilizando do ferramental de “invenção de tradição”, corre esse risco, o de superestimar formas de equilíbrios pretéritas. Dito isso, a importância de se estudar o patriarcalismo rural dentro desse ferramental é reforçado por Freyre quando afirma que,

“A antiga civilização do açúcar do Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras - a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais.”
(FREYRE, 2009a, pág. 195)

Parece reconhecer, portanto, que o Nordeste açucareiro supera outros espaços sociais brasileiros quanto às “patologias sociais”, ainda assim, sua capacidade de equilibrar esses conflitos é justamente o que lhe permitiu maior perenidade dos hábitos quando sua forma de viver entrou em decadência ao ser pressionada pelo desenvolvimento urbano. E sendo esse conflito o tema central deste capítulo, é necessário reforçar a importância da ideia de decadência na interpretação de Gilberto Freyre.

2.1 Decadência

A decadência é o pano de fundo para Freyre reconhecer as continuidades. Estas que seriam, para o autor, as tradições, uma vez que sobreviveram às mudanças substanciais na sociedade, mantendo, ainda que em partes, sua estrutura pretérita. Especificamente, em Sobrados e Mucambos Freyre “ressalta o papel do patriarcado na ordenação da sociedade

³⁴ Ela justifica por essa citação Hobsbawm: as tradições “que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais” - (HOBSBAWM e RANGER, 1984, pág. 17)

nacional, operando durante séculos como garantia da sua organicidade.” (BASTOS, 2006, pág. 12). No processo de investigação, vale destacar que o autor reconhece nos meados dos séculos XIX uma época sociologicamente fértil no Brasil, assim como o faria posteriormente Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*³⁵. No caso particular de Freyre, essa característica decorre, sobretudo, por não ter agido hegemonicamente alguma dentre as relações sociais que coexistiam. Nas palavras do autor, é um período,

“em que se manifestaram, em seu esplendor, os vários tipos de patriarcalismo brasileiro que podem ser assinalados - o agrário, o pastoril, o urbano - com os sobrados urbanos prolongando o estilo de vida patriarcal desenvolvido nos engenhos, nas fazendas e nas estâncias.” (FREYRE, 2009b, pág. 93)

Voltemos ao debate que o autor se insere entre as décadas de 20 e 30, quando no *Diário de Pernambuco* sua participação assumia como assunto nuclear a crítica às modernices que assolavam Recife em um período em que as tradições patriarcais pareciam não mais exercer suas funções coloniais de equilíbrio. De maneira geral, Freyre leva em consideração a resiliência da dominação patriarcal, afirmando que uma modernidade que não absorve as tradições está fadada a reproduzir a estrutura de opressão, ainda que sob outra substância social.

Nesse sentido, é importante compreender que o conservadorismo do pernambucano se baseia em afirmar que a república estaria fadada ao fracasso se não levasse em conta o passado patriarcal do país para se instituir. Sem reconhecer os problemas sociais, políticos e econômicos, o desenvolvimento técnico das instituições não representa solução, apenas exige adaptações superficiais para a manutenção da estrutura social. Sendo a adaptabilidade uma das principais características na formação social do Brasil, Freyre volta a atenção para a dinâmica de decadência x continuidade do patriarcalismo brasileiro, procurando quais heranças a principal instituição colonial legou para a dinâmica já mais aburguesada do império. Seu argumento é moderno, portanto. E como representante do modernismo pernambucano, sua crítica se dá na incapacidade da república lidar com problemas ainda coloniais, piorando, em sua visão, alguns aspectos de sociabilidade.

“Nestas páginas, procura-se principalmente estudar os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça a outra, de

³⁵ “O início do século XIX (...) marca uma etapa decisiva em nossa evolução e inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova. (...) ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental” (PRADO, 2011, pág. 7)

uma classe a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizam a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio ou seu prolongamento no patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados urbanos ou semi-urbanos; o desenvolvimento das cidades; a formação do império; íamos quase dizendo, a formação do povo brasileiro. (...) A princípio, os processos mais ativos foram os de subordinação e até de coerção.” (FREYRE, 1981, p.XXXVIII)

Destaca-se que a crise na história do patriarcalismo se deu em 3 momentos para Freyre: invasão holandesa no século XVII; a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808; e a abolição da escravidão com a proclamação da república no fim do século XIX.

O autor não deixa de considerar as perturbações ao equilíbrio patriarcal que já propunham as novas relações verificadas em Minas Gerais, mas o autor salienta que só a partir do século XVIII a região passou a sedentarizar a população. Antes, viviam como aventureiros na exploração das minas, com casas sem intenção duradoura de morada e, portanto, sem a capacidade estabilizadora que se consolidou dentro das fronteiras dos engenhos de açúcar, sobretudo nos do massapê nordestino.

Antes das minas, na verdade, a presença holandesa no nordeste brasileiro foi o primeiro contato de vida íntima do brasileiro com a nova-burguesia que se constituía na Europa. Dessa forma, foi esse o primeiro cenário de desagregação da sociedade patriarcal no Brasil.

Maurício de Nassau fez de Recife uma das cidades mais desenvolvidas da América no século XVII. No entanto, fora apenas um espasmo de urbanização, não criou raízes a sociedade que Nassau propôs em Pernambuco, e sucumbiu diante da homogeneidade que o patriarcalismo rural depositava sobre a região, uma vez que a saída dos holandeses do Brasil representou a volta imediata aos parâmetros do patriarcalismo rural precedente³⁶.

De maneira geral, não teve força adaptativa o holandês que se propôs consolidar a morada no nordeste brasileiro, de forma que parcela dos conflitos se exaltaram ao extremo e “A vida moral da Nova Holanda de modo nenhum foi superior à do Brasil rural e português.” (FREYRE, 1981, pág. 157) Nesse sentido ele destaca os judeus (usura), a prostituição, e a criminalidade como os resultados de um desenvolvimento semi burgues e urbano. De forma que “A cidade de Recife talvez deva ser considerada a primeira de uma série de Sodomas e Gomorras que floresceram à margem do sistema patriarcal brasileiro.” (FREYRE, 1981, pág. 158) Leia-se, à margem da capacidade de amaciamento patriarcal.

³⁶ Sobre o assunto, ver também “Malogro da experiência holandesa” (HOLANDA, 2014, pág. 72-77)

Sem a capacidade de adequação do português, a colonização holandesa foi marcada pelo conflito com o clima, com as raças e a cultura (FREYRE, 1981, pág. 155). Sobre a arquitetura, por exemplo, “Os holandeses a impuseram à cidade tropical, sem nenhuma adaptação que lhe quebrasse a estrutura europeia de casa para os frios do Norte.” (FREYRE, 1981, pág. 155)

Ainda assim, foi a primeira experiência brasileira em termos de um espaço de poder paralelo ao do senhor de engenho, a primeira ameaça à sua hegemonia na colônia. De forma que Freyre a relaciona com o conflito entre Olinda e Recife na guerra dos Mascates, no início do século XVIII, ressaltando que os conflitos se apresentaram também entre as formas tradicionais do patriarcalismo rural e as que apontavam com a europeização da vida brasileira. Basicamente, um conflito entre a aristocracia rural e a burguesia comercial que ganhava força nos ciclos urbanos, em suas palavras,

“não terá sido apenas a reação nativista de que falam as histórias oficiais, brasileiros natos contra portugueses ou reinóis. Terá sido principalmente um choque, que os antagonismos políticos e, confusamente, os de raça, ainda mais dramatizaram, entre os interesses rurais e os burgueses.” (FREYRE, 1981, pág. 6)

Não obstante o episódio de Olinda e Recife exemplificado, o conflito de hegemonia se intensifica no início do XIX. Enquanto os holandeses marcam apenas uma influência primeira, e o pensamento crítico não oferecia riscos à hegemonia da família tutelar ao longo da colônia³⁷, a vinda da corte portuguesa insere no cotidiano brasileiro mudanças mais profundas, novos prestígios e dinâmicas estranhas à sociedade que se consolidou à margem da Europa durante quase três séculos.

De maneira geral, em *Sobrados e Mucambos* Freyre analisa as perturbações na família patriarcal da casa-grande, estas que se originam da modernização que a corte portuguesa trouxe consigo em 1808 e se desenvolveram nos centros urbanos a partir de então. Em um processo que já se iniciara com a descoberta das minas no final do XVII, o autor afirma que o patriarcado rural tem seus alicerces questionados, sobretudo em termos do prestígio que sustentara seus

³⁷ A estabilidade das relações patriarcais brasileiras pouco espaço abria para o desenvolvimento do pensamento crítico, que costuma ser incipiente em uma sociedade marcada pela anulação do indivíduo pela família. Nesse sentido, dentre as raras exceções de críticos ao sistema patriarcal antes do século XIX, Freyre cita A. P. Figueiredo, autor mulato que destaca a necessidade de questionar a organização latifundiária das terras brasileiras, uma vez que representaria, em seu pensamento, a falta de oportunidade para consolidação de uma classe média, passo essencial para o colapso da ordem escravocrata e de mando exclusivo dos senhores latifundiários. (FREYRE, 2009b, pág. 63 e FREYRE, 2009a, pág. 141)

privilégio até então, “começou a perder a majestade dos tempos coloniais.” (FREYRE, 1981, pág. 3)

Dentre os fatores que permitiram o processo supracitado, vale destacar a maior centralização do poder político. A degradação do patriarcalismo de molde rural passa pelo arrefecimento de seu mandonismo político, uma vez que os territórios quase feudais foram ferramentas importantes para a constituição do prestígio senhorio. Assim, o estado e a igreja limitando cada vez mais a esfera direta de poder do patriarca corroboraram um ambiente que “veio modificar a fisionomia da sociedade colonial; alterá-la nos seus traços mais característicos.” (FREYRE, 1981, pág. 4)

É importante notar que, em sua maioria, os aspectos estimulados pelas relações urbanas e pela maior centralização do poder político no Império alimentam a esfera pública, quase inexistente na colônia, em detrimento da privada. Ou seja, os interesses comuns avançam com mais facilidade sobre os aspectos da vida antes dominados hegemonicamente pela família patriarcal do campo.

Em termos práticos, Freyre cita o alargamento da jurisdição policial, que passa a interferir nas ações patriarcais com “Fazendas e engenhos invadidos pela polícia. Quebrando o maior tabu da aristocracia rural.” (FREYRE, 1981, pág. 16) Tabu este que seria a porteira, símbolo da autonomia “quase feudal” do senhor de engenho.

Não obstante o poder centralizado sugira alteração significativa, é necessário ter em mente que a principal modificação se deu no sistema de valores nacionais. A introdução de atividades urbanas antes desconhecidas pelo brasileiro, ou ao menos não prestigiada, estimularam ideias já em maturação na europa, de vida urbana moldada pela burguesia industrial. Ademais, trazida ao Brasil pelos hábitos da corte portuguesa, a transição teve como guia a europeização, a importação de substitutos para as tradições brasileiras da casa-grande.

Na segunda metade do século XIX e início do seguinte, por exemplo, o autor afirma terem sido os debates no Senado inspirados majoritariamente pelos parâmetros políticos emanados da França e Inglaterra³⁸. No cotidiano, por sua vez, os costumes sociais, como o chá, a música, a pintura, a mobília doméstica e a moda, passaram a assimilar sem grandes adaptações as influências estrangeiras, européias³⁹. No mesmo sentido, as obras literárias e científicas lidas

³⁸ Sob a ótica da forma de organização política, “o tipo inglês de governo servia de modelo à oligarquia, cheia de melindres e mesmo sofisticada, que dirigia o país; e em cujo o poder o austero Imperador, não raro, intrometia-se como prepotente polícia moral.” (FREYRE, 2009b, pág. 61) Ele está tratando do poder moderador, e sobre ele afirma estar o símbolo do Imperador como um super patriarca. Dando algum sabor brasileiro à instituição inglesa.

³⁹ Freyre fala sobre a influência dos ingleses na sociedade brasileira do século XIX principalmente no livro “Ingleses no Brasil” (1948).

na América portuguesa eram as importadas, processo que subsequentemente traduziu-se na internalização de ideias e valores, de forma que “Eram nos ingleses e nos franceses que principalmente se inspiravam os brasileiros mais sofisticados da época (...)” (FREYRE, 2009b, pág. 62)

No mesmo sentido, o autor retoma uma série de artigos que intitulados “A agricultura e a colonização” (O liberal Pernambucano, 4 de abril de 1856) defendiam a necessidade de um código rural para o Brasil, com o intuito claro de podar a “força do ‘regimen feudal sem garantias’.”(FREYRE, 1981, pág. 54) Esses artigos, afirma, “constitui uma das mais altas expressões do espírito de inquietação social - e não apenas político - vivo ou presente em Pernambuco desde a fracassada ‘Revolta Praieira’.” (FREYRE, 1981, pág. 54) De maneira geral, Freyre reconhece na série de artigos certos argumentos socialistas, uma vez que havia a crítica às grandes propriedades de terra e sua hegemonia nos processos decisórios, sobretudo por elas não conceber os problemas públicos.⁴⁰

Sob o ponto de vista ainda político, e agora também econômico, precisamos ressaltar que o século XVIII foi marcado pela intensificação das pressões metropolitanas em busca do super lucro colonial.

“a partir dos princípios do século XVIII, a pressão do imperialismo português, agora simplesmente explorador da riqueza que nos dois primeiros séculos ajudara a descobrir ou deixara desenvolver-se. Convém-lhe a aliança com a plebe das cidades, contra os magnatas rurais; com os mascates, contra os nobres, com os mercadores de sobrado do litoral, contra os senhores das casas-grandes do interior;” (FREYRE, 1981, pág. 16)

Nesse sentido, vale lembrar que os aparatos legais que vigoravam na colônia se inclinavam, sobretudo, à satisfação ou proteção dos senhores de engenho. Aqui o autor volta a destacar, como já fizera em casa-grande, que durante o esforço colonizador do indivíduo lusitano no século XVI a Coroa ,ainda que não sua presença direta, lhe fornecera incentivos e prestígios, “concedendo-lhes grandes privilégios políticos e, à sombra desses, privilégios econômicos.”⁴¹ (FREYRE, 1981, pág. 15)

De maneira geral, sob o ponto de vista da acumulação, esses privilégios guardavam o senhor rural de seus credores, agiotas ainda. Situação que se altera com o desenvolvimento das

⁴⁰ Outro artigo no mesmo sentido: Abreu e Lima, Carestia de Vida (jornal do comércio 14 de março de 1858)

⁴¹ Alguns exemplos, dentre eles a represália real que sofrera o Capitão-General de Pernambuco ao prender um senhor de engenho (FREYRE, 1981, pág. 16)

minas e das cidades, quando então Portugal muda o beneficiário de seus favores tendo em vista a alteração significativa da origem dos super lucros coloniais, agora mais atrelado às atividades urbanas. A soberania intocável dos interesses rurais começou a ser questionada, ao passo que parecem surgir novos caminhos para o progresso, para o moderno,

“riqueza de burgueses cuja força convinha aos reis irem opondo à arrogância dos grandes proprietários de terras e de escravos. E como outrora em Portugal, os reis portugueses do Brasil passaram a prestigiar os interesses urbanos e burgueses, embora sem hostilizar rasgadamente os rurais e territoriais.” (FREYRE, 1981, pág.7)

Dentre os aspectos específicos de desagregação do patriarcalismo rural e ascensão do urbano, a agiotagem tem papel importante. A esse respeito, com a aristocracia rural brasileira “sempre desdenhosos de ofícios mecânicos que abandonavam a europeus e a escravos.” (FREYRE, 1981, pág. 265) seus investimentos se baseavam sobretudo na manutenção da safra e do número de escravos. Assim, o credor, para com a casa-grande,

“Este a exigiu pelas duas feridas sempre abertas da monocultura e da escravidão. Duas bocas enormes pedindo dinheiro e pedindo negro. O intermediário viveu, como um médico de um doente a quem explorasse, dessas feridas conservadas abertas. E as cidades começaram a crescer à custa dos senhores de terras e de escravos, assim explorados.” (FREYRE, 1981, pág. 10)

No caso do açúcar, do ouro e do café o financiamento fora semelhante. E essa atividade corroborou para a ascensão dos intermediários de capital e escravos das cidades. Assim, no século XVIII e XIX o enriquecimento dessas figuras urbanas passou a ser alimentado pelos novos atores que surgiam, o correspondente comercial, o comissário e o banqueiro. Prestígio e enriquecimento financiado pela monocultura. Pelo negro, especificamente.

Em meio ao arrefecimento do poder político do senhor fora das fronteiras de seu engenho, a pressão dos credores passou a se exercer sem o receio da retaliação Real, e os patriarcas rurais viam inevitavelmente que “aumentavam suas despesas com a negraria sempre mais cara.”⁴² (FREYRE, 1981, pág. 48-49). No caso extremo, a falta de negros para o açúcar que se intensifica com o fim do tráfico, mas se inicia com a transferência de escravos para o sul quando

⁴² “‘Hum senhor d’Engenho’ - argumenta Burlamaqui em 33 - ‘que tem empregado em escravos, terras e machinas hum capital de 600 a 800.00 cruzados, apenas pode contar com huma renda precaria de 12 a 15 mil cruzados annuaes, que as despesas consomem e ás vezes excedem.’ despesas quase todas com escravos; mínimas com as terras e as máquinas.” (pg. 20 citando Burlamaqui pg.82.)

na expansão cafeeira de São Paulo, leva, segundo Freyre, à grandes famílias brasileiras se empenharam na manutenção da mão de obra por meio do roubo. O roubo de negros nas cidades e campos do Centro-Sul, financiadas pelos interesses rurais, passaram a se tornar calamidade pública, com quadrilhas especializadas na atividade. E como o poder político nas câmaras ainda estava nas mãos, sobretudo, das oligarquias rurais, grande parte dos roubos não eram resolvidos. (FREYRE, 1981, pág. 50) E mantia-se, então, a prerrogativa de que “na conservação dos seus negros, ia-se quase todo o dinheiro com a cana ou o café.” (FREYRE, 1981, pág. 21). Citando um publicista da época, Antônio Pedro de Figueiredo, Freyre afirma que esse endividamento “avivara a miséria, escravizando de vez a lavoura “ao comercio e aos capitalistas das cidades.” (FREYRE, 1981, pág. 48-49)

Nota-se que a aristocracia rural teve de enfrentar os obstáculos econômicos sem mais o apoio real, que na verdade “impunha-lhe o banco prazos fatais para suas dívidas enquanto o comércio, descontado de seu, gozava agora o favor das moratórias.” (FREYRE, 1981, pág. 17). Nesse sentido, no jornal de Recife ‘O Conciliador’ de 25 de julho de 1850, “reconhecia estar a agricultura no Império ‘toda dependente do commercio’ e ‘consequentemente delles’, isto é, dos armazenários, taverneiros e lojistas” (FREYRE, 1981, pág. 268) . Em resumo,

“tornara-se o comércio, no Brasil, para obsessores como Sierra y Mariscal, “o único corpo aristocrata”, por ser o mais estável na sua condição e o mais interessado na manutenção do Estado tal como o concebia no Brasil o patriarcalismo da época, isto é, um um patriarcalismo já um tanto mais urbano do que rural nas suas tendências decisivas. Para esse patriarcalismo, o estado era o pai dos pais de família.” (FREYRE, 1981, pág. 265)

O ambiente de conflitos mais acentuados entre os elementos formadores da sociedade brasileira gerou algumas modificações na relativa harmonia entre sociedade e ambiente que havia se desenvolvido na ocupação colonial dos trópicos. A reeuropeização subvalorizou, de certa forma, o conhecimento ecológico contido nas tradições brasileiras de se ocupar o espaço adaptando-se à ele. Dinâmica que consolida como símbolos do período os conflitos “da Praça contra o Engenho. da ‘Praça’ contra a “Mata”; da ‘Praia’” contra a Roça.” (FREYRE, 1981, pág. 51)

“várias das modificações que sofreram então paisagens e instituições ligam-se direta ou indiretamente à cessação do tráfico legal de escravos, cujo volume o clandestino nem sempre conseguiu suprir; nem pôde manter. Os capitais foram tomando, assim,

outros rumos. Deixando de concentrar-se no comércio de escravos, tornaram-se disponíveis para os melhoramentos mecânicos (...) É que a cessação do tráfico de escravos africanos foi como que o golpe de morte - mas ainda não o de misericórdia - numa forma, já então arcaica, de economia e de sociedade, a um tempo feudalista e capitalista;" (FREYRE, 1981, pág. 549)

Em meio à valorização das figuras urbanas, a paisagem das cidades se altera aos poucos, retirando dos padrões estéticos parte das características coloniais. Os antigos casarões patriarcais vão dando espaço para casas “confeitadas” de “estrangeirices”, em uma substituição que representa a decadência das tradições, ao menos as ligadas ao prestígio do morador de sobrado, quando comparado ao de casa-grande (BASTOS, 2006, pág. 39). Nesse sentido, Freyre destaca entre as alterações materiais da casa a louça europeia, que substituiu a antiga exclusividade da portuguesa e da nativa, de uma época em que “em vez de canecos e de xícaras, predominavam os cocos e as cuias do mais puro sabor indígena” (FREYRE, 1981, pág. 217) Afirma também que a paisagem das casa passaram a ser mais ornamentada por plantas europeias, em detrimento às nativas, sendo inclusive elemento de diferenciação de classe e raça. (FREYRE, 1981, pág. 137-138). Em resumo, os símbolos que remetiam à Portugal eram tidos como arcaicos, do tempo da colônia, do atraso.

Para além das fronteiras da casa assobradada, o autor reconhece a dinâmica de europeização na cidade como um todo. Já estimuladas pela acumulação oriunda das dívidas dos senhores rurais, as atividades burguesas contaram com o apoio da Coroa para desenvolver sua estética (FREYRE, 1981, pág. 17), e espalharam pelas cidades seus bueiros e chaminés, teatros e lamparinas para iluminar o passeio noturno, antes inexistente. (FREYRE, 1981, pág. 136-137)

“O mesmo sentimento moveu, na mesma época, Inácio Álvares Pinto de Almeida a tomar a iniciativa de uma exposição de máquinas que despertasse a gente do Rio de Janeiro para a importância de substituir-se o braço do escravo e a própria energia do animal, pela máquina, “em benefício da Indústria Nacional”. (...) Toda uma revolução técnica que assumiria aspectos de renovação não só da economia como da organização social e da cultura brasileira. Da própria paisagem. Principalmente na área dos sobrados e dos mucambos.” (FREYRE, 1981, pág. 539; 541)

Artigos de moda e estética pessoal eram, em sua grande maioria, internalizados da Europa, movimento que auxiliou a fortalecer o prestígio do estrangeiro, uma vez que são insígnias sociais. Especificamente, um passeio pelas capitais brasileiras do império explicitavam, “Dançarinos ingleses; máquinas; carruagens; lanternas; estudos de química;

comidas e livros importados; vinhos franceses”.(FREYRE, 1981, pág. 338) Nesse sentido, o autor afirma que foram diminuindo na paisagem urbana os elementos asiáticos, africanos e indígenas, ao passo que o visual foi se acinzentando com a valorização do progresso europeu, “A sobrecasaca preta, as botinas pretas, as cartolas pretas, as carruagens pretas enegreceram nossa vida quase de repente; fizeram do vestuário, nas cidades do Império, quase um luto fechado.” (FREYRE, 1981, pág. 311-312) E, vale destacar, eram essas as vestimentas sob a qual reinou Dom João VI, mas sobretudo sob as quais imperou Dom Pedro II. De forma que o Imperador “tornou-se um modelo para as gerações novas do Brasil: uma propaganda viva das modas recentes da Europa num país que se distanciara das coisas européias pela segregação de três séculos” (FREYRE, 1981, pág. 312)

Com todas essas modificações na paisagem urbana e até mesmo rural do Brasil, às novas demandas sociais faziam do técnico estrangeiro imprescindível “à organização mais industrial e à estrutura mais burguesa, mais urbana, mais mecanizada, da vida brasileira.” (FREYRE, 1981, pág. 344) O Brasil se aproximava, em diversos aspectos, da Europa para além de Portugal. Fato que o autor reconhece nas narrativas de alguns viajantes que conheceram o Brasil da época, e,

“Viajando pelo Brasil em meados do século XIX, Mansfield já não se sentiu tão fora da Europa, em visita às casas-grandes, como cinquenta anos antes, seu compatriota Loccok. (...) seu estilo de vida já não tinha o velho ranço muçulmano. Sentia-se em tudo um sabor mais europeu e até inglês que oriental.” (FREYRE, 1981, pág. 46-47)

Era um ambiente agora gravitado pelo comércio e pela tímida indústria com seu maquinário, romances e teorias estrangeiras a alimentar o pensamento crítico nos jovens, do burguesismo em geral. O crescimento dessas atividades urbanas alimenta modificações econômicas ligadas às oportunidades de ascensão social. Com a decadência paulatina da economia apoiada no escravo, não apenas no âmbito produtivo, mas também moral, as atividades de “operário, construtor, pedreiro, marceneiro, carpinteiro, pequeno agricultor, trabalhador de fazenda.” passaram a alimentar as relações burguesas das cidades, da mesma forma que “acentuou-se a importância do europeu que aqui viesse, não como simples comerciante” (FREYRE, 1981, pág. 334-335) Aspectos que foram desenvolvendo a habilidade mecânica na população livre e mulata brasileira,

“Esse novo tipo de homem e essa nova raça de mecânicos, não os criaram só a mineração e a estrada de ferro: também as fundições. E além das fundições, aquelas

atividades industriais que, passando a servir-se de máquinas, precisavam também de valer-se de maquinistas, isto é, de mecânicos ou peritos de novo tipo.” (FREYRE, 1981, pág. 533)

O ponto que Freyre destaca é que o desenvolvimento desses novos elementos nobilitantes prescindiam, muitas das vezes, da tutela da casa, aspecto que retira da esfera familiar parte importante da constituição do prestígio na sociedade brasileira, atribuindo-a ao coletivismo das novas oportunidades econômicas e sociais da cidade (FREYRE, 1981, pág. 134)

Ao passo que a dívida corroeu o poder político e econômico do patriarca de casa-grande, o aburguesamento dos hábitos lhes consumiu o prestígio. Os indivíduos, que nos tempos coloniais se viam sufocados pela tutela da família, tinham agora contato com relações sociais que deslegitimavam o poder intransigente do patriarca. O menino em contato com os colégios urbanos e com as ‘ciências práticas’; as mulheres se relacionando com homens para além do seu círculo familiar, como comerciantes, padres e médicos; o jovem encontrando no bacharelado outras formas de ascensão social que transbordavam a hereditariedade da família, inclusive o negro ou o mulato livres podendo encontrar nesta atividade, ainda que em raras exceções, ascensão econômica.

Aquilo que no período colonial Gilberto Freyre reconheceu como o “absolutismo do pater familias” (FREYRE, 1981, pág. 122), foi perdendo hegemonia política e moral com as novas instituições que foram se desenvolvendo ao redor da casa, tanto a rural quanto a urbana. E cita Elísio de Araújo para falar que o período imperial fora marcado, sobretudo, pela “dissolução de costumes” tradicionais da sociedade colonial, submetendo ao filtro moral sua interpretação ao observar um processo da “desmoralização ao lar doméstico, com o afrouxamento dos laços de mútuo respeito e estima pelos esposos, pais e filhos deviam entre si.”⁴³ (FREYRE, 1981, pág. 161-162)

As novas figuras individuais foram absorvendo prestígio na sociedade antes admiradora do senhor de engenho. Com o “o médico, por exemplo; o mestre-régio; o diretor de colégio; o presidente de província; o chefe de polícia; o juiz; o correspondente comercial.”, todos a serviço da valorização da cidade e do aburguesamento do indivíduo, a família patriarcal perdeu valor, aspecto que foi “opondo-lhe contrapesos à influência” (FREYRE, 1981, pág. 122). Um movimento individualista que “resultou na destruição da cultura regional que ancorava um específico modo de organização da sociedade” (BASTOS, 2006, pág.13).

⁴³ Citação de ‘Estudo Histórico sobre a Polícia da Capital Federal de 1808 a 1831’, Rio de Janeiro, 1898, pg. 109.

Em meio ao novo cenário da dominação brasileira, Freyre afirma que não existe uma dicotomia política entre o campo e a cidade no sentido de as casas-grandes representarem hegemonicamente as pressões conservadoras, enquanto os sobrados defendiam o avanço liberal. Na verdade, algumas pautas liberais são de origem rural, e não podemos esquecer que a ascensão da moral urbana se deu sobre os herdeiros dos maiores engenhos do país, em um movimento que abriu precedente para a propagação do ideário burguês.

Sobre a independência do Brasil, por exemplo, cita Francisco de Sierra y Mariscal⁴⁴ para afirmar que os esforços dos senhores de engenho não foram no sentido da ordem, mas sim da mudança, em detrimento ao que se esperava em meio a uma classe que dominou o cenário político e econômico nos primeiros séculos de colonização. Isso decorre, sobretudo, do alto endividamento dos engenhos no início do XIX, uma vez que privaram os senhores do usufruto privilégio antes ostentado. A mudança já ocorrera, e não cabia à eles a manutenção de um sistema que não os privilegiava. De maneira geral, a ascensão das cidades e a inclinação da corte ao desenvolvimento do moral urbano pressionou os devedores rurais, colocando-os em condições que em aspecto algum emanavam aristocracia. De forma que o autor retoma com o raciocínio de Nabuco, e conclui,

“Daí terem os senhores de engenho - a maior parte deles - chegado aos princípios do século XIX elemento de perturbação, e não de defesa, da ordem: “esta classe não forma Ordem”, isto é, ordem aristocrática no sentido de conservadora. Ao contrário, pertenciam, em grande parte, à ordem democrata dos que “nada tem a perder [...]. Os senhores d’Engenho estão nesta Ordem por que he o partido das Revoluções e com ellas se vem livre dos seus credores.” (FREYRE, 1981, pág. 264)

Ainda assim, destaca-se que na impossibilidade de organizar a sociedade, a família patriarcal “ao processo de destruição pode corresponder, na visão freyriana, uma estratégia de sobrevivências.” (BASTOS, 2006, pág. 41) E sem que a casa deixasse de ser casa e a rua de ser rua: dois inimigos.” (BASTOS, 2006, pág. 47) a família parece ter realizado alianças com outros setores da sociedade (igrejas; cooperativas; ordens religiosas), e se adaptado aos novos moldes de relação, que não obstante sendo agora aburguezadas, estavam “impregnadas de sobrevivências patriarcais.” (BASTOS, 2006, pág. 41) .

⁴⁴ Ideas Geraes sobre a Revolução no Brasil e suas consequências - Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

2.2 Da Casa-Grande ao Sobrado

De maneira geral, o período de aburguesamento parece ter sido acompanhado pela melhora nas condições econômicas do Império, sobretudo em termos da maior integração internacional e dos financiamentos internos do Banco do Brasil (FREYRE, 2009b, pág. 60). No campo social, por outro lado, Gilberto Freyre afirma que a vida do brasileiro se mantia praticamente inalterada por longas décadas, sendo sua vida social relativamente arcaica quando posta em comparação com a sociedade e os valores europeus. Mantinham-se parecidas as formas sociais de meados do século XIX com as já consolidadas nos fins do XVIII,

“Desenvolvendo-se pela facilidade de comunicação e pela identidade de técnica de produção econômica e de trabalho, permitida, ou antes, estimulada, pela semelhança de clima e de condições de solo: a monocultura latifundiária e escravocrática.”
(FREYRE, 1981, pág. 5)

A sociedade brasileira se insere na modernidade sob seus moldes ainda coloniais. Ao restabelecer seu contato com essa nova Europa o Brasil vivia em condições específicas, levando o autor a considerar o processo como de “uma reeuropeização. Em certo sentido, o de uma reconquista.” (FREYRE, 1981, pág. 309) Nesse sentido, houveram também resistências a essa nova empreitada europeia nos trópicos, “de ordem natural, umas, outras de ordem cultural.” (FREYRE, 1981, pág. 310) .

Sob o ponto de vista natural, o autor destaca o volume de corpos ingleses que se decompueram em território brasileiro por meio da febre amarela e outras doenças que parecem mais inclinadas a afligir o estrangeiro, tendo em vista sua débil adaptação à terra. A expansão econômica do imperialismo inglês permitiu ao invasor diligência notável, sobretudo quando considerados os obstáculos à adaptação do nórdico ao trópico, as resistências de “ordem natural” destacadas por Freyre. Esforço que “faz alguém idéia exata da tenacidade com que o inglês, para conquistar o mercado brasileiro e firmar nova zona de influência para o seu imperialismo, se expôs a morrer de febre tão má nesta parte dos trópicos.” (FREYRE. 1981, pág. 310). Entretanto, “A febre amarela é que terminou vencida. E essa reconquista alterou a paisagem brasileira em todos os seus valores. Reeuropeizou-a ou europeizou-a quanto pôde.” (FREYRE, 1981, pág. 311).

Em relação aos obstáculos de caráter cultural, sobre a decadência dos costumes patriarcais nos sobrados Freyre relembra a frase de Dom João VI “para o inglês ver” como símbolo de que o estrangeiro, e sobretudo a Inglaterra, assumiu posição de superioridade no imaginário

brasileiro, que se dedicava ao esforço de sua aprovação. Os conceitos de modernidade e progresso europeus pressionaram os brasileiros, que “Sob o olhar desse ente superior, o brasileiro do século XIX foi abandonando muitos dos seus hábitos tradicionais.” (FREYRE, 1981, pág. 308).

Ainda assim, em meio à expansão da esfera pública sobre o privada, da rua sobre a casa, a substituição de valores não foi plena, e a perda de prestígio da família patriarcal se deu lentamente. . Isolado o Brasil da europa por três séculos, suas condições de vida eram exóticas aos olhos do velho continente, e algumas sob tradições perenes que limitaram a entrada de valores europeus aburguesados,

“Com o segundo Imperador parecendo simbolizar os triunfos dessas considerações, lembra-se ter, nesses dias, o Nordeste canavieiro começado a transferir, para São Paulo cafeeiro, não só escravos já abrigados como outros valores expressivos de consolidações já realizadas pela mesma civilização canavieira.” (FREYRE, 2009b, pág. 57).

Não é estritamente patriarcal o Brasil, mas predominantemente. Nesse momento de ameaça à hegemonia patriarcal o prestígio social ainda mantinha as bases rurais, com comerciantes e mineiros identificando-se como fazendeiros, e reproduzindo formas de vida material semelhante ao cotidiano rural⁴⁵. Manifestaram-se por algum tempo, nas cidades, formas de nobilidade típicas da aristocracia rural,

“Entre os valores aristocráticos assim transferidos, os próprios escravos já adaptados à convivência patriarcal pela sua vida em casas-grandes do Norte: casas que, com a decadência da economia do açúcar, principiaram a se desfazer de suas obras de servos, vendendo os excedentes e supérfluos a negociantes que, por sua vez, os vendiam aos então já prósperos senhores do Sul, desejosos de juntarem à sua nova riqueza a assimilação de ritos sociais e de maneiras fidalgas de convivência desenvolvidas pelos aristocratas, então já mais maduros, de Pernambuco.” (FREYRE, 2009b, pág. 93)

Substituição não plena de valores, com a família se modificando para assumir novas funções sociais, aspecto que simboliza a importância ainda dada aos aspectos rurais de valorização social, com “Ricaços de cazas nobres, que às vezes, por imitação a nobreza rural,

⁴⁵ E cita o Conde de Assumar em ‘A revolta de 1720 - Discurso Histórico-Político’ (documento do início do século XVIII que foi publicado em Ouro Preto em 1898) sobre os urbanos imitando a nobreza territorial.

tornam-se também donos de fazendas ou proprietários de engenho de cana, ou de sítio, onde suas famílias vão passar as festas.” (FREYRE, 1981, pág. 8).

No mesmo sentido dessa transição amaciada entre as formas e símbolos de prestígio social, Freyre ressalta que senhores de engenho tinham sobrados em cidades onde iam passar os meses de chuvas, enquanto os burgueses iam passar suas festas em casas-grandes rurais. Um exemplo de que a vida no engenho transborda em reflexos sociais os limites da cana é o fato de a propriedade rural, mesmo quando não sendo base da vida econômica, ser uma espécie de “decoração social.” (FREYRE, 1981, pág. 8) De forma que o autor afirma que os elementos rurais da tradição brasileira perduraram, ao menos, até o fim do século XIX, é o

“elemento decorativo de sua grandeza (...) como todo ritual, toda liturgia ou mística social, sabe-se que tem uma extraordinária capacidade para prolongar a grandeza ou pelo menos a aparência de grandeza, e, extinta a grandeza, a vida, ou aparência de vida, de instituições já feridas de morte nas suas raízes.” (FREYRE, 1981, pág. 8-9)

Por esse motivo afirma o autor que no processo de ascensão dos mercadores eles vão assimilando símbolos de valorização de origem no patriarcalismo rural. Comprando propriedades, escravos, tornando-se senhores de engenho, e até opondo-se a novas gerações de mascates fazendo que “O drama da desintegração do poder, por algum tempo, quase absoluto, do pater familias rural, no Brasil, não foi tão simples; nem a ascensão da burguesia tão rápida.” (FREYRE, 1981, pág. 19).

Modernizado o cotidiano brasileiro com a introdução do comércio, da arte e da indústria, é necessário considerar que seu desenvolvimento só foi promissor aos indivíduos que souberam adequá-la a moral da casa-grande, assumindo, nessas novas atividades, “maneiras, gestos e usos dos patriarcas rurais, adaptando-os a novas condições de convivência.” (FREYRE, 1981, pág. 278)

Sobre a estrutura econômica, manteve-se a prerrogativa de dois extremos, de um lado senhores latifundiários e escravocratas, do outro escravos. A decadência do aspecto moral da escravidão note-se que teve princípio na rivalidade econômica entre máquina e escravo. “Os novos sistemas de família e de sociedade teriam de basear-se sobre a mecânica, sobre o carvão, sobre o cavalo a vapor.” (FREYRE, 1981, pág. 491), não mais sobre o escravo exclusivamente. E como argumento para isso Freyre cita o Comandante Lefebvre des Noëtter, que afirma poucos passos ter dado contra a escravidão os levantes puramente morais das civilizações antigas, sendo que “O trabalho escravo, ‘indispensável a essas civilizações’, só se atenuaria com os

aperfeiçoamentos realizados pelo homem na utilização do cavalo e do boi no transporte e nos trabalhos de agricultura e de indústria. (FREYRE, 1981, pág. 493).

Ainda assim, afirma que isso não representa uma dependência absoluta do progresso moral em relação ao material. A técnica se desenvolveu, mas não pressionando a utilização do escravo. Com destaque para o fato de que

“Em nossa ecologia social, a constante tem sido a posição da figura do escravo de senzala, substituído pelo pária de mucambo ou de palhoça, obrigado a trabalhos vis; e de quem os demais elementos da sociedade têm sempre querido distinguir-se, para tanto procurando constituir-se, de diferentes maneiras, em figuras, ou em erremedos de figuras, de nobres ou simplesmente de homens livres.” (FREYRE, 1981, pág. 379)

Nesse sentido, é interessante citar os escravos de ganho, que ficavam nas ruas esperando solicitarem seus serviços de carregamento de cargas pesadíssimas. Com expectativa de vida de apenas sete anos após o início desse trabalho, sofriam ainda duros castigos os escravos de ganho que não chegavam à casa do patrão com uma boa quantia recolhida na rua a partir de seu trabalho desgastante. Apoiando-se em viajantes estrangeiros, Freyre cita Kidder, que

“viajando pelo Brasil em mil oitocentos e quarenta e poucos, notou que na capital da Bahia não se enxergava um único carro, uma única sege, uma única carroça para o transporte de cargas, pessoas, ou mercadorias (...) Tudo se transportava às cabeças ou aos ombros dos escravos.” (FREYRE, 1981, pág. 494)

Dessa forma, “O que parece é que sem inquietação moral ou trepidação sentimental, só por efeito de aperfeiçoamentos materiais ou técnicos, não se realizam progressos dos chamados morais.” (FREYRE, 1981, pág. 493) Aqui é possível relacionar com o dilema entre valores-tecnologias, uma vez que o progresso técnico que apenas se adapte à moral que ele está se inserindo não tende à modificar a estrutura social desse ambiente.

No caso do Brasil, uma aristocracia fundada na servidão manteve suas tradições de superioridade em meio a o desenvolvimento técnico. Entre elas, afirma o sadismo da escravidão, uma vez que gera “ausência, ou quase-ausência, de sentimentos de piedade pelos abusos do homem senhoril na exploração do homem servil e do anormal manso.” Segundo o autor, esse sentimento da família patriarcal existia apenas em relação aos servos de contato íntimo com a casa, “Pelos outros, sua indiferença era tal que confundia-se às vezes com crueldade.” (Freyre, 1981, pág. 494)

Em segundo lugar, pelo fato desse progresso técnico ter vindo sobretudo nos meios de transporte, em uma região onde as formas de vida rurais eram quase-feudais, sugerindo pouco movimento de sua elite aristocratizada. Ou seja, os hábitos rurais não careciam de transportes rápidos como os que passaram a surgir nas cidades europeias. Aqui eram os escravos responsáveis pelo transporte de pessoas e coisas, e por muito tempo assim continuou nas cidades em crescimento. A grande pergunta era: “Por que a máquina cara, difícil, complicada, de moer isso, de fazer aquilo, quando havia o negro fácil, simples, barato para moer isso e faer aquilo?” (FREYRE, 1981, pág. 502)

A tradição se manteve pela sua força aristocratizante, herdada da colônia rural. Por isso que o processo de transição do patriarcalismo rural para o urbano é paulatino e gera figuras intermediárias, que tiram seu sustento de atividades urbanas, mas vivem e se prestigiam dos hábitos rurais que alimentam.

“enquanto a esse uso não se associou a vergonha ou o pudor de constituir arcaísmo oriental no meio de uma civilização com pretensões a européia, o palanquim resistiu, nas cidades, ao carro de cavalo como, no interior, a rede ou o banguê de transporte, ao carro de boi; e o engenho movido a besta ou a boi, ao engenho a vapor.” (FREYRE, 1981, pág. 494)

Escravo, animal e máquina. Todos os três assumiram, em proporções diversas ao longo da história brasileira, a função de servir a fidalguia das casas patriarcais. Na transição lenta entre o escravo e a máquina, a demanda da família exerceu peso suficiente para o sadismo na oferta. Se submeteu o compulsório a carregá-la pelas ruas mal calçadas das cidades ou pelos caminhos tortuosos das fazendas, o fez também na prisão moral do livre com o maquinário.

De maneira geral, a falta de gente média entre os extremos senhor-escravo legou ao Brasil, ao menos até a década de 1880⁴⁶, a inconsistência de um povo no sentido rigoroso do termo, “Povo nesse sentido de gente média e produtiva.” (FREYRE, 2009b, pág. 64)

O que houve de intermediário foi uma pequena agricultura de subsistência e os burocratas do império. No mais, predominou o que o autor afirma se assemelhar a uma nobreza territorial, mas em que o ativo mais valorizado era o escravo no lugar da terra. Em meio a esse contexto, o patriarcalismo de sobrado não tinha acesso à artigos de subsistência a partir de uma produção independente dos núcleos urbanos, ao passo que dos campos só se chegava produtos

⁴⁶ Cita Louis County, francês que afirmou não haver povo propriamente dito no Brasil que conheceu em 1881. - L’esclavage au Brésil. Paris, 1881.

exportáveis. As casas urbanas assobradadas, nesse sentido, precisaram se assegurar da disponibilidade de gêneros de primeira necessidade, passando a produzir alguns dentro dos quintais das casas, quase chácaras em muitos casos (FREYRE, 1981, pg. 187). O que não pudesse ser produzido em casa, tinha de ser importado.

Destaca-se que esse aspecto manifesta a manutenção, ainda que parcial, da autonomia da casa dominante. Uma vez que, com a família exercendo monopólio dos poucos víveres disponíveis, é possível observar continuidades das relações patriarcais nos centros urbanos. Isso porque, de forma similar ao ambiente rural, a elite econômica e política se mantém, enquanto família, sob o controle de uma esfera essencial da reprodução da sociedade, e com ‘fazendas’ se desenvolvendo nas cidades a favor da autonomia das famílias, foi possível observar uma “imperfecta urbanização da vida” (FREYRE, 1981, pág. 187-188)

Sob a autonomia da família dominante, o comércio incipiente das cidades servia, sobretudo, como abastecimento do que a casa, ou sobrado patriarcal, não era mais capaz de fabricar de forma autônoma. Parte considerável dessas novas atividades estavam em íntima relação com a família aristocratizada das cidades, uma vez que eram seus principais consumidores, sobretudo de gêneros importados. Quando não consumidores, comandavam alguma parcela das intermediações dos produtos ou assumiam o monopólio da atividade.

Processo demorado o de desenvolvimento de uma economia externa à casa dominante, que jogou parte das classes não ligadas diretamente aos sobrados em uma falta de suprimentos básicos nas primeiras décadas de desenvolvimento urbano. Nesse sentido, o autor cita a produção de carne per capita no Rio de Janeiro em 1785, cerca de 165 gramas diárias, em resumo, “Tornou-se assim desprezível o problema da alimentação da gente mais pobre das cidades, isto é, os brancos, os pardos, os pretos livres, a gente dos mucambos e dos próprios sobrados e casas térreas menores” (FREYRE, 1981, pág. 165-166)

Com objetivo de comparação, Freyre relaciona a condição das capitais do império com o desenvolvimento urbano ensaiado pelas regiões das minas. Nesse sentido, o autor cita a polêmica em torno do fornecimento de carne para diamantina no início do século XVIII. Na ocasião, Francisco Amaral exerceu um contrato de cinco anos de fornecimento para a região, e quando chegou ao fim, em 1706, o comerciante se empenhou na prorrogação do acordo, ampliando-o em um monopólio no fornecimento do bem. Os lavradores paulistas foram os que se opuseram a partir de argumentação com tom de certo direito público, ou ao menos de um debate a respeito dos direitos públicos perante os privados - incomum para a época patriarcal. Venceu o comerciante, em uma disputa inundada por subornos e jogos de influência de âmbito privado. Freyre afirma que esse episódio “É das que marcam com nitidez a supremacia da

economia privada sobre a pública; dos interesses particulares sobre os gerais. Supremacia tão ostensiva na formação brasileira.” (FREYRE, 1981, pág. 168). Como consequência dessa tendência privatista,

“As cidades mineiras cresceram com a sua população mais pobre lutando contra a falta de víveres e o alto preço dos gêneros. Os aventureiros felizes é que foram se enobrecendo em fazendeiros ou se arredondando em burgueses de sobrado. E estes, fechados, tanto quanto as casas-grandes dos senhores de engenho na área do açúcar, na sua economia privada ou patriarcal. Os donos matando seus porcos e seus perus e engordando no sítio suas vacas de leite. O resto da população que se arranjasse como pudesse.” (FREYRE, 1981, pág. 168)

O problema de abastecimento de gêneros básicos nas cidades tinha como origem o sistema privatista de economia representado pelo sobrado. Exercendo sua liberdade política, dominavam parte considerável do comércio de víveres, e a parte que não dominavam era dificultada. Em geral, as Câmaras eram complacentes com esses privilégios monopolistas de gêneros essenciais, com muitos dos políticos inclusive envolvidos, enquanto família, nos negócios privados de abastecimento da população. (FREYRE, 1981, pág. 171) Nesse sentido Freyre usa um documento da biblioteca de pernambuco de 1800 que “denuncia a inércia das Câmaras de Olinda e Recife diante da escassez de carne verde nas duas cidades mais importantes da capitania de Pernambuco.” (FREYRE, 1981, pág. 171)

“Além do que o pobre ou o homem médio que não tivesse casa com viveiro de peixe, no dique que quisesse dar-se ao luxo de comer peixe fresco, para variar do seco, tinha que enfrentar não um atravessador apenas, mas toda uma série de intermediários. (...) [citando Vilhena] “[...] todos sabem esta dezordem mas ninguem a emenda por ser aquelle negocio como privativo de ganhadeiras que de ordinario são ou foram captivas de casas ricas chamadas nobres, com as quaes ninguem quer intrometter”” (FREYRE, 1981, pág. 167)

É extrema importância o monopólio dos gêneros alimentícios por parte da família patriarcal de sobrado para compreender aspectos de sua dominação social que transbordaram do ambiente rural para o urbano. Ainda assim, não é a raiz estrutural do problema da alimentação, esta que seria outra herança colonial, para o autor, “a maior concentração dos braços na cultura dos gêneros exportáveis - o açúcar e depois o café - com desprezo pelos de alimentação comum” (FREYRE, 1981, pág. 176). Corroborando seu argumento, o autor cita o

inquérito realizado pelo Governo imperial em 1858, por chegar a conclusão de que as principais causas da carestia de gêneros alimentícios seria a abundância de capital e “a crescente absorção de braço pelas culturas por nós denominadas imperiais como ‘o açúcar’ e ‘o café’” (FREYRE, 1981, pág. 243),

“Com a urbanização mais intensa da vida brasileira, a situação só fez piorar. (...) Donde os abusos da monocultura terem se acentuado no Brasil sob o liberalismo econômico do Império, com prejuízo maior para aquelas regiões onde os monocultores eram os únicos, ou quase os únicos a se beneficiarem com os lucros dos ‘gêneros exportáveis’ à custa da produção, quase nenhuma, de alimentos.” (FREYRE, 1981, pág 175-177)

É necessário considerar os valores aristocráticos constituídos nas casas-grandes como o fio condutor das permanências patriarcais no contexto do sobrado. (FREYRE, 1981, pág. 93). Parte significativa das continuidades resultam dos esforços de adaptação do patriarcalismo rural ao cenário agora em urbanização. Nesse sentido, o início da transição conservou o tom privatista da casa, agora assobradada, exercendo sobre a rua influência ainda hegemônica, e mantendo-a longe do alcance de suas mulheres e seus meninos. A mulher que fosse vista na rua poderia ser tida como mulher pública, e o menino de sobrado, quando na rua poderia vir a se tornar um moleque de mucambo, não havia mais brincadeiras entre as crianças dos dois extremos. Ademais, permanências podem ser verificadas, segundo Freyre, na técnica de produção agrícola ainda arcaica; na religião assumindo significado importante ao longo de toda vida do brasileiro⁴⁷, sempre imerso na corrupção do clero; na retórica como símbolo de intelectualidade maior que a literatura, dinâmica que reproduz a falta de pensamento crítico. De maneira geral, “o apego a tradições das quais o brasileiro não se envergonha” (FREYRE, 2009b, pág. 59).

Na transição do patriarcalismo rural para o urbano, o sobrado, em relação a casa grande, “Corrigiu-lhe alguns excessos de privatismo acentuando outros, o casarão assobradado da cidade.” (FREYRE, 1981, pág. 152) E seja, portanto, nas casas aristocráticas da colônia ou do império, a estrutura sempre se manteve na exaltação de um tipo, masculino/branco/proprietário,

⁴⁷ As festas religiosas eram um dos locais de maior comunhão, sendo o maior local de distração do povo. Da página 105 até a XX o autor fala sobre várias festas religiosas. Coisas notáveis: Troca de presentes no Natal, entre eles alguns escravos; A festa de Santa Efigênia, santa negra que despertava “consciência de espécie”, identificação; Procissão do ‘Senhor Morto’ “espécie de superiorio que tivesse falecido aos 30 anos” (pg. 106); Certa romantização da tristeza e sofrimento em manifestações religiosas mais lúgubres, “Encomendação das Almas” por exemplo, na qual era comum o autoflagelo.

de forma que “O regime das casas-grandes continua a imperar, um tanto atenuado, nos sobrados.” (FREYRE, 1981, pág. 69)

Observando mudanças superficiais na forma de viver do brasileiro das cidades, ao passo que mantiveram-se formas pretéritas de aristocratização, Freyre reconhece que “O hábito nem sempre faz o monge.” (FREYRE, 1981, pág. 334) E foi sobretudo no esforço da casa em manter seu prestígio e o de seus indivíduos que as continuidades patriarcais se manifestaram,

“Não eram poucos os brasileiros da primeira metade do século XIX para quem a gente boa, o casal de bem, a família bem constituída segundo a ortodoxia patriarcal, devia residir, nas cidades, em sobrados ou casa assobradada, deixando para os indivíduos socialmente menos sólidos as casas térreas de qualquer espécie. (...) ‘Também não deixava de ser útil ao be publico que qualquer proprietario que possuir caza térrea não podendo levantar sobrado seja obrigado a vendel-a a outra qualquer pessoa que o queira, e possa fazer, recebendo por ella o seu justo valor [...] evitando-se que as melhores ruas, e as do interior dellas, onde podião, e devião haver os mais belos edificios, estejam occupadas por terreas e insignificantes habitaçoens.’”⁴⁸ (FREYRE, 1981, pág. 301)

Voltando a atenção à educação do jovem abastado, a sociedade brasileira continuou a sufocá-lo por todos os lados, “Todos - o pai e o mestre - inimigos do menino e querendo-o homem o mais breve possível. O próprio menino, inimigo de si mesmo e querendo ver-se homem antes do tempo.” (FREYRE, 1981, pág. 81). Argumento já claro em *Casa-Grande & Senzala* a respeito da falta de espontaneidade do jovem educado patriarcalmente ou religiosamente, aspecto que subseqüentemente limitou a capacidade crítica do brasileiro. Apenas com o aparecimento das enciclopédias no fim do século XVIII, assim como dos colégios não mais religiosos é que o brasileiro teve a oportunidade de desenvolver alguma capacidade intelectual de base crítica. Ademais, o ensino colonial focalizado no latim e nos clássicos afastou, sempre que pode, o brasileiro da realidade moderna de sua vivência, ou seja, da capacidade de pensar criticamente seu entorno, “Daí a tendência para a oratória que ficou no brasileiro, perturbando-o tanto no esforço de pensar como no de analisar as coisas, os fatos, as pessoas.” (FREYRE, 1981, pág. 317-318)

Ademais, pensando em continuidades, não podemos deixar de destacar a atenção que o autor dá sobre o sadismo dos mestres para com os alunos, mesmo nos colégios não religiosos,

⁴⁸ Citação do Bacharel Antônio Luís de Brito Aragão e Vasconcelos em páginas do início do século XIX - Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1920-21, vol XLIII-IV, pg. 44

sendo eles também uma extensão da educação de casa-grande. O capelão da casa-grande imperava com sua autoridade nas aulas ministradas no engenho, e transferiu-a aos mestres régios dos colégios urbanos, famosos pela capacidade de gerar ordem com uma simples palmatória. (FREYRE, 1981, pág. 70) Retomando assunto abordado no capítulo anterior, Freyre argumenta que a violência contra os meninos era uma,

“tendência geral para o sadismo criado no Brasil pela escravidão e pelo abuso do negro. O mestre era um senhor todo-poderoso. Do alto de sua cadeira, que depois da independência tornou-se uma cadeira quase de rei, com a coroa imperial esculpida em relevo no espaldar, distribuía castigos com o ar terrível de um senhor de engenho castigando negros fujões.”(FREYRE, 1981, pág 507)

Ademais, a casa continuou a exercer suas pressões sobre a mulher, de forma que é necessário destacar que dentre os aspectos conflitantes deste processo, “a maior luta foi a travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o pater familias do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha e entre as molecas, sem que ela saísse nem para fazer compras”. Ressalta a religião e as festas ainda como ponto de confraternização, e agora de perturbação pelo contato com a rua, de forma que as mulheres saíam “Só para as missas. Só nas quatro festas do ano - e mesmo então, dentro dos palanquins, mais tarde de carro fechado.” (FREYRE, 1981, pág. 34)

A menina continuou tornando-se mulher precocemente. Logo aos nove anos já era idade de enviá-la aos internatos religiosos, onde era mantida sob a tutela cristã que lhe prepararia para ser a esposa virtuosa de molde no pentateuco, “Aí, sua educação, começada em casa, continuava. Aprendia a delicada arte de ser mulher.”(FREYRE, 2009b, pág. 95) O ideal da submissão patriarcal da mulher ao homem. Eram elas transformadas em senhoras já aos catorze anos, treinada na arte de ser esposa de patriarca, dócil, tímida, prendada nas artes de tecer, do piano e do francês.

A reeuropeização que marcou o Brasil Império, segundo Freyre, manteve a prerrogativa da diferenciação do sexo, classe e religião a partir dos ornamentos e formas do corpo, mas agora sob os moldes do antigo continente. Em resumo, “Acentuou-se nos sobrados a delicadeza feminina do seu corpo” (FREYRE, 1981, pág. 104) O espartilho, por exemplo, afirma o autor ser um desses ornamentos de diferenciação. Sobre o esforço cultural da casa em diferenciar os gêneros,

“As senhoras parecem às vezes, ao lado dos maridos, as sinhazinhas, ao lado dos pais, ou dos irmãos, mulheres malaias ou chinesas ao lado de missionários ingleses de bigodes ou de médicos norte-americanos de barbas. Duas raças - ou aparências de raça - criadas pela profunda diferenciação social dos sexos.” (FREYRE, 1981, pág. 333)

Casavam-se as moças aos catorze e aos quinze já era comum terem filhos. A mulher que até os vinte não fosse casada já começa a perder a esperança de seu futuro como esposa. E no mesmo sentido rural era o matrimônio submetido à vontade da família, “o casamento não resultava de galanteios românticos. Resultava de mecanismos menos líricos do sistema patriarcal de família.” (FREYRE, 2009b, pág. 96)

Destaca-se que em meio ao conflito entre a rua e a casa, a europeização da mulher contribuiu para a dissolução de algumas das características patriarcalmente femininas, como a dedicação exclusiva da mulher no trato da casa. Atividades que passaram a ser substituídas pela leitura de romances, pelas aulas de línguas e música, ou ainda, pelos teatros, bailes, espiadas nas janelas que agora davam para o dinamismo da rua, não apenas o marasmo do engenho. No entanto, é importante destacar que os novos hábitos apenas alteraram a substância da figura feminina, sua expressão manteve-se a patriarcal, de figura estranha aos espaços de mando, comum ao de submissão, de forma que

“os meios de expressão da mulher ainda patriarcal e já burguesa, suas oportunidades de intervenção nas atividades extradomésticas, continuaram, no Brasil da primeira metade de século XIX, mesmo nas áreas onde se antecipou, entre nós, a urbanização do sistema patriarcal, insignificantes. Reduzidas a formas graciosas. Graciosas e quase inócuas.” (FREYRE, 1981, pg. 111-112)

Em meio ao esforço de diferenciação dos gêneros, Freyre afirma ter se consolidado uma dupla moralidade na sociedade brasileira, duas formas alternativas de se criar e educar os indivíduos. A mulher parece ter sido sempre responsável pela expressão sentimental do patriarcalismo, como a mãe que se alia ao filho para amenizar a autoridade sem limites do pai (FREYRE, 1981, pág. 114).

Se a mulher assumia alguma função de mando, era a partir da absorção de aspectos atribuídos ao patriarca masculino, não uma alteração na estrutura de domínio, segundo Freyre, “a mulher tornava-se sociologicamente o homem da casa, o chefe da família, o senhor do engenho ou da fazenda, sem que tal substituição importasse em matriarcalismo senão adjetivo

- nunca substantivo - ou em valorização do sexo considerado frágil.” (FREYRE, 1981, pág. 133)
Para o autor, citando Luís Correia de Azevedo, a mulher do Brasil Império é,

“uma escrava à qual ainda não chegou, nem chegará tão cedo, o benéfico influxo da emancipação” (...) “uma boneca saída das oficinas as mais caprichosas de Paris, traria menos recortes, menos babados, menos guizos, menos fitas e cores do que essa infeliz criança, a quem querem fazer compreender, de tenra idade logo, que a mulher deve ser uma escrava dos vestidos e das exterioridades, para mais facilmente tornar-se do homem a escrava.”⁴⁹ (FREYRE, 1981, pág. 117)

A maior valorização do espaço público não significou para as mulheres o acesso à rua, foi a rua que conquistou maior acesso à casa. Era apenas quando já íntima a relação da família com algum comerciante, ou visitante, que as mulheres davam as caras, senão ficavam escondidas como na reclusão do campo. Freyre cita, por exemplo, Saint-Hilaire, viajante que conhecendo São Paulo não vislumbrou senhora de sobrado alguma, e foi uma única vez convidado para jantar, ocasião em que mulher alguma apareceu. Experiência que o levou a afirmar que “The native female of the better classes is still to be regarded as a kind of house prisoner (...)”⁵⁰ (FREYRE, 1981, pág. 62).

De maneira geral, a casa assobradada conservou a função privatista da casa-grande de guardar mulheres e guardar valores (FREYRE, 1981, pág. 154). Com a maior perturbação das ruas, foram elas mantidas presas por trás de grades, em jardins isolados do exterior, “definhando entre as sempre-vivas e os jasmims”, situação semelhante à que eram submetidas “as jóias e moedas, debaixo do chão ou dentro das paredes grossas.” (FREYRE, 1981, pág. 154)

Foi apenas após a corte, no Rio de Janeiro, que as mulheres começaram a aparecer para os estranhos, e ainda assim timidamente. Em 1832, por exemplo, um viajante ainda se queixava das casas de ‘muros altos, janellas pequenas e portas ainda mais estreitas’ onde um estrangeiro dificilmente conseguiria penetrar porque “lá dentro imperavam maridos ciumentos e brutaes” (FREYRE, 1981, pág. 38)

Nesse ponto é interessante notar os problemas de adaptação ecológica da mulher agora mais europeizada, sobretudo porque o padrão feminino europeu não pode sobreviver de forma saudável nos trópicos, com os espalhos a atrapalhar a respiração e os muitos panos a aquecer o corpo. Somado ao regime de vida sedentária e reclusa a que era submetida a mulher, a

⁴⁹ Citação de Luís Correia de Azevedo, Anais brasilienses de Medicina, Rio de Janeiro, abril, 1872, tomo XXIII, n°11, pg 416-440)

⁵⁰ C.S. Stewart, Brazil and la plata: The personal Record of a Cruize, No Iorque, 1856, pág. 148

inadaptação ecológica fazia de sua vida mais curta que a do homem. Muita mulher foi assassinada pelo patriarcalismo. Se agradava ao patriarcado, morria de tuberculose em meio a reclusão, se desagradava, era o feminicídio. A mulher brasileira estava fadada à morte por patriarcado.

A respeito das casas construídas sob regime patriarcal destacamos, no primeiro capítulo, que sua arquitetura se inclinava a adaptação do colono no processo de ocupar economicamente o trópico. Nesse sentido, vale lembrar que “a arquitetura patriarcal dos portugueses, na sua adaptação ao Brasil, teve de resolver o problema de excesso de luminosidade e de calor.” (FREYRE, 1981, pág. 205) Quando em meio a transição do patriarcalismo rural para o urbano, o sobrado parece ter abdicado de parte da adaptação ecológica da casa-grande de engenho para atender antigas demandas sociais. Ou melhor, para se proteger das novas figuras sociais em ascensão,

“Para criticar o sobrado ou a casa de sítio patriarcal - no sentido de discriminar suas qualidades dos seus defeitos e não no outro, de detratá-lo puramente - devemos considerar seu plano de arquitetura em relação não somente com o clima mas com as necessidades de exigências sociais do tipo de cultura de família e de economia então predominante. Também quanto ao material empregado não apenas por imposição do meio físico como pela maior ou menor pressão dos estilos europeus de vida sobre a fidalguia das cidades.” (FREYRE, 1981, pág. 198-199)

Muitas vezes a adaptação física foi submetida às necessidades sociais de aristocratização da casa assobradada. Como é o caso do exemplo dado pelo comandante Vaillant, de casas mal ventiladas por excesso de proteção contra a rua, a quais “Não tinham a leveza que ao seu ver deveria ser a primeira qualidade das casas nos países quentes.” (FREYRE, 1981, pág. 206). À isso parece se somar uma herança econômica da escravidão, quanto à racionalidade de investimento de curto prazo e lucro fácil, que inclinava mestres de obra à contruirem sobrados bonitos, mas antitropicais, com materiais de segunda que simulavam o luxo. Tudo para uma venda fácil e lucro garantido. (FREYRE, 1981, pág. 209) .

Ainda assim, não é o material usado para a construção da casa o foco do autor, mas sim como a composição da casa pode elucidar melhor a relação entre as pressões sociais e as do ambiente. Ou seja, com o trópico pressionando as construções a serem arejadas, seria necessário força social de igual intensidade para impedir que não ocorresse dessa forma. Nesse sentido, a esfera de influência da rua parece ser essa força social, uma vez que as heranças privatistas da casa interromperam todas as correntes de ar com suas paredes altas e largas para isolar os

indivíduos do exterior, em geral “Procurava-se a segregação da família contra uma série de inimigos exteriores: desde o ar e o sol até os raptos, os ladrões e os muleques. (...) Quase uma prisão.” (FREYRE, 1981, pág. 205-206)

O escravo também era mais valorizado conforme seu isolamento. Havia certa diferenciação entre os escravos que trabalhavam dentro dos sobrados e os que tinham “contatos degradantes da rua.” Dando como exemplo o anúncio de uma jovem escrava que aos seus 16 anos de idade nunca tinha ultrapassado a porta do sobrado. (FREYRE, 1981, pg. 48)

Voltando os olhos para as mudanças de arquitetura, afirma que foram mais intensas nas construções fidalgas que nas da plebe, ou seja, mais fortes nos sobrados que nos mucambos. O mucambo fora mais adaptado ao trópico exatamente porque sobre ele incidiram menores pressões de aristocratização, e superando essas restrições morais “A casa-grande, térrea ou assobradada, de subúrbio, se antecipou entre nós, tanto à rua, como ao sobrado de rua, em qualidades e em condições de higiene e de adaptação ao meio tropical.” (FREYRE, 1981, pág. 206-208)

Nesse sentido, seria o mucambo o exemplo perfeito de adaptação humana ao trópico, com suas proteções de sapê contra as chuvas, “Sua superioridade é evidente sobre as casas cobertas de telha ou de zinco, materiais ‘logo aquecidos pelo sol, após curta exposição e que, bons condutores de calor, vão aquecendo o ar no interior’.”⁵¹ (FREYRE, 1981, pág. 231) O problema do mucambo é a localidade em que é construído, normalmente as mais baixas e lodosas das cidades, verdadeiros mangues,

“Estabeleceram-se desde então contrastes violentos de espaço dentro da área urbana e suburbana: o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto, ou dominando espaços enormes; e as aldeias de mucambo e os cortiços de palhoças embaixo, um casebre por cima do outro, os moradores também, um por cima do outro, numa angústia anti-higiênica de espaço. (...) Enquanto isto, havia na área urbana gente morando em casas assobradadas, com cafezais e matas, águas e gado dentro dos sítios.” (FREYRE, 1981, pág. 234)

Em resumo, “O que é certo é ter sofrido grande parte da população urbana dos maus efeitos de tanta casa construída ao sabor dos interesses da economia privada;” (FREYRE, 1981, pág. 210). Disso decorre que em 1798 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro iniciou um inquérito entre os médicos para investigar o porquê da insalubridade das regiões urbanas. Em

⁵¹ Citação de Aluísio Bezerra Coutinho em ‘O problema da Habitação Higiênica nos Países Quentes em face da Arquitetura viva, Rio de Janeiro, 1930

sua maioria, os médicos indicaram os defeitos higiênicos das construções das cidades, assim como de sua interação com os espaços públicos. (FREYRE, 1981, pág. 213)

Esse é o panorama geral das continuidades da família patriarcal no ambiente urbano. Ainda que precisando de maiores esforços para se contrapor à rua, sua primeira inimiga, mantém a economia sub suas necessidades; fortalece seu prestígio com a diferenciação intensa de gerações, gêneros e classes; modifica a casa para continuar efetiva na proteção de mulheres e valores. É importante perceber que muitos dos conflitos coloniais mantiveram-se no império.

Ainda assim, Gilberto Freyre destaca dois movimentos no processo de desagregação do patriarcalismo rural, ambos como resultados do menor poder da família para tutelar as relações. Primeiramente, é possível observar a maior liberdade individual que passa a existir com as instituições urbanas retirando da hegemonia da família algumas de suas ferramentas de assimilação, como a educação, a medicina, o confessionário e as festas. Por outro lado, a diferenciação que essa liberdade trouxe levou ao menor apoio da casa ao indivíduo.

Para o autor, essa dinâmica representa o equilíbrio entre duas tendências, Individualista e coletivista, baseado no processo do indivíduo se descobrindo em meio a ascensão das esferas públicas das cidades. Para Freyre, a casa de família tradicional “foi diminuindo aos poucos de volume e de complexidade social.” (FREYRE, 1981, pág. 152)

“que o sistema de casa-grande-senzala se partisse quase pelo meio, os elementos soltos espalhando-se um pouco por toda parte e completando-se mal nos seus antagonismos de cultura européia e de cultura africana ou cultura indígena. Antagonismos outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos ou das fazendas e estâncias latifundiárias.” (FREYRE, 1981, pág. 153)

Relação entre o equilíbrio de antagonismos e a ascensão socioeconômica do indivíduo. Não mais equilibrados, os antagonismos desenvolveram nova intensidade. É interessante notar que a exaltação dos antagonismos se dá em sincronia com as maiores oportunidades de ascensão social de figuras não senhoriais. Com a diminuição da sua capacidade de organizar a sociedade, a família vê seus conflitos se exaltarem em meio aos estímulos externos à casa.

2.3 Desequilíbrio dos conflitos

As relações sociais da cidade não se equiparam ao antigo amaciamento do engenho, os conflitos ficavam muito mais expostos, sem a sombra patriarcal para lhes tapar as críticas. Não obstante a indústria não tenha entrado no Brasil com todos os seus aspectos, as alterações na

moralidade patriarcal fora suficiente para alterações nas predecessoras relações tutelares da família,

“Perdeu, entretanto, sua organização social, com aquela antecipação, alguns dos traços mais doces de familismo tutelar ou de patriarcalismo benevolente. (...) Tais relações teria de refletir, como se refletiram, na alimentação dos escravos que, nas áreas industrializadas, alterou-se quase sempre no sentido de sua degradação, desde que ao industrial precoce - como foram o mineiro, desde o século XVIII, e o maranhense e o paulista, desde o começo do século XIX - interessava mais esgotar rápida, comercial e eficientemente a energia moça do escravo (substituto de máquina e não apenas de animal) que prolongar-lhe a vida de pessoa servil e útil” (FREYRE, 1981, pág. 282)

Com a casa perdendo paulatinamente capacidade de tutelar o indivíduo, as opressões que se mantiveram nas relações sociais brasileiras agora ficam mais explícitas, os conflitos mais latentes, de forma que colapso seria iminente para o autor uma vez que “não se imagina o prolongamento de condições tão artificiais de vida.” (FREYRE, 2009a, pág. 178).

Em relação ao monopólio do comércio de gêneros básicos citado na sessão anterior, o autor cita a revolta da população urbana de 1815 em torno do fornecimento de peixes. Segundo o autor, essa rebeldia parece ter sido a primeira entre os dois extremos urbanos, o sobrado e o mucambo. Ainda assim “tão vago, que a exploração se restabeleceu, logo depois, embora menos desbragada.” (FREYRE, 1981, pág. 173). Revolta que sendo uma das primeiras teve sua continuidade na Cabanagem (1835). A esse respeito, o autor passa por alguns intérpretes da revolta, destacando diferentes facetas do movimento, e conclui que dentro do conflito coexistem antagonismos “de classe, raça e religião, representado principalmente por moradores de casas de palha e de feitio africano ou indígena em face dos senhores de casas-grandes ou dos ricos dos sobrados.” (FREYRE, 1981, pág. 243)

Assim como a tentativa de romper com a força patriarcal dos movimentos citados acima, a dinâmica interna da casa também pressionou a família. Nesse sentido, novas relações sociais rompem as paredes da casa para atingir a mulher, outra figura privada de sua espontaneidade pela família tutelar da casa-grande colonial. Em meio ao desenvolvimento das atividades urbanas, indivíduos alheios à família passam a fazer parte do cotidiano.

De maneira geral, nas cidades, esse aspecto era exercido sobretudo pelo comércio e os serviços locais, perturbação evidente da rua na casa, sobretudo quando consideramos as lojas das cidades, uma vez que elas dinamizavam a vida “quase de convento” dos sobrados urbanos. Eram novas dinâmicas sociais que agora a mulher fazia parte, aumentando sua curiosidade

sobre os acontecimentos externos à esfera familiar, demanda que era atendida, segundo Freyre, pelas negras boceteiras e quitandeiras, que em suas visitas levavam para o sobrado um pouco do “ruído da rua e das novidades da praça.” (FREYRE, 1981, pág. 36)

Durante o período colonial, o único homem fora da família que tinha maiores intimidades com a mulher de casa-grande era o padre confessor. O confessionário era o espaço de maior espontaneidade e individualidade da mulher, e ainda que fosse ambiente tutelado pela família, era onde podia “descarregar a consciência e de libertar-se um pouco da opressão do pai, do avô ou do marido sobre sua personalidade.” (FREYRE, 1981, pág. 120) Nos sobrados imperiais, por outro lado, novos espaços surgem e, sobretudo, novas figuras masculinas de prestígio que não o pai, o avô ou o marido. Além do citado comerciante, a figura principal nesse processo, para Freyre, é o bacharel em medicina, que substituindo a medicina familista da colônia, invade as casas com seu prestígio de sucesso urbano,

“A mulher de sobrado foi encontrando no doutor uma figura prestigiosa de homem em quem repousar da do marido e da do padre, a confissão de doenças, de dores, de intimidades do corpo oferecendo-lhe um meio agradável de desafogar-se da opressão patriarcal e da clerical.” (FREYRE, 1981, pág. 121)

É no sentido de arrefecimento na hegemonia do chefe da família sobre as moças que o autor sugere a ideia de adultério. Traição que assume tom simbólico com a introdução de relações extra familiares, mas também objetivo quando Freyre afirma que substituíram a figura do padre pela do médico nos romances às pressas nos ‘sofás patriarcais’. De forma similar, símbolo importante desse adultério seriam os raptos consentidos de moças fidalgas por plebeus ou homens de cor. Significando a maior emancipação emocional da mulher, disposta a desobedecer o patriarca que a possuía. Para o autor, esses raptos foram um dos maiores choques morais do início do século XIX (FREYRE, 1981, pág. 130-132).

Foi um processo lento a urbanização do patriarcalismo, e salientamos alguns aspectos de acumulação que atingiram os privilégios econômicos do senhor rural, valorizando paulatinamente as figuras que agora surgiam nas cidades. Dentro das casas, por sua vez, o movimento de aburguesamento tem como principal ator o filho do senhor de engenho educado na europa ou nas grandes cidades do Brasil. O bacharel, e mesmo o jovem dos colégios, “desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo o estilo de políticas, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam mais com seus gostos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados.” (FREYRE, 1981, pág. 18).

A educação na colônia se manifestou como uma esfera social dominada também pelos impulsos do patriarca rural. Como vimos no primeiro capítulo, dentro das próprias capelas de engenho eram os jovens iniciados em estudos religiosos, de oratória, todos imersos na dinâmica patriarcal de forma a manutenção de seus valores entre as gerações. Já no século XVIII, por sua vez, Freyre reconhece a maior participação dos colégios na paisagem das cidades, que começaram a evidenciar a decadência da esfera pedagógica da casa. (FREYRE, 1981, pág. 71).

Nesse sentido, em meio ao período de transição, o autor cita o sacerdote Azeredo Coutinho quanto à escritos sobre a necessidade de se ensinar também ciências práticas nos colégios, a fim de formar jovens capazes de compreender os problemas brasileiros da própria transição. Aos poucos, a influência do colégio urbano foi transformando os jovens em “elementos de urbanização e de universalização, num meio influenciado poderosamente pelos autocratas das casas-grandes e até dos sobrados mais patriarcais das cidades” (FREYRE, 1981, pág. 76-77)

Em termos de ensino superior, fora a partir da década de 1870 que a Faculdade de Direito do Recife começou a formar jovens que, imersos em teorias estrangeiras, inclinavam seus esforços intelectuais às mudanças políticas propostas pela Europa. Importante momento no pensamento crítico do Brasil que fez do bacharel soldado importante da coroa no embate entre estado e família. Parricidas é a forma como Freyre qualifica os agentes dessa transformação, em uma análise psicológica do fim da hereditariedade plena que sustentava a hierarquia da sociedade criada pelo açúcar. Os filhos de engenho que incorrem no que o autor qualifica como “parricídio” enquanto movimento de negação ao passado, às tradições familiares, “adolescentes brasileiros que, influenciados por ‘paixões românticas’, de origem principalmente literária - e essa origem literária, francesa, inglesa ou alemã - revoltaram-se contra o patriarcalismo não já rural ou, a seu modo, feudal, mas urbano e comercial.” (FREYRE, 1981, pág. 274)

Por fim, o processo de parricídio “parece caracterizar, com seus excessos, toda transição do patriarcalismo para o individualismo.” (FREYRE, 1981, pág. 87-88). Isso porque representa a decadência da moral hereditária, base fundamental da família tutelar que podou a individualidade dos brasileiros na colônia,

“Era o menino começando a se libertar da tirania do homem. O aluno começando a se libertar da tirania do mestre. O filho revoltando-se contra o pai. O neto contra o avô. Os moços assumindo lugares que se julgavam só dos velhos. Era o começo daquilo que Joaquim Nabuco chamou de neocracia: “a abdicação dos pais nos filhos, da idade madura na adolescência...” (FREYRE, 1981, pág. 87-88)

O maior espaço para o brasileiro abastado era o constituído em sincronia com o maior prestígio da toga, a partir da qual os jovens bacharéis foram substituindo os velhos patriarcas na administração pública (FREYRE, 1981, pág. 85). Foi uma disputa

“Entre os velhos das casas-grandes, habituados a se impor por um prestígio quase mítico da idade, e os moços acabados de sair das academias de São Paulo e de Olinda; ou vindos de Paris, de Coimbra, de Montpellier. Moços a quem o saber, as letras, a ciência cheia de promessas, começaram a dar prestígio novo no meio brasileiro.” (FREYRE, 1981, pág. 81)

Em meio a disputa, houve crítica da elite aristocrática da época a respeito dos bacharéis no governo. De maneira geral, as ressalvas se deram no sentido de ver nos jovens certo romantismo político, uma interpretação artificial dos conceitos europeus quando aplicados no Brasil, “novas teorias de Liberdade, de Estado, de Direitos do Homem, de Contrato Social.” (FREYRE, 1981, pág. 578). Quanto a capacidade de fazer política, Freyre utiliza de Gilberto Amado para argumentar a respeito da incapacidade desses bacharéis românticos em reconhecer a realidade brasileira, fazendo propostas como se governassem país europeu, “fazendo discursos cheios de ‘citações de estadistas franceses e ingleses’ sem, entretanto, se darem ‘ao pequeno trabalho de fazer um estudo ligeiro das condições de raça, de meio, das contingências particulares’ do Império.”⁵² (FREYRE, 1981, pág. 582).

Ainda assim, irreais ou não, essas manifestações de descontentamento ideológico contribuíram para a decadência das relações patriarcais, ameaçando, simultaneamente, o amaciamento dos antagonismos que ela possibilitou ao longo do período colonial e no início do século XIX. É preciso olhar com ressalvas o processo de ascensão da toga. Freyre afirma que sem dúvidas ela se deu, mas não sem obstáculos exercidos pelo esforço da casa em conservar sua hegemonia. Nesse sentido, quando na ida do jovem do interior para a costa do Império estudar direito, era de costume acompanhá-lo também um escravo de confiança da família. Esse “pajen” deveria olhar pela saúde do jovem, mas tinha como prioridade observar seu comportamento, sendo certo vigia patriarcal na certa da liberdade oferecida pelos estudos. Em resumo, “os velhos continuaram a reinar sobre os moços de modo quase absoluto.” (FREYRE, 1981, pág. 70)

⁵² Citação de Gilberto Amado, Grão de Areia, 1919.

Ainda assim, a realidade fora marcada pela substituição dos estadistas culturalmente brasileiros pelos europeizados, ainda que europeizados nas faculdades de Recife ou São Paulo. E a transferência paulatina de poder político caminhou junto com a nova aristocracia da beca, “E esses trajos capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, ‘morenos’”. Se antes os proprietários rurais exigiam que seus correspondentes comerciais urbanos fossem brancos e apenas soubessem ler e contar, agora era necessário que fossem bacharéis ou doutores, “nem sempre fazendo-se questão fechada do sangue rigorosamente limpo. Saliente-se, entretanto, que a ascensão social do bacharel, quando mulato evidente, só raramente ocorreu de modo menos dramático.” (FREYRE, 1981, pág.584)

Especificamente sob o ponto de vista do trabalho, o progresso técnico e a maior urbanização que a acompanhou distanciou cada vez mais o senhor do engenho, a gerência então tomou o lugar de mando antes exercido pelo patriarcalismo, e por fim as companhias industrialistas retiraram todo aspecto ainda ‘familístico’ na produção rural. Para o autor, o significado dessa alteração é que a industrialização, e sobretudo a distância dos proprietários, retiraram importante aspecto acomodatório entre os extremos econômicos da sociedade brasileira. Freyre acusa o usineiro, por exemplo, de falta de solidariedade regional quando comparado ao senhor de engenho, “Feita uma exceção ou outra não há sentimento de solidariedade nenhuma entre o dominador e os dominados.” (FREYRE, 2009a, pág. 180).

Sem mais as zonas de contato entre os pólos da dominação econômica, o escravo se vê “reduzido à condição impessoal de máquina e não apenas de animal.” (FREYRE, 1981, pág. 284) Todo aparato que equilibrava o domínio foi trocado pela eficiência administrativa, de forma que colocando em termos de capacidade de amaciar os conflitos, “a usina não teve força suficiente para acrescentar nada de positivo a essa civilização: só têm feito diminuí-la.” (FREYRE, 2009a, pág. 60).

Mesmo no desenvolvimento urbano, as poucas indústrias que se desenvolveram no Brasil a sombra do alvará de 5 de Janeiro de 1785⁵³ Antônio Lago afirma que se existem é pelo esforço de muitos braços negros, não pela introdução de maquinário⁵⁴. (FREYRE, 1981, pág. 282) Situação em que os poucos escravos de gente média das cidades, muitas vezes, segundo o autor, viam-se em condições de exploração tal qual, ou ainda maior, que os do eito.

Ainda assim, não era insignificante, segundo Freyre, o processo de modernização no fabrico do açúcar, sobretudo na instalação de máquinas à vapor. Modernizações que tinham

⁵³ Alvará que proibia fábricas e indústrias no Brasil.

⁵⁴ Antônio Bernardino Pereira do Lago, em *Estatística Historica-Geographica da Provincia do Maranhão* oferecida ao Soberano Congresso das Cortes Geraes, Lisboa, 1822

como empreendedores sobretudo europeus chegados no Brasil, mas que foram absorvendo aos poucos o gentio mestiço do território tropical para o espanto do observador europeu. A esse respeito o autor cita Ida Pfeiffet, que se surpreende pela capacidade manufatureira da gente de cor.⁵⁵ Ademais, os anúncios de escravos nos jornais são novamente materiais importante, uma vez que la se descreviam não apenas a aparência do negro, mas também suas capacidades produtivas. E não era incomum elas incluírem características manufatureiras.

Com a transformação das relações entre senhores e escravos, ou melhor, entre senhores e os engenhos, os opostos casa-grande e senzala perdem fundamentos importantes de seu equilíbrio se perdessem com a decadência do antigo modo de viver rural. As antigas relações de senhor e escravo foram perdendo intensidade com a transformação dos engenhos em usinas.

No equilíbrio precedente entre a casa e a senzala, restam apenas dependências para negros nos sobrados, um quarto para criados. De resto, saíram da dependência dos sobrados o extremo social oprimido, que habita nessa nova etapa os mucambos nas áreas menos nobres da cidade. O autor afirma que essa nova relação entre senhor e escravos, distantes socialmente, caracteriza-se como “escravidão industrial”, na qual “o escravo menos pessoa da família do que simples operário ou ‘machina de fazer dinheiro’”(FREYRE, 1981, pág. 178)

Nesse sentido, o autor argumenta que o escravo tinha melhores condições de vida no patriarcalismo rural quando comparado ao urbano. Vale destacar que Freyre considera “realmente feudal” o poder dos latifundiários, mas ele afirma que esse poder não era de todo cruel a respeito dos escravos. A violência e a agressão da escravidão brasileira, afirma o autor, não se aproximava da condição de operários europeus os escravos norte americanos da mesma época (FREYRE, 1981, pág. 283).

Eram bem alimentados e cuidados em vista do capital que representavam para o senhor⁵⁶. A esse respeito Freyre cita as sesmarias. Citando Rugendas em *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, escrito no início do século XIX⁵⁷,

““Em cada fazenda existe um pedaço de terra que aos escravos negros é entregue, cuja extensão varia de acordo com o número de escravos, cada um dos quais o cultiva como quer e pode. Dessa maneira, não somente o escravo consegue, com o produto do seu trabalho, uma alimentação sadia e suficiente, mas ainda, muitas vezes, chega a vendê-lo vantajosamente.””(FREYRE, 1981, pág. 287)

⁵⁵ Ida Pfeiffet, *Voyages au tour du monde*. Paris, 1868.

⁵⁶ Documento: Aspecto de economia rural brasileira - sobre condições de trabalho no Nordeste agrícola livre

⁵⁷ A versão utilizada é a 4ª edição, São Paulo, 1949, pág. 180.

Mesmo tendo afirmado a completa submissão do povo do massapê ao açúcar, ou a monocultura de forma geral, Freyre argumenta que quando havia espaço, a família patriarcal se mobilizava pelo cuidado de sua escravatura. De outra forma, quando a monocultura permitia, a realidade do escravo era melhor no campo que nas cidades. O sistema patriarcal dos engenhos estabelece relações que amaciam as opressões no próprio convívio, apesar das estruturas de hierarquia serem muito bem definidas. E usa Hamlet Clark para afirmar que,

“Sem dúvida, não precisamos ir longe para encontrar na Inglaterra livre a exata contraparte da escravidão: O trabalho londrino e O pobre londrino, de Manighe, Oliver Twist, de Dickens, Canção da Camisa, de Hood e muitas outras revelações de um despotismo opressor e desumano, de que os escravocratas brasileiros nunca sequer se aproximaram.” (FREYRE, 2009b, pág. 80-81)

Ao passo que os tradicionais engenhos vão incorporando, e algumas vezes dando lugar, à mudanças das relações de produção no campo com a introdução dos valores burgueses de industrialização, os latifúndios passam a ser explorados cada vez mais como “firmas comerciais das cidades do que pelas famílias”. Os dois extremos produzidos pela vida econômica colonial, senhor e escravo, deixam suas aproximações de interesses quando nas cidades, “tornaram-se metades antagônicas ou, pelo menos, indiferentes uma ao destino da outra.” (FREYRE, 1981, pág. 153).

“Quando os brancos fracassaram como pais sociais de seus escravos negros para os tratarm como simples animais de almanjarra, de eutio ou de tração ou simples “máquinas” de ganho, de produção ou de trabalho, é que muitos dos negros os renegavam.” (FREYRE, 1981, pág. 523)

Ambiente conflituoso que se manifesta também na condição de vida das cidades. Nesse sentido, é necessário ter em mente o cenário de imundice que Freyre descreve ter sido as cidades em meados do século XIX. Sobre o Rio de Janeiro cita Plácido Barbosa e Cássio Barbosa de Rezende, afirmando que era “Uma cidade imunda, na qual, pode-se dizer, não havia ar, nem luz, nem esgotos, nem limpeza das ruas. Uma cidade construída sobre pântanos, onde os mosquitos se proliferavam livremente.”⁵⁸ (FREYRE, 2009b, pág. 111)

Se a capital do império vivia sobre essas condições, pressupõem-se piores as cidades menos expressivas do Brasil de meados do século XIX. Recife, mesmo tendo vivido tempos de

⁵⁸ “Os serviços de saúde pública no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1907”

asseio em seus anos holandeses, fora descrita por Darwin, na década de 1830, pelas suas “ruas sujas e dos seus odores insuportáveis, comparando o Recife aos piores burgos orientais de então.” (FREYRE, 1981, pág 111)

De maneira geral, a visão de Gilberto Freyre sobre a modernização representada pela reeuropeização do Brasil teve como efeito imediato jogar a população em uma miséria superior à observada na colônia. Entregues à própria sorte nas promessas da ascensão urbana, o indivíduo permaneceu envolto pelos tentáculos da casa, servindo-a patriarcalmente, mas agora sem sua proteção patriarcal como contrapartida. Ainda sobre o Rio de Janeiro,

“com os padres, os frades e os ricos, donos de verdadeiras fazendas dentro das cidades, e as populações pobres forçadas a habitarem pequenos espaços de terra desprezíveis, os cortiços desenvolveram-se de tal modo a ponto de em 1869 (...) A porcentagem dos cortiços era de 3,10% e a da sua população de 9,65%, elevando-se em 1888 a 3,96% e 11,72%.” (FREYRE, 1981, pág. 182)

Cortiços que muitas vezes tinham condições higiênicas péssimas, incentivadas pelo ambiente insalubre das áreas das cidades que normalmente abrigavam as moradias mais pobres. A rua não era de fato acolhedora em seus primeiros momentos, representava mais o lado externo da casa do que um espaço social próprio, com suas ruas cobertas por lixo, sem encanamento, com os tigres espalhados pelo chão.

Na ausência de um mecanismo que se aproximasse da população que vivia fora dos sobrados urbanos, Freyre ressalta o esforço da esfera pública das cidades em termos de assistência social⁵⁹,

“Foi a cidade que, aliada à Igreja, desenvolveu entre nós não só a assistência social, representada pelos hospitais, pelos hospícios, pelas casas de expostos, pelas santas-casas, pelas atividades das Ordens Terceiras e confrarias, como a medicina pública geralmente desprezada pela família patriarcal.” (FREYRE, 1981, pág. 41)

Ainda assim, esse esforço é incomparável com a capacidade de equilibrar os antagonismos manifestados pela família patriarcal. Com a industrialização Freyre afirma que a cidade com sua arquitetura e seus indivíduos foram pintados de cinza e preto, quase um luto. E

⁵⁹ Faz um elogio às casas de caridade da igreja citando Stewart (Brazil and la plata pg. 229), “Suas portas estão abertas todas as horas, da noite e do dia, para os doentes de ambos os sexos, de todas as religiões, de todos os países e de todas as cores, sem formalidades de admissão: todos recebem gratuitamente a mais adequada assistência médica e os melhores cuidados e serviços de enfermagem.” (FREYRE, 2009b, pág. 109)

não apenas um luto simbólico da maior violência nos conflitos, mas o distanciamento ecológico dos hábitos custaram muitas vidas brasileiras. Sobretudo a partir da tuberculose em uma reclusão de roupas e paredes que não permitia a livre respiração de que tanto necessita o humano tropical, tal qual uma alimentação não condizente à elevada temperatura. (FREYRE, 1981, pág. 313)

“e os pannos espessos de lan, reduzindo os vestuários a verdadeiras estufas, tornam os homens sempre dispostos a contrahir affecções do systema respiratório, pela supressão da transpiração, que por muitas vezes e com facilidade tem lugar.”⁶⁰
(FREYRE, 1981, pág. 313)

Muitos conflitos se manifestam com o arrefecimento da complexidade social da casa dominante. Revoltas contra o privatismo econômico da casa; do jovem bacharel contra a velha aristocracia; da mulher questionando a hegemonia de valores do pai e do marido; dos escravos, que, continuando a ser os braços e pernas da família senhorial, não mais faziam parte de suas confraternizações. E todos esses conflitos ocorrem em um ambiente degradante, que sem a assessoria da casa não pode constituir coletividade para erguer cidades coesas.

Nesse ponto, Freyre retorna a pergunta a respeito de como essa sociedade não colapsou. E de forma semelhante ao equilíbrio fornecido pela família patriarcal na colônia, afirma o autor que a lógica burguesa, se por um lado alimenta os conflitos, também dá o tom de seu amaciamento.

2.4 Reacomodação dos conflitos

Com a urbanização do império, muitas mudanças nas relações sociais permearam a verticalização das casas de família dominante no Brasil. Novamente, o autor considera duas grandes forças nesse processo, ambos contra o privatismo da casa. O individualismo como a maior capacidade dos membros da família desenvolverem sua espontaneidade à revelia da influência exclusiva da casa. O coletivismo como constituição do conceito de público, em que a esfera privada perde parte de suas funções tutelares em um ambiente menos “feudal”.

Na sessão anterior, destacamos que a cidade não teve força para substituir a família patriarcal na função de tutelar, agora coletivamente, os conflitos estimulados nos centros urbanos. Com a casa dominante deixando de ser um ponto de contato íntimo entre os extremos

⁶⁰ Citação de Dr. Aquino Fonseca, em citação de Otávio de Freitas, A tuberculose em Pernambuco, Recife, 1896

da sociedade, o equilíbrio de antagonismos usado por Freyre para definir a colônia não pode se manter, resultando em conflitos antes incomuns.

No entanto, é interessante notar que, na colônia, a família patriarcal dominava a partir de seu prestígio, de sua diferenciação, e amaciava a dominação gerando zonas de contato íntimo com os oprimidos. Ou seja, a lógica patriarcal dominava e ao mesmo tempo amaciava os conflitos resultantes dessa dominação. No império, quem assume esse papel é o conceito burguês de mobilidade social. Da mesma forma que ela exalta o conflito entre os extremos, cria a ideia coletiva de possibilidade de ascensão, o que legitima a dominação,

“As transferências de indivíduos e até de grupos inteiros, por esse e por outros meios, de um para outro plano social, é que, acentuando-se, tornaram-se, desde os fins do século XVIII, mas, principalmente, durante o século XIX, um dos estímulos mais fortes ao desenvolvimento de formas chamadas individuais e, ao mesmo tempo, étnicas e culturalmente mistas, de família, de economia e de cultura, tão numerosas, desde então, no Brasil, ao lado das cada dia menos poderosas, e étnica e culturalmente menos puras, famílias patriarcais de origem portuguesa.” (FREYRE, 1981, pág. 356)

Essa ascensão, vale lembrar, é preciso ser compreendida também nos núcleos de trabalho livre que se desenvolvem com mais afinco nas cidades. Nesse sentido, o autor afirma que não havia mais o preconceito em relação a mercancia, mas sim em relação a sua apropriação pelos estrangeiros, sobretudo portugueses. Não era para os portugueses virem ao Brasil apossar-se do comércio e das cidades, mas sim para trabalhar no campo, deixando a mercancia ao exercício dos nativos (FREYRE, 1981, pág. 269). A valorização das atividades urbanas, estimulada pela imprensa imperial, representou a formação de novos caminhos para a ascensão social, antes dominados exclusivamente pela família,

“Expressivo da valorização de novas figuras da economia e da sociedade ainda patriarcal e já burguesas, tornou-se a concessão de títulos de nobreza imperial a industriais e comerciantes: quase sempre comerciantes que haviam começado a atividade comercial como simples caixeiros.” (FREYRE, 1981, pág. 276)

Com a casa ainda dominando parte significativa das formas de aristocratização, Freyre destaca outra esfera da ascensão social gerida pela casa, o casamento. Era a ascensão da classe mercante e o do bacharel de origem plebeia em meio ao ainda predomínio do prestígio da família aristocrática,

“A verdade, porém, é que muito caixeiro, no próprio sobrado do armazém ou da loja do comerciante, achou namorada e esposa; e esta, a filha ou a sobrinha ou a afilhada - sociologicamente filha do patrão rico. O sistema comercial brasileiro tornou-se uma como expressão urbana do sistema agrário, isto é, foi também, a seu modo, patriarcal e até endogâmico, com os nomes das firmas fazendo as vezes dos antigos nomes de fazenda ou de engenhos” (FREYRE, 1981, pág. 277)

E isso gerou descontentamento de parte da aristocracia branca, uma vez que a ascensão gera conflitos tendo em vista a falta de legitimidade da segmentação social que ela sugere. Em meio a esse cenário, a família realizou seus esforços no sentido de manutenção de seus prestígios, e, evidentemente, de seus privilégios.

Nesse sentido, quanto à participação política dos mecânicos, Freyre afirma a necessidade dos mecânicos em se distanciar da atividade manual assim que enriquecem. Muitas vezes treinando escravos, ou moradores livres de cortiços e mucambos, “a quem ensinavam suas artes manuais para não terem que praticá-las com as suas mãos de homens brancos e livres já enriquecidos pelas artes consideradas vis;” (FREYRE, 1981, pág. 374).

Ainda assim, mesmo aqueles que conseguiam enriquecer com sua atividade, abandonando-a depois, ficaram restritos às organizações religiosas, uma vez que eram menos rigorosas quanto à aristocratização, ou ancestralidade da família. Organizações frutos, normalmente, da dinâmica de cidades ou vilas de maior importância. (FREYRE, 1981, pág. 375-376)

Vale destacar que a dinâmica supracitada permitiu novas formas de posição social ao elemento não branco da sociedade brasileira,

“Donde ter sido, ao que parece, depois do técnico ou do artesão estrangeiro, o negro livre, o pardo ou o mulato de cidade, o elemento que com mais entusiasmo concorreu para a mecanização do trabalho entre nós. E isto por enxergar ele no seu domínio sobre a máquina meio de se elevar socialmente; de melhoria de status, aproximando-se da situação social do técnico ou do mecânico estrangeiro” (FREYRE, 1981, pág.527-528)

Nesse ponto se intensifica a necessidade de diferenciação da elite brasileira, seu esforço para manutenção do prestígio aristocratizante. Por exemplo, tendo em vista que a maioria da população brasileira era mulata e submetida a condições de vida distantes da ínfima elite branca, havia o medo de se resultar o Brasil em uma sociedade instável. Ou seja, sem mais a capacidade

de controlar a ascensão social dos não brancos, assim como de legitimar sua submissão social, “o sistema patriarcal brasileiro viu no mestiço impregnado de inglesias ou francesias um revolucionário a abafar ou reprimir.” (pg.619)

A idéia de Gilberto Freyre é que a raça veio à servir como aspecto de legitimação da opressão apenas com a exaltação dos conflitos patriarcais em meio à decadência na complexidade social da família. Durante o período de hegemonia quase feudal da casa-grande, o equilíbrio de antagonismos por ela instigado garantiu a ordem, ao passo que os aspectos de opressão que permaneciam evidentes foram legitimados em torno do prestígio constituído, sobretudo, pelas insígnias de classe, e dentre elas o consumo conspícuo. Por isso a pior condição do negro, segundo o autor, em ambientes tomados pelo cotidiano aburguesado das cidades.

Nesse sentido, muita proibição foi feita para colocar o escravo em seu devido lugar social. Proibindo manifestações culturais e gente de mucambo, a utilização de joias ou armas por escravos, sendo elas insígnias de raça e classe dominantes. No movimento de reeuropeização, o banho de rio passou a ser considerado hábito de preto e vadio, dos moradores pobres do mucambo, em discordância com os regatos dos que residiam em sobrados e performavam rusticamente alguns hábitos europeus. E ele afirma, portanto, que em meio a necessidade de legitimar uma opressão sobre o negro e o pobre livre, lhes podaram a individualidade submetendo-os a humilhação de não pertencer a elite dos sobrados. Isso:

“A água dos rios poluía-se quando nela se banhava o muleque, o homem do povo, o escravo. O ar das cidades enchia-se de ruídos como que nefandos quando eram os africanos que cantavam seus cantos de trabalho, de xangô ou de maracatu, tão diversos no som e nas palavras das ladainhas cantadas nas procissões Católicas, nas festas de pátio de igreja, nos terços diante dos nichos.” (FREYRE, 1981, pág. 389)

O racismo como fenômeno do século XIX seria, no caso brasileiro, fruto do menor contato entre os extremos da sociedade urbana do período quando comparado à interação observada entre a casa-grande e a senzala nos séculos anteriores. Na colônia, por exemplo, as palavras do Governador Dom Tomás José de Melo, em ofício de 10 de novembro de 1796, destacavam a importância de se permitir as manifestações culturais do elemento não branco “porque para elles é o maior gosto que podem ter em todos os dias de sua escravidão.” (FREYRE, 1981, pág. 391) Já no início do século XIX Basílio Teixeira de Sá Vedra destaca a nova abordagem, mais preocupada com o não branco se manter em seu devido lugar,

“Eu quizera que huma ley prohibisse aos mularos e sicessao legitima dos brancos; e que aquelle á maneira dos espurios só obtivessem destes alimentos, e mais algumas

precauções suaves para o passado a este respeito; Eu quizera que dosse assignada certa porção de terreno, certo numero de datas, para que elles não pudessem possuir maior extensão; quizera que muito delles fossem obrigados a se empregar nos officios e artes liberaes para o que costumão ter muita habilidade; quizera com elles muita attenção, emquanto esta pode ser empregada utilmente, e alguma tão bem como os pretos forros, dilhos do paiz, chmados crioulos, que não são tão bem boa fazenda. e principalmente, prohibir que huns pretos possuão ter outros em escravidão”⁶¹ (FREYRE, 1981, pág. 619)

A substituição dos valores, inclusive estéticos e de vida material, é parte desse movimento ao mesmo tempo de urbanização, e de legitimação de uma sociedade agora com conflitos mais explícitos. Com a possibilidade de aristocratização, intensificaram-se aspectos “inseparáveis da organização escravocrática ou do sistema patriarcal, isto é, de sua hierarquia (...) Diferenças de vozes, de gestos, de insígnias, as dos dominadores não se confundindo com as dos dominados.” (FREYRE, 1981, pág. 394) Ou seja:

“Rompeu-se o equilíbrio para acentuar-se pela exclusão violenta de diferenças, a supremacia ou a superioridade do elemento europeu, senhoril e urbano, agora com um sentido nitidamente burguês, capitalista, francês e inglês de dominação. Dominação de ‘superiores’ sobre ‘inferiores’.” (...) Com essa transformação verificada nos meios finos ou superiores, deu-se a degradação de artes e hábitos mestiços que já haviam se tornado artes e hábitos de raça, da classe e da região aristocrática, em artes e hábitos de classes, raças e religiões consideradas inferiores ou plebéias.” (FREYRE, 1981, pág. 392-393)

Nesse sentido, com a ascensão dessa nova forma de valorização na sociedade brasileira, a negação do capoeira, do sambista, do considerado vadio se intensificou na mesma proporção. Dinâmica que tem sua grande representação na vida do Major Vidigal, símbolo importante do combate do império contra as heranças culturais ligadas ao elemento não branco da sociedade brasileira. A esse respeito, lembra da perseguição policial contra os batuques e remédios africanos. E destaca um edital publicado em 1825 pelo intendente-geral da polícia da Corte do Brasil, Francisco Alberto Teixeira do Aragão, que “declarava que os escravos poderiam ser apalpadados a qualquer hora do dia ou da noite”, proibia que eles, e os negros em geral, não pudessem portar nenhum tipo de arma, assim como o simples ato de “estar parando nas esquinas “sem motivos manifestos” e até “dar assobios ou outro qualquer signal.” (FREYRE, 1981, pág.521)

⁶¹ “Informação da capitania de Minas Geraes” em 30 de março de 1805.

O esforço de diferenciação submeteu muitos mulatos de mucambo e cortiço às piores circunstâncias sociais. E essa opressão gerou revoltas, entre elas, o autor cita a "a dos "Cabanos", a dos "Baianos", a dos "Quebra-Quilos"; e como a dos Malês, na Bahia, em 1835." (FREYRE, 1981, pág. 389). Segundo Freyre,

“Não era possível que se conservassem noutra estado senão no de crispação, no de ressentimento e no de insurreição, grupos aos quais se proibiam de modo tão simplesmente policial expansões de fervor religioso e de ardor recreativo à maneira de suas velhas tradições e velhos costumes de sua cultura materna” (FREYRE, 1981, pág. 389)

No processo de decadência do patriarcalismo rural, tema primeiro do ensaio em estudo, o autor cita uma alteração que julga substancial. Foi ela a degradação do poder do patriarca sobre seus filhos naturais e sociológicos, com o arrefecimento dos aspectos tutelares de suas responsabilidades, que foram passadas, aos poucos, às mãos do pai político, simbolizado primeiro na figura do rei, e substituída em seguida pela do Imperador. Por fim, com a ascensão social substituindo o patriarcalismo tutelar como forma de equilibrar os conflitos, a família dominante teve que ampliar seus mecanismos de diferenciação social, e

“Largos anos se passariam até que se verificasse novo ajustamento em valores brasileiros, nacionais, mestiços, de hábitos, artes e técnicas que, na primeira metade do século XIX, se separaram duramente em valores ou hábitos cruelmente característicos de raça, de classe e de região “superior” ou “inferior”, depois de terem atingido sentido quase universalmente brasileiro - ou pan-brasileiro - através da miscigenação de raças e da interpenetração de culturas nacionais e regionais.” (FREYRE, 1981, pág. 394)

A maior herança colonial brasileira parece ser, sob a ótica do autor, a resiliência da aristocratização. Sendo majoritariamente em direção à exaltar o elemento branco, masculino e proprietário, a dominação no Brasil seguiu o sentido de manter os alicerces do seu trauma, a escravidão, e muitas patologias sociais se desenvolveram com essa dinâmica.

Conclusão

“O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão de vida fazia-me ver nisso uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque deus quisera, e porque deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos boiss, nos burros, nos matos.” (REGO, 2018, pág. 108)

As conclusões que o autor tira são - segundo FHC - inclinadas à satisfação das elites brasileiras. Inclusive sua tendência de, diante dos muitos conflitos que enumera ao longo de sua obra por oposições binárias, fazer com que se equilibrem em uma estabilidade acomodada. Ainda assim, esses antagonismos, se não se verificam equilibrados na realidade, servem para permitir a interpretação proposta, e os mecanismos de legitimação que os sustentam, administram - são os antagonismos equilibrados, instrumentos “heurísticos”.

Muitas vezes Freyre usa uma linguagem eufêmica durante os processos de acomodação de conflitos, permitindo, por exemplo, que os estupros coloniais sejam aspectos pacíficos de integração social de opostos raciais. Ainda assim, não podemos afirmar que o autor considera que o equilíbrio resultante da família, tendo como maior representação a miscigenação, está livre de violências. A própria “passividade” da escrava é, enquanto sedução, uma das formas da resistência contra a violência patriarcal e sua pressão por anular todo indivíduo sob seu domínio, assim como a fuga e o suicídio. E faz referência às manifestações de conflitos dos quilombos, das resistências indígenas ou das revoltas coloniais e do império, segundo o autor muito bem apresentadas por Astrojildo Pereira e Caio Prado (FREYRE, 2006, p.32-33).

Sobre essa acomodação começam a pressionar algumas características que a sociedade brasileira passa a assumir, segundo o autor, após a presença da corte portuguesa, em 1808, no Brasil. Novo cenário que exalta os conflitos que antes eram equilibrados pela família que historicamente se constituiu no país, assunto que o autor trata em Sobrados e Mucambos, o segundo livro de sua “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”, este publicado em 1936.

O colapso desse reino acomodatório que foi, para o autor, o patriarcado rural, levou a novas relações de subordinação, ainda que sendo suas alterações principalmente de substância - etnológicas; econômicas; e geográficas - em que se manteu a forma nos privilégios dos senhores (classe), brancos (raça) e homens (gênero) - “A sombra feudal da casa-grande do rico ou do Jesuíta caía sem cheio sobre as cidades.” (FREYRE, 1981, p.XLIV). Com o declínio do

cenário acomodatório, os antagonismos dados pela subordinação se explicitam entre os dois extremos sociais, inclusive em seu desajustamento econômico.

Questionamentos provenientes das pressões, a saber: da rua; da escola; universidades; igrejas que deixaram de pertencer ao domínio latifundiário das casas grandes para dispersar-se pelas cidades. Ou seja, provenientes da modernidade que obrigava ao cenário brasileiro modificar-se para conceber as novas ideias, profissões e prestígios, muitos deles provenientes do velho continente em um movimento que o autor chama de reeuropeização (FREYRE, 1981, p.XLIX).

Se por um lado esta distância social diminuiu com as possibilidades de diferenciação social que marcam a decadência do patriarcado rural no período de urbanização, por outro se acentuou porque as acomodações antes dadas pela casa-grande & senzala, no campo, se dissolveram em antagonismos mas vivos entre os sobrados e os mucambos das cidades. Nesse sentido que o autor faz referência à melhor sorte dos escravos de engenho quando comparados aos das atividades urbanas,

“De negros que por sua própria vontade, e não seduzidos por ninguém, deixassem os donos de engenhoca, que os esgotavam de trabalho, as viúvas doceiras que tendo um escravo só, faziam-no trabalhar por três, as padarias, onde o trabalho era longo e duro, à procura dos engenhos grandes com a fama de paternalmente bons para os escravos;” (FREYRE, 1981, pág. 50-51)

Entre os símbolos de vida íntima que emanavam questionamentos à autoridade familiar - sempre gravitando a rua - o autor destaca a matriz; a catedral; a fábrica; o colégio; o hotel; o laboratório; a botica; e o moleque de rua que desrespeitando a autoridade antiga dos sobrados, pichando-lhe as paredes e urinando em suas portas, constituiu “a expressão mais viva da rua brasileira” (FREYRE, 1981, p.XLV). São nas cidades que uma sociedade individualista e coletivista vai tomando o lugar do familismo predecessor. Desintegração da unidade patriarcal que passa pela externalização da igreja, enquanto religião, da educação, enquanto mobilidade social, e do filho, enquanto indivíduo externo aos limites da família, todas elas ligadas aos valores modernos europeus.

A divisão do trabalho, a descentralização das funções proporcionada pelas cidades, fizeram as profissões como pressões anti patriarcais, impondo sobre o trabalho novas relações às antes servilistas. As possibilidades de ascensão de uma classe à outra é ponto importante para o estudo de Freyre, porque a subordinação ainda que sendo subordinação baseada na raça, era

também de classe pelo fato de não ser possível vislumbrar uma ascensão de classe em uma sociedade estritamente escravocrata. A ascensão econômica e social passa a ser um novo ponto de conflito e de equilíbrio entre o povo e a elite.

As casas se esparramando com o enriquecimento, eu se verticalizando, nas cidades. Cavalos e escravos negros não como fator econômico, mas como elemento nobilitante. São, estes, exemplos dessa aristocratização ainda patriarcal, ainda rural em suas formas. Tendo se tornado símbolo do poder patriarcal, a casa-grande, consolidada como exemplo mais ortodoxo a economia nordestina do açúcar, teve seu estilo de vida assimilado pelas outras atividades como mecanismo de aristocratização que, por sua vez, acompanhou, com os bacharéis/mulatos a ascensão social. Ainda que quebrado o antigo bloco patriarcal, dissolvendo-se em instituições urbanas, a casa não deixa de influir poderosamente na formação dos tipos sociais, “O privatismo patriarcal ou semipatriarcal ainda nos domina” (FREYRE, 1981, p.XLVII). Citando Schmoller,

“Da habitação rigidamente patriarcal - como foi entre nós a casa-grande de engenho ou mesmo a de sítio - pôde Gustav Schmoller, em página hoje clássica, que a sua arquitetura criara nos homens, costumes, métodos de trabalho, hábitos de conforto. E não sem razão, segundo o sociólogo europeu, que a história econômica se faz da “economia da casa” o fim da barbaria e o começo de uma cultura mais alta. (...) Poderia, aliás, recordar que também a palavra ecologia tem a mesma origem que economia.” (FREYRE, 1981, p..XLVI).

Seria possível que como poder tutelar o papel da família brasileira estivesse findo, mas suas influências estão em Freyre articuladas de forma a alimentar-se cada vez mais, ainda que em outras substâncias etnográficas, econômicas e geográfica, adaptando-se às novas formas de convivência humana e desenvolvendo-se, por exemplo, com “a Igreja, a Cooperativa, a Comuna, o Sindicato, a Escola” (FREYRE, 1981, p.XC) todas elas que perturbaram, em um primeiro momento, o poder da família, que em um segundo se adaptou. Dessa forma, para o autor,

“Tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal. O personalismo do brasileiro vem de sua formação patriarcal ao mesmo tempo que cristã (...) e dificilmente desaparecerá de qualquer um de nós.” (FREYRE, 1981, p.XC).

Entre as funções econômicas que permanecem sendo exercidas pelo patriarcalismo das elites, constituindo sua tradição, destaca-se o de construir os conceitos sociais de prestígio, e nesse sentido se destaca o consumo de luxo que assumiu a elite brasileira. Em torno da família patriarcal se deu a concentração de capital e de mão de obra com aquilo que - resgatando Veblen e seu consumo conspícuo⁶² - chamou o autor de ostentação da riqueza, um dos aspectos de prestígio que permitiram o transbordamento do espaço social, representado pela família, para diferentes substâncias econômicas, geográficas e políticas.,

“Os anúncios de jornal parecem ter concorrido para o uso generalizado, entre nós, de produtos que até os começos do século XIX destinavam-se nitidamente a esta ou aquela classe, a este ou aquele grupo, da sociedade; e não a mulheres, sem discriminação da classe a que pertencessem; não a homens, sem discriminação da classe a que pertencessem.” (FREYRE, 1981, pág. 298)

Necessidade de diferenciação que se estende à etiqueta na república, já que ela não significa apenas o enriquecimento, mas a educação já privilegiada e nobilitante (FREYRE, 2004, p.48-49).

“(…) já seguros de sua condição social tanto de brancos como de livres, parecem ter se requintado em hábitos como que afirmativos de uma situação, além de social, cultural, difícil de ser atingida de repente por gente de outras origens.” (FREYRE, 2004, p.143)

Ademais, em meio a falta de solidariedade que resulta das relações escravocratas, o arrefecimento da tutela da família joga o escravo em situação de negligência absoluta. De forma que algumas organizações escravas assumem certo papel de solidariedade e até a inclinação para formas de organização cooperativas em suas atividades materiais, para exemplificar, o autor cita o Palmares, no qual pareciam representados solidariedade de raça e classe, um “tipo parassocialista de cultura”. Nas palavras de Freyre, Palmares foi a primeira cidade a contestar o engenho. Opondo-lhe um padrão cultural alternativo (FREYRE, 1981, pág. 42).

⁶² Veblen (1899), “A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições”.

Por fim, sendo decisiva a cultura e economia para determinar socialmente o povo, e tendo esses aspectos origem histórica na casa que resulta da luta/adaptação econômica do humano ao meio, o autor reafirma a impossibilidade de existir instituições políticas universais que sejam coerentes à todas as realidades regionais de povo (FREYRE, 1987). Os diversos impulsos que a localidade aflige historicamente sobre o indivíduo consolidam uma realidade sociológica única; os objetivos sociais são estipulados pelas concepções morais das tradições seculares consolidadas nessa realidade (SCHMOLLER, 1881, apud SILVEIRA e FILHO, 2019, p.13); e, “Desse modo, a vida econômica e social não é resultado de escolhas de indivíduos, mas sim um processo histórico de construção, reprodução e transformação de instituições e organizações.” (SILVEIRA e FILHO, 2019, p.7)

De outra forma, a partir de seu contato com a Escola Histórica Alemã, Freyre afirma que uma raça não muda de ambiente sem modificações em seu caráter social, submetendo o pensamento racial às determinações econômicas e culturais (FREYRE, 2006b, p.34). Assim, Gilberto lembra das mudanças nas formas da habitação do português após apenas um século de adaptação econômica e social ao trópico, em representação clara das intensas alterações à que a história regional o submeteu na formação do povo brasileiro⁶³. A partir da interação entre meio-habitação-sociedade, portanto, novos comportamentos foram moldando o sistema de valores da sociedade portuguesa na América. E o autor reconhece a existência de relações sociais “lusotropicalis”, e subsequentemente de “valores tropicais de cultura”, que formalizaram a diferença entre o brasileiro e o europeu, e subsequentemente entre a idéia brasileira de progresso e a europeia (TAVOLARO, 2013, p.303). Para Freyre,

“estamos – ao que parece – diante de um processo de formação de um terceiro homem ou de uma terceira cultura – um homem simbioticamente lusotropical, uma cultura simbioticamente lusotropical (...); e que se vem formando por ter o português (...) renunciado, como nenhum europeu até hoje, à sua pureza, quer étnica, quer cultural, a favor de formas híbridas de homem e de cultura, das quais vê, participando raças, ambientes e culturas tropicais transeuropeizados pela presença entre eles do mesmo português” (FREYRE, 2010, p.108).

⁶³ “Distanciado o brasileiro do reinol por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça, exprimindo-se em outro tipo de casa. Como diz Spengler - para quem o tipo de habitação representa valor histórico-social superior ao da raça - à energia do sangue que imprime traços idênticos através da sucessão dos séculos deve-se acrescentar a “força cósmica, misteriosa, que enlaça num mesmo ritmo os que convivem estreitamente unidos.” (SPENGLER, 1927 apud FREYRE, 2006b, p.36).

A revolução epistemológica que Freyre protagoniza no Brasil a partir da década de 1920 atinge aqui uma terceira dimensão, para além da crítica à análise social de base racial, assim como ao bovarismo das instituições. Seria essa nova faceta ligada ao entendimento do trópico, uma vez que o autor passa a considerá-lo não como um obstáculo, “mas, ao contrário, como elemento-chave do que considera ser a singular experiência da modernidade no Brasil.” (TAVOLARO, 2013, p.283). Nesse sentido, Tavolaro defende que a função do trópico na obra de Freyre está presente desde o Manifesto Regionalista, de 1926, texto no qual o autor já atribuía protagonismo ao meio enquanto determinante social. Seriam, os aspectos da geografia física, “variáveis independentes da experiência social brasileira, lado a lado com (e não subordinados a) fatores sociais e culturais.” (TAVOLARO, 2013, p.285).

Freyre afirma que o Brasil é “vítima, desde que é nação, das estrangeirices que lhe têm sido impostas, sem nenhum respeito pelas peculiaridades e desigualdades da sua configuração física e social” (FREYRE, 1996, p.52), de forma que vale salientar a importância de se fazer uma História Ambiental da formação econômico-social do Brasil, sobretudo enquanto argumento regionalista que ressalte a necessidade de instituições adaptadas ao povo, e não o contrário. A compreensão daquilo que forma o regional é essencial não só para a identificação nacional de povo, mas também para compreender as melhores formas de se acolher a modernidade, sem que ela se dê em um movimento descoordenado⁶⁴. Essas preocupações assolaram Freyre em sua produção intelectual de um século atrás, e persistiram ao longo da carreira do autor, levando-o à reconhecer atualidade do tema ainda em 1987 quando afirmou que os principais líderes do Brasil ainda se limitavam ao mimetismo estrangeiro, de forma que “Aos seus estudos parece ter faltado uma mais objetiva iniciação no conhecimento de situações psicossociais características do Brasil.” (FREYRE, 1987, p.22).

Nesse sentido, Gilberto afirma que a semana da Arte Moderna de São Paulo escancarou as portas para a entrada de “modernices” européias, sempre sem o filtro regional de assimilação do dito moderno. Acusa os modernistas de 1922 “de trazerem de contrabando, em nome da revolução formal, com a qual concorda, uma visão universalista que se transforma em instrumento de destruição da diversidade.” (BASTOS, 2006, pág. 152).

Que a arte brasileira precisava se modernizar ele não via dúvidas, no entanto essa modernização ainda que originada de fora, devia se adaptar à cultura que se desenvolveu no trópico português. Não haveria amálgama correto entre cultura e arte sem esse movimento de

⁶⁴ Problema esse que não foi debatido na construção de Brasília, que o autor usa de exemplo para uma modernização descolada da realidade nacional, em que não se vê nada de brasileiro. Sobre o assunto ver FREYRE (1987) p. 17-19; 29-31.

abrasileiramento, ou de simples adaptação. Movimento adaptativo que, segundo Freyre, “não se fez em São Paulo, mas sim no Recife (...) Esse movimento foi regionalista, tradicionalista e, ao seu modo, modernista (...)” (BASTOS, 2006, pág. 33).

“Sou muitas vezes acusado de conservador. Mas, o que eu quero conservar no Brasil? Valores brasileiros que estão principalmente encarnados nas formas populares de cultura, formas regionais, que dêem um sentido nacional ao Brasil. É, sou um conservador por ser um nacionalista, conservador de valores que exprimem uma nação brasileira através de uma cultura popular brasileira. A essa cultura popular tenho dado valorização máxima, embora não deixe de valorizar também uma cultura de elite.” (BASTOS, 2006, pág. 33)

E nesse sentido, Freyre diz ser necessário que uma nova ciência seja gerada a partir do estudo da sociedade do trópico, esta que o autor preliminarmente deu o nome de tropicologia - “Em sua defesa da tropicologia, o meio tropical reaparece não só como um dos pilares de sustentação da celebrada singularidade brasileira, mas também como uma importante arma nessa batalha.” (TAVOLARO, 2013, p.308-309) Nas palavras sempre poéticas de Freyre, que reconhece no estudo do cotidiano social a importância do espaço para dúvida e para o romance, é possível vislumbrar o seu regionalismo representado pela interação entre as 3 facetas do impacto do ambiente no social, tanto o processo de adaptação, quanto as influências de expressão ou comportamento,

“Nosso movimento não pretende senão inspirar uma nova organização do Brasil. Uma nova organização em que as vestes em que anda metida a República - roupas feitas, roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gelos que não existem por aqui - sejam substituídas não por outras roupas feitas por modista estrangeira mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa: aos poucos e toda sob medida.” (FREYRE, 1996, p.53).

A pergunta que deve procurar responder quem se propõe a modernizar o Brasil é, para Freyre: quais os aspectos formadores do brasileiro que, condicionando sua conduta como homem situado em um meio e em um tempo social, consolidam o ideário de qualidade de vida que deve ser resguardado de progressos técnicos, econômicos e mesmo político. De outra forma, esses progressos têm de ser submetidos ao ideário brasileiro de qualidade de vida, não apenas ser aceito qualquer tipo de invasão cultural, econômica e política. De forma que nos ambientes já modernizados do país é necessário um esforço de retorno ao que foi esquecido de

seu passado, e nas áreas ainda originais do Brasil, que seu progresso seja submetido à sua história. “Devemos retificar os erros do chamado desenvolvimento que se empenhou em promover o progresso econômico à revelia de problemas sociais, o progresso industrial à revelia do agrário.” (FREYRE, 1987, p.44).

Caso não se altere esse ideário de progresso, o desenvolvimento tecnológico, seja ele econômico ou político, não significará a solução dos problemas sociais herdados de nossa formação histórica. Enquanto não forem temas centrais no desenvolvimento, as opressões de classe, raça, região e gênero continuarão a imperar nas relações sociais brasileiras, submetendo a nação à incoerência representativa e todas as violências subsequentes a essa realidade.

A resiliência do povo brasileiro, sua capacidade de adaptação, permitiu que até o momento a modernidade fosse apenas uma nova carapaça para relações arcaicas. Em título conclusivo, a adaptabilidade é a herança colonial mais importante a ser considerada no modelo brasileiro de moderno. Apenas ao reconhecê-la, assim como à suas ferramentas, que será possível conceber um caminho para a superação do trauma brasileiro, a escravidão, e das patologias sociais que ela gerou.

Bibliografia

- ASSIS, M. **Memórias póstumas de Brás Cubas** - 3ª ed. - São Paulo, Martin Claret, 2012.
- BASTOS, E. R. **As criaturas de Prometeu**. São Paulo: Global, 2006
- CARDOSO, F. H. **Um livro perene**. In: FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2003.
- CROSBY, A. **The past and present of environmental history**. *American Historical Review*, v.100, n.4, 1995.
- Fernandes, F. **A FAMÍLIA PATRIARCAL E SUAS FUNÇÕES ECONÔMICAS**. *Revista USP*, (29), 74-81, 1996.
- FLORENZANO, M. B. B. **Pólis e oikos, o público e o privado na Grécia Antiga**. São Paulo: Labeca –MAE-USP, 2001.
- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. - 51ª ed. rev. - São Paulo: Global, 2006b.
- FREYRE, G. **Homens, engenharias e rumos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- FREYRE, G. **Manifesto regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.
- FREYRE, G. **Nordeste**. - 4ª ed. rev. - São Paulo: Global, 2009a.
- FREYRE, G. **Ordem e Progresso**. - 6ª ed. rev. - São Paulo: Global, 2004.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- FREYRE, G. **Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- FREYRE, G. **Tempo morto e outros tempos**. - 2ª ed. - São Paulo: Global, 2006a.
- FREYRE, G. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4ªed. rev. - São Paulo: Global, 2009b.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LARRETA, E. R. e GIUCCI, G. **Gilberto Freyre uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÁXIMO, M. M. A. **A Guerra dos Métodos: A visão da Escola Histórica Alemã (PDF)**. Rio de Janeiro-UNIRIO: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010.

NOVAIS, F. A. e SOUZA, L. M. **História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018

PADUA, J. A. **As bases teóricas da história ambiental**. Estud. av. - São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **Giberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. - 1ª ed - São Paulo: Companhia das letras, 2011.

REGO, J. L. **Menino de Engenho**. - 110ªed - Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

RIBEIRO, D. **“Prefácio à 46ª edição de Casa Grande & Senzala”**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

SCULLY, W. **Brazil**. Londres:1866

SCHMOLLER, G. **Économie nationale, économie politique et méthode**. In: SCHMOLLER, G. Politique sociale et économie politique: questions fondamentales. Paris, Giard & E. Brière, 1902 (1893).

SCHMOLLER, G. **Principes d'économie politique**. Vol. I. Paris, Giard & E. Brière, 1905.

SCHMOLLER, G. **The idea of justice in political economy**. Annals of the American Academy of Political and Social Science, vol. 4, 1893-1894 (1881)

SELIGMAN, E. R. A. **The Economic Interpretation of History**. 2ª ed. - Nova Iorque: Columbia University Press, 1907.

SEVCENKO, N. **A modernidade do mestre do Recife e a modernização mesquinha da República**. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global, 2006.

SILVA, L. A. DA. **História, filosofia e espaços: a ideia de ocidente em Oswald Spengler**. Revista Inter-Legere, n. 10, 17 set. 2013.

SILVEIRA, M. D. e FILHO, M. S. B. M. **Economia política e economia nacional segundo Gustav Schmoller**. Encontro Nacional de Economia Política, n.24, 2019.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio. (org) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editora, 1979.

SIMMEL, G. **Sociologia: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza, 1986.

TAVOLARO, S. B. F.. **Gilberto Freyre e nossa "modernidade tropical": entre a originalidade e o desvio**. Sociologias, Porto Alegre , v. 15, n. 33, p. 282-317, Aug. 2013 .

VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.